

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	12
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	13
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	16
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	17
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	18
1.10 Informações de sociedade de economia mista	20
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	21
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	22
1.13 Acordos de acionistas	23
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	53
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	54
1.16 Outras informações relevantes	55
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	56
2.2 Resultados operacional e financeiro	62
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	63
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	64
2.5 Medições não contábeis	65
2.6 Eventos subsequentes as DFs	66
2.7 Destinação de resultados	67
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	68
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	69
2.10 Planos de negócios	70
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	72
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	73
3.2 Acompanhamento das projeções	74

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	75
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	80
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	81
4.4 Processos não sigilosos relevantes	85
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	87
4.6 Processos sigilosos relevantes	88
4.7 Outras contingências relevantes	89
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	90
5.2 Descrição dos controles internos	92
5.3 Programa de integridade	96
5.4 Alterações significativas	99
5.5 Outras informações relevantes	100
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	101
6.3 Distribuição de capital	113
6.4 Participação em sociedades	114
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	115
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	116
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	119
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	120
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	122
7.4 Composição dos comitês	132
7.5 Relações familiares	142
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	146
7.7 Acordos/seguros de administradores	161
7.8 Outras informações relevantes	162
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	163
8.2 Remuneração total por órgão	166

Índice

8.3 Remuneração variável	170
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	172
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	173
8.6 Outorga de opções de compra de ações	174
8.7 Opções em aberto	175
8.8 Opções exercidas e ações entregues	176
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	177
8.10 Outorga de ações	178
8.11 Ações entregues	179
8.12 Precificação das ações/opções	180
8.13 Participações detidas por órgão	181
8.14 Planos de previdência	182
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	183
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	185
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	186
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	187
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	188
8.20 Outras informações relevantes	189
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	190
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	192
9.4 Outras informações relevantes	193
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	194
10.1 Descrição dos recursos humanos	196
10.2 Alterações relevantes	197
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	198
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	200
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	201
10.5 Outras informações relevantes	202
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	203

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	204
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	210
11.3 Outras informações relevantes	211
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	212
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	213
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	214
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	215
12.5 Mercados de negociação no Brasil	216
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	217
12.7 Títulos emitidos no exterior	218
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	219
12.9 Outras informações relevantes	220
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	221
13.1 Declaração do diretor presidente	222
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	223
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	224

1.1 Histórico do emissor

ROMI S.A. foi constituída em abril de 1938 como sucessora da Máquinas Agrícolas Romi Ltda., uma pequena oficina mecânica fundada em 1930. A empresa está localizada a 130 km da capital paulista, no município de Santa Bárbara d'Oeste-SP.

Em 1941, a ROMI iniciou a fabricação de máquinas-ferramenta com o lançamento de tornos universais, comercializados inicialmente sob a marca “IMOR” e posteriormente como “ROMI”. Em 1944, a empresa começou a exportar suas máquinas, que hoje são conhecidas em mais de 60 países, distribuídas por todos os continentes, alcançando o expressivo número de cerca de 160 mil unidades produzidas e comercializadas ao longo de sua história, tendo exportado aproximadamente 32.3 mil máquinas.

A ROMI teve uma participação significativa na implantação da indústria automobilística no Brasil, fabricando o primeiro automóvel nacional, o Romi-Isetta, de 1956 a 1961. Em 1957, o fundador Sr. Américo Emílio Romi e sua esposa, Dona Olímpia Gelli Romi, instituíram a Fundação Romi, uma instituição sem fins lucrativos dedicada a prestar assistência médica, educação e lazer aos funcionários e seus dependentes.

Em 1972, a ROMI tornou-se uma sociedade anônima de capital aberto, contando atualmente com cerca de 49.020 acionistas. A empresa conquistou uma excelente reputação global devido ao seu avançado desenvolvimento tecnológico e um parque fabril moderno.

A ROMI oferece uma ampla linha de produtos, incluindo tornos universais, tornos CNC, centros de torneamento, centros de usinagem, tornos pesados e extrapesados, injetoras e sopradoras para plásticos, peças, acessórios e equipamentos. A empresa também possui uma fundição de peças em ferro cinzento e nodular para atender tanto ao consumo interno quanto aos mercados nacional e externo.

Desde 1965, a ROMI realiza a venda direta de seus produtos e conta com uma extensa rede de distribuição e assistência técnica no Brasil. A companhia opera com 13 unidades fabris, sendo quatro dedicadas à montagem final de máquinas industriais, duas fundições, quatro para usinagem de componentes mecânicos, duas para fabricação de componentes de chapas de aço e uma para montagem de painéis eletrônicos. Dessas unidades, 11 estão no Brasil e duas na Alemanha. A capacidade instalada de produção é de aproximadamente 2.900 máquinas industriais e 50.000 toneladas de fundidos por ano.

A ROMI possui certificação ISO 9001 desde 1994 (atualmente na revisão 2015) e ISO 14001 desde 2005 (também na revisão 2015). Em 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados foi certificada pela IATF 16949, permitindo o fornecimento de peças diretamente para montadoras de automóveis e caminhões. Em 2024, a Romi obteve a certificação ISO 45001, referente ao Sistema de Saúde e Segurança Ocupacional.

Listada no “Novo Mercado” da B3, a ROMI é reconhecida por suas práticas de alta governança corporativa. Seus produtos e serviços incorporam tecnologias da Indústria 4.0, permitindo o uso inteligente de dados por meio de inteligência artificial e análise de big data.

Em 22 de dezembro de 2011, a ROMI adquiriu a BURKHARDT+WEBER Fertigungssysteme GmbH (“B+W”), expandindo seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e ampliando sua presença global. Em 2017, a B+W lançou a linha de centros de usinagem horizontal MCC, desenvolvida em conjunto com a ROMI.

1.1 Histórico do emissor

Desde 2014, a ROMI tem investido em tecnologias alinhadas com a Indústria 4.0, incluindo o Sistema Flexível de Manufatura (FMS) e novas gerações de produtos como as Linhas ROMI D e GL, além da Linha Hybrid, que combina operações de usinagem e manufatura aditiva (impressão 3D metálica).

Em maio de 2020, a ROMI lançou o serviço ROMI MAAS, oferecendo locação de equipamentos novos e de alta qualidade. Em 2021, a ROMI passou a representar a Linha FANUC Robodrill na América do Sul (exceto Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e fundou a fintech PRODZ, facilitando o acesso a crédito para clientes.

Em setembro de 2022, a ROMI lançou seu Portal ESG, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e governança de alto nível. Até 31 de dezembro de 2025, a companhia integra três índices da B3: IGC-NM, IGC e ITAG evidenciando seu elevado padrão de governança corporativa, transparência e proteção dos acionistas minoritários.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A ROMI é empresa líder entre os fabricantes nacionais de Máquinas-Ferramenta e para Processamento de Plástico. Detém, também, participação importante no mercado de Fundidos e Usinados. Os principais segmentos industriais que utilizam produtos da empresa são o automotivo (leves e pesados), de máquinas agrícolas, de bens de capital, de bens de consumo, de ferramentaria, de equipamentos hidráulicos, entre muitos outros.

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio, a saber:

A Unidade de Negócio Máquinas ROMI, que congrega as linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 1.500 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros). Em 2025 essa unidade foi responsável por 61% do faturamento consolidado da Companhia.

A Unidade de Máquinas Burkhardt + Weber, cujos produtos são fabricados na subsidiária alemã, destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo, defesa, construção e mineração, energia, dentre outros. Em 2025 essa unidade foi responsável por 26% da receita consolidada da Companhia.

A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg, tendo contribuído com 13% da Receita Operacional Líquida Consolidada de 2025.

Além da Controladora (ROMI SA), o grupo ROMI é composto por mais 11 empresas:

A ROMI BW Machine Tools Ltd. comercializa máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.

A ROMI Europa GmbH, empresa constituída na Alemanha, é responsável pela comercialização de máquinas ferramenta, peças de reposição e assistência técnica em parte do mercado europeu, além de deter a totalidade do capital social da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), junto com suas subsidiárias situadas na China e Estados Unidos. A B+W produz e comercializa centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.

A ROMI Itália S.r.l, junto com suas subsidiárias situadas no Reino Unido, Espanha e França, comercializa máquinas ferramenta e máquinas para processamento de plástico, peças de reposição e assistência técnica no mercado europeu.

A Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. é uma subsidiária registrada no Brasil possui e administra imóveis e outros recursos próprios.

A Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda., subsidiária também registrada no Brasil, é uma sociedade para participação em empreendimentos imobiliários.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A IRSA Máquinas México é uma subsidiária constituída no México para a comercialização de máquinas para plástico e máquinas ferramenta, peças de reposição e assistência técnica no mercado mexicano.

A ProdZ Administração e Gestão de Bens Ltda (“ProdZ”) é um braço financeiro da Companhia que realiza atividades de concessão de linhas de crédito para financiamento de máquinas aos clientes.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados;

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócios:

Máquinas ROMI: Composta pelas linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 1.500 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros).

Máquinas Burkhardt + Weber: Produtos fabricados na subsidiária alemã, onde se destacam os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo, defesa, construção e mineração, energia, dentre outros.

Fundidos e Usinados: Capaz de produzir aproximadamente 50.000 ton./ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor;

A tabela a seguir demonstra a receita operacional líquida por unidade de negócio e sua respectiva participação percentual.

Unidade de Negócio	R\$ mil 2025
Máquinas Romi	804.454
<i>% participação na ROL</i>	<i>60,6%</i>
Máquinas Burkhardt + Weber	345.111
<i>% participação na ROL</i>	<i>26,0%</i>
Fundição e Usinados	177.147
<i>% participação na ROL</i>	<i>13,4%</i>
Receita Operacional Líquida	1.326.712

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não apura atualmente o resultado líquido por segmento operacional. Essa apuração é realizada até o resultado operacional e está demonstrada a seguir:

	R\$ mil				
Lucro Operacional	Máquinas Romi	Máquinas B+W	Fundidos e Usinados	Outros	Total
2025	135.916	5.450	(61.550)	13.608	93.424

A coluna "Outros" é representada pelo reconhecimento de ajuste da AVP (Ajuste a Valor Presente), reconhecimento do impacto do empreendimento Vila Romi Residence, empreendimento Adara e desconhecimento do ganho do processo SELIC.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) características do processo de produção;

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três unidades de negócios. A unidade de negócios de Máquinas ROMI, a de Máquinas Burkhardt+Weber e a de Fundidos e Usinados, distribuídas em treze unidades fabris, sendo onze em Santa Bárbara d'Oeste - SP e duas na Alemanha na cidade de Reutlingen.

Os processos básicos de fabricação são fundição, usinagem, chaparia, montagem eletroeletrônica e montagem final.

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de Máquinas ROMI e Máquinas B+W, o desenvolvimento do produto é realizado por equipes próprias a partir de tecnologia desenvolvida internamente e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado também por equipes próprias e os componentes “mecânicos” são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes “não mecânicos” são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle CNC, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, são realizados (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de subsistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade são realizadas ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. A Companhia recebe o desenho e especificações suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça e toda produção de peças fundidas a partir de ferro fundido são desenvolvidos internamente. Os ferramentais para fundição e usinagem, processos de acabamento, processos de usinagem e processos de pintura são realizados internamente ou realizados no mercado local.

A fundição conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 450 kg e alta produção, e linhas semi-automáticas e manuais, para lotes menores e peças de até 15 toneladas de peso. A fundição também conta com uma linha de moldagem, para peças de até 40 toneladas.

O processo de desenvolvimento tecnológico é responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos. Conseguindo, com isso, melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico própria, baseada nos setores de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio na ROMI, voltado a seus produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de diversas patentes em inúmeros países na América, Europa e Ásia ao longo de sua existência. Além do desenvolvimento próprio, a ROMI tem complementado seu acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global, tendo vigente atualmente contrato de transferência de tecnologia relacionado à mandrilhadoras.

Os conceitos de qualidade fazem parte das estratégias de produção da Companhia. Desde 1994 a ROMI está certificada na norma ISO 9001 de Sistema de Gestão da Qualidade, cujo escopo contempla todas as unidades fabris. O certificado foi mantido desde então e atualizado para nova versão da norma (ISO 9001:2015). Em agosto de 2005, a Companhia foi certificada pela norma internacional ISO 14001. O certificado foi mantido e atualmente está na mais recente versão: ISO 14001:2015. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões. Em 2018 foi concluída a migração para IATF

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

16949, que substituiu a ISO/TS. Desde então a ROMI possui a certificação na versão atualizada da norma de Sistema de Gestão da Qualidade para as Organizações de Produção Automotiva e de Peças de Reposição (IATF 16949:2016). Em outubro de 2023, a Companhia alcançou a recomendação para Certificação na Norma ISO 45001. A certificação nesta norma, que ocorreu em 15 de janeiro de 2024, reconhece o resultado da forte atuação da ROMI na melhoria de seus processos e gestão em SSO (Saúde e Segurança Ocupacional).

A Companhia pratica uma consistente gestão de riscos e possui apólices de seguros nacionais e internacionais, com cobertura suficiente para mitigação de riscos inerentes aos negócios.

b) características do processo de distribuição;

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

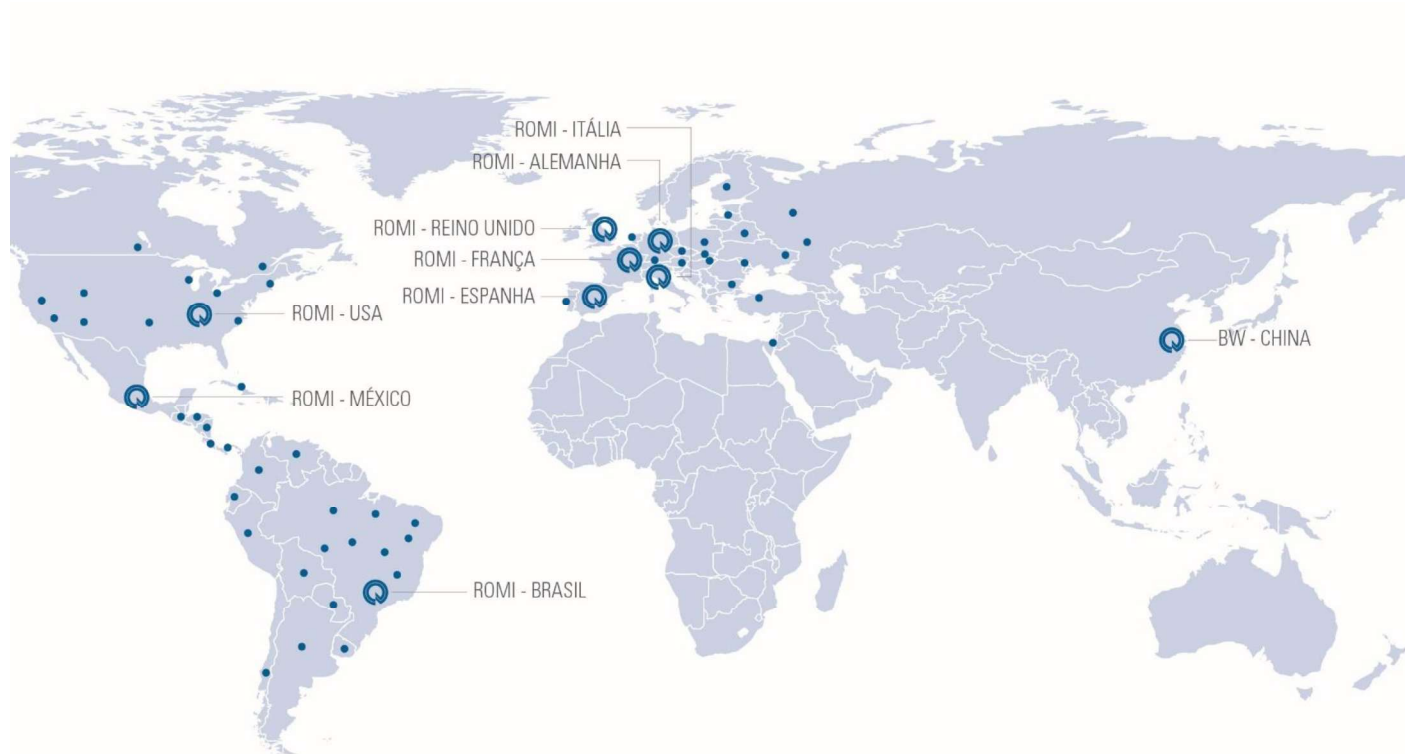
A ROMI, na década de 1960, sentindo a necessidade de maior proximidade e interação com seus clientes, passou do sistema de venda através de revendedores para o sistema de “vendas diretas”, sistema este que recebe uma série de melhorias contínuas, e permanece até hoje como o melhor sistema de comercialização de máquinas no Brasil. O objetivo principal da venda direta é oferecer o produto certo para a necessidade específica de cada cliente. Mais do que a simples venda de um produto, a Romi vende uma solução completa para os clientes. O sucesso desse sistema decorre da seguinte forma de atuação:

- i. Cobertura em todo o território nacional, seja por filial de vendas ou vendedores e técnicos de serviços residentes, todos empregados da Companhia.
- ii. Departamento de engenharia de vendas e marketing para analisar as necessidades técnicas dos clientes, com indicação de máquinas, estudos de processos, treinamento de operação/programação. E em muitos casos, a venda da solução segue o sistema *turnkey*, ou seja, com o fornecimento completo, desde a escolha das máquinas, processo, *layout* da planta fabril até o programa de produção e treinamento de mão de obra aplicada.
- iii. Departamento de serviço pós-venda com técnicos de serviço altamente treinados, não só para atendimento no campo, mas também através da RAI – ROMI Assistência Integral para dar assessoria ao cliente, via telefone e/ou através de acesso remoto a máquina do cliente. Existe também uma equipe, não só para o treinamento dos os técnicos de serviço, mas também dos técnicos de nossos clientes.
- iv. Departamento financeiro com uma equipe para dar apoio total aos clientes, principalmente pelo sistema Finame.

Em termos promocionais dos produtos, a Companhia participa anualmente das principais feiras do Brasil, incluindo a FEIMEC, PLÁSTICO BRASIL E EXPOMAFE. Estes três eventos, conhecidos mundialmente, ocorrem no São Paulo *Expo Exhibition and Convention Center*, na cidade de São Paulo. Estas feiras ocorrem sempre no primeiro semestre, alternando a cada dois anos (FEIMEC anos pares e PLÁSTICOS BRASIL/EXPOMAFE anos ímpares). Além disso a Companhia está presente nas principais feiras internacionais, incluindo as feiras AMB (Alemanha), EMO (Alemanha e Itália) e a IMTS que ocorre no EUA.

A empresa conta com treze unidades fabris, sendo quatro de montagem final de máquinas industriais, duas fundições, quatro de usinagem de componentes mecânicos, duas para fabricação de componentes de chapas de aço e uma planta para montagem de painéis eletrônicos. Dessas, onze estão localizadas no Brasil e duas na Alemanha. A capacidade instalada de produção de máquinas industriais e de fundidos é de, respectivamente, cerca de 2.900 unidades e 50.000 toneladas por ano. Além das duas unidades fabris na Alemanha, possui 8 subsidiárias de vendas, localizadas nos Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Espanha, México e 1 controlada indireta, na China, além de agentes e representantes em vários países do mundo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Em maio de 2020, a empresa lançou o serviço ROMI MAAS, uma modalidade de locação de equipamentos, buscando fornecer equipamentos novos e de alta qualidade com mais facilidade e menos burocracia aos clientes.

Em 2021, a ROMI passou a ser representante da Linha FANUC Robodrill na América do Sul (no Brasil, exceto Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), agregando mais diversidade ao seu portfólio.

Em agosto de 2021, a empresa constituiu sua *fintech*, a PRODZ, criada para facilitar o acesso a linhas de créditos para máquinas e equipamentos aos clientes, e fomentar a geração de novos negócios na indústria brasileira.

Em consonância com as melhores práticas do mercado, a ROMI lançou seu Portal ESG (disponível em <https://lp.romi.com/esg>) em setembro de 2022, alinhando-se a empresas com alto padrão de governança e fortalecendo seu compromisso com uma atuação sustentável e socialmente responsável. Em 2023, a empresa apresentou seu primeiro relatório ESG, detalhando todas as informações relevantes sobre suas práticas nos pilares ESG. Já em 2026, lançou-se a quarta versão do relatório, trazendo atualizações sobre os resultados das iniciativas já implementadas pela empresa.

c) características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Mercado Interno: A Companhia realiza suas vendas e presta assistência técnica aos seus produtos, com abrangência em todo o território nacional.

Mercado Externo: Para a unidade de negócios Máquinas ROMI, a Companhia exporta seus produtos a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, através de exportação direta, subsidiárias de vendas, revendedores e *trading companies*. Na América do Norte a Companhia possui uma subsidiária nos EUA, a Romi BW Machine Tools e no México (IRSA Máquinas México). Para o continente europeu, a Companhia tem uma subsidiária integral na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH, com o objetivo de vendas e distribuição dos produtos, além de subsidiárias de vendas na Itália, Espanha, França e Reino Unido.

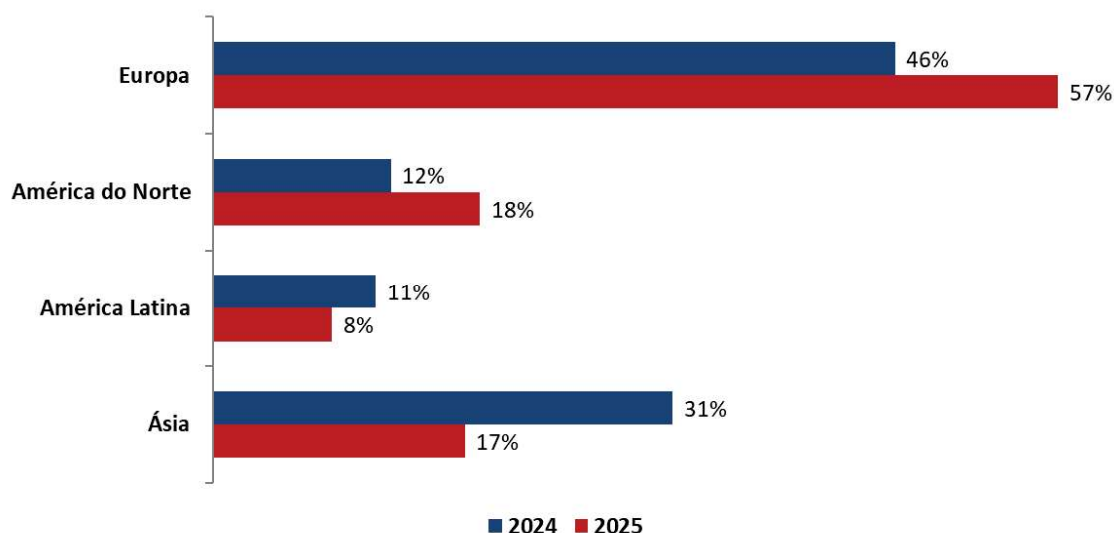
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Já para a Unidade de Negócio Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”), empresa mundialmente reconhecida pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, onde destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Essa operação oferece máquinas premium produzidas na Alemanha para seus clientes na América do Sul e do Norte, produtos esses vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China por meio de subsidiária exclusiva.

Em 2025, as receitas oriundas do mercado externo representaram 35% (US\$ 86,4 mil) da Receita Operacional Líquida, em comparação com 32% (US\$ 73,8 mil) em 2024. Neste período, a Europa representou 57% (46% em 2024), a América do Norte representou 18% (12% em 2024), a América Latina 8% (11% em 2024) e a Ásia 17% (31% em 2024).



As principais regiões onde a ROMI vende seus produtos no mercado externo estão representadas no gráfico a seguir.



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ii. Condições de competição nos mercados

O setor de Máquinas ROMI é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essa unidade de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

A Companhia dispõe de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados a ROMI também está inserida em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Os maiores competidores no setor de Máquinas ROMI são os produtos importados. No setor de fundidos e usinados, os maiores concorrentes são companhias nacionais.

Dentre os principais concorrentes nacionais no setor de Máquinas ROMI, na categoria de máquinas-ferramenta pode-se citar a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda., Heller Máquinas Operatrizes Ltda e a B Grob Brasil S/A. Dentre os principais concorrentes estrangeiros no setor de Máquinas Romi na categoria de máquinas-ferramenta, pode-se citar as japonesas Yamazak Mazak Corporation, DMG-Mori, Okuma Corporation. Além destas, pode-se citar as Coreanas Hyundai - WIA Machine Corporation e DN Solutions (Ex Doosan Infracore) e a Haas Automation, Inc (EUA).

Dentre nossos principais concorrentes, todos importados no setor de máquinas injetoras de plástico, pode-se citar: Haitian, Yzumi, Engel, Arburg, Chen Hsong, Demag-Sumitomo, Battenfeld, Krauss Maffei, BMB e Log Machine.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de Máquinas ROMI na categoria de máquinas sopradoras, pode-se citar Uniplas Indústria Comércio Importação e Exportação de Máquinas e Plásticos Ltda, Multipet Sopradoras, Pintarelli e Multiblow. Dentre os principais concorrentes estrangeiros, no setor de Máquinas Romi na categoria de sopradoras, pode-se citar Sidel, Techne, Magic e vários representantes com máquinas chinesas.

As peças fundidas e usinadas são destinadas principalmente à indústria automotiva pesada, bens de capital, eólico e de máquinas agrícolas, construção e mineração. Dentre os principais concorrentes nacionais no setor de fundidos e usinados, pode-se citar a BR Metals, Fundimisa, Fundimig, Dedini, Cercena, Hubner, Sideral, Frum, Fagor, Intercast, Lepe, Schulz, Tupy, Moreno, Farina, PHD e WHB.

Dentre nossos principais concorrentes da unidade de Máquinas Burkhardt+Weber, pode-se citar: Starrag Heckert, Heller, Parma e SHW.

d) eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas: Não há.

Sazonalidade de Produtos: A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, pois suas vendas dependem dos investimentos, que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico.

O primeiro trimestre, na comparação com os demais trimestres, historicamente reflete um desempenho menor, decorrente de férias coletivas e feriados, bem como, de expectativas de realizações das feiras mecânicas no início de maio. Portanto a retomada dos negócios no segundo trimestre é natural.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e) principais insumos e matérias primas, informando: i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii. eventual dependência de poucos fornecedores; e iii. eventual volatilidade em seus preços.

O fornecimento de matérias-primas e insumos é de grande importância para as atividades da Companhia e é responsável por aproximadamente 70% do custo de produção. Atualmente o fornecimento regular de insumos é realizado por mais de 2.000 fornecedores. Cerca de 30% das matérias-primas e insumos comprados são importados pela própria Companhia, principalmente dos EUA, Alemanha e Taiwan, os demais 70% dos itens comprados são adquiridos no mercado doméstico. Não há dependência de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de matéria-prima ou de insumos. Os custos são continuamente analisados e os preços de insumos utilizados na fabricação de nossos produtos, tais como itens eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, ferramentas, resinas, ferro gusa entre outros frequentemente monitorados.

Principais fornecedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Fornecedor	Localização	Produto Fornecido
FANUC FA AMERICA CORP.	Estados Unidos	CNC e Servo-Motores
DUPLOMATIC AUTOMATION SPA	Itália	Torres Elétricas
FANUC SOUTH AMERICA EQUIPAMENTOS DE AUTOMACAO E SERVICOS LTDA	São Paulo - SP	Componentes Eletrônicos
BOSCH REXROTH LTDA	Pomerodi - SC	Componentes Hidráulicos
MALCON METALURGICA LTDA	Americana - SP	Itens de Chaparia
SIEMENS AG	Alemanha	CNC e Servo-Motores
NAVARRO COMERCIO DE FERROS E METAIS LTDA	São Paulo - SP	Sucatas para Fundição
HIWIN TECHNOLOGIES CORP	Taiwan	Guias e Fusos de Esferas
CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A	João Neiva - ES	Ferro Gusa para a Fundição
COBSEN LTDA	Boituva - SP	Transportador de Cavacos
HR DO BRASIL REFRACTARIOS LTDA	Mogi-Guaçu - SP	Insumos para a Fundição
METALURGICA MARINELI LTDA	Santa Bárbara D'Oeste - SP	Itens usados
RFR COMERCIO E RECICLAGEM DE RESIDUOS LTDA	Guarulhos - SP	Sucatas para Fundição
ETHOS METALURGICA LTDA	Boituva - SP	Itens de Chaparia
ROYAL PRECISION TOOLS CORPORATION	Taiwan	Cartucho de Cabeçote
IGEATEL INDUSTRIAL LTDA	Limeira - SP	Itens de Chaparia
SIEMENS BRASIL LTDA	Itajaí - SC	Componentes Eletrônicos
FOSECO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	São Paulo - SP	Insumos para a Fundição
OPUS LTDA	Boituva - SP	Itens de Chaparia
TRATHO METAL QUIMICA LTDA	Arujá-SP	Cobre e Estanho para a Fundição

1.5 Principais clientes

Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, que, no Brasil, é composta por vendedores próprios, através de filiais, ou através de representantes comerciais. A rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil é realizada através de filiais de vendas e vendedores, distribuídos pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

Atualmente a Companhia conta com aproximadamente 2.595 clientes ativos na unidade de negócio de Máquinas ROMI e mais de 28 clientes ativos na unidade de negócio de fundidos e usinados. São considerados clientes ativos aqueles que compraram algum produto nos últimos 5 anos.

Na Unidade de Peças de Reposição e Serviços, temos aproximadamente 4.500 clientes ativos consumidores de peças de reposição, sendo que são considerados clientes ativos todos aqueles que realizaram pelo menos uma compra últimos 365 dias.

O quadro a seguir demonstra a participação da carteira de clientes na receita operacional líquida da Companhia:

Carteira de Clientes	% sobre a receita operacional líquida da Companhia em 2024
10 maiores	20,6%
20 maiores	29,0%
50 maiores	38,5%
100 maiores	45,6%
200 maiores	55,2%
500 maiores	71,9%

a) montante total de receitas provenientes do cliente; e

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita operacional líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

N/A

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;

Todas as unidades produtivas são inspecionadas pelas autoridades competentes, para a expedição das autorizações aplicáveis.

Na data deste Formulário de Referência, todos os estabelecimentos da Companhia estavam devidamente regularizados perante os órgãos competentes aos quais estavam sujeitos. São mantidos responsáveis técnicos junto aos conselhos regionais correspondentes, bem como todos os registros e/ou cadastros dos produtos em vigor.

b. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor;

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os Administradores como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas como multas a serem aplicadas conforme legislação vigente, suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas e interdição de atividades.

A demora ou o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

A Companhia procura executar todas as atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

O Sistema de Gestão Ambiental é submetido à auditoria da *ABS Quality Evaluation*, para a certificação pela ISO 14001 versão 2015, tendo sido certificado pela primeira vez em 12 de agosto de 2005, recertificada em 7 de dezembro de 2020 e recertificada novamente em 16 de junho de 2023, para as unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP, Brasil.

A certificação obtida pela Companhia vem comprovar o compromisso com o Meio Ambiente, inserindo princípios ambientais aplicáveis a todos os seus processos, fortalecendo a consciência ambiental dos seus colaboradores, buscando conscientemente o atendimento à legislação, prevenindo a poluição e melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades;

A Companhia tem como filosofia a melhoria contínua de seus processos, para tanto se compromete com a qualidade de seus produtos e serviços, tendo como objetivo principal assegurar a satisfação de seus clientes, razão pela qual mantém sua competitividade e crescimento.

Os Departamentos de Engenharia de Produtos e suas respectivas unidades de negócios - máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos são responsáveis pelo processo de desenvolvimento tecnológico, o que permitiu melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Tais departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico, baseada nos Departamentos de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio da Companhia, voltado a produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de mais de 60 patentes em diversos países da América, Europa e Ásia.

Além do desenvolvimento próprio, a Companhia possui em seu acervo tecnológico acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global.

Atualmente, a Companhia possui 21 marcas registradas no Brasil e 25 no exterior.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; ii. em favor de partidos políticos; iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

A ROMI considera que o apoio financeiro e/ou econômico a campanhas eleitorais pode ser uma forma de camuflar ações, presentes ou futuras, que poderiam ser caracterizadas como corrupção.

Assim, são vedadas doações a campanhas eleitorais, pela ROMI ou por pessoas físicas em nome da ROMI, direta ou indiretamente, incluindo contribuições monetárias, patrocínios, pagamento para eventos de arrecadação de fundos ou similares, seja antes ou após o encerramento de tais campanhas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Estas definições estão explicitadas a partir da Política de Combate à Corrupção e ao Suborno (disponível em <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-anticorruptcao/>) em vigor desde 02 de março de 2020.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor; b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.

No ano de 2024, o mercado doméstico foi responsável por R\$ mil 828.705 da receita líquida, que equivalem a 67,9% da receita consolidada da ROMI em 2024 (70,1% em 2023). Considerando a receita obtida no mercado externo, que leva em conta as vendas realizadas pelas subsidiárias da ROMI no Exterior (Alemanha, China, Estados Unidos, Itália, Reino Unido, França, México e Espanha) e as vendas diretas para os demais mercados, a distribuição do faturamento consolidado da ROMI por região geográfica foi a seguinte:

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	2024	%
Brasil	828.705	67,9%
China	119.436	9,8%
Alemanha	92.699	7,6%
Estados Unidos	46.193	3,8%
Reino Unido	27.079	2,2%
França	21.846	1,8%
Argentina	16.627	1,4%
México	13.572	1,1%
Suécia	13.024	1,1%
Hungria	10.953	0,9%
Espanha	10.935	0,9%
Peru	10.474	0,9%
Outros	8.469	0,7%
Total	1.220.011	100%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Movimentos atípicos, como medidas protecionistas ou quedas de mercado podem de algum modo afetar as vendas de seus produtos. Contudo, a concentração de vendas, seja por país destinatário, ou cliente específico não é relevante no montante total de vendas do emissor.

Especificamente para nossa operação na Unidade Burkhardt+Weber (“B+W”), todas as exportações feitas a partir dessa unidade estão sujeitas à aprovação pelo *Federal Office for Economic Affairs and Export Control* (BAFA) – órgão responsável pelo controle de exportações da Alemanha. Como autoridade administrativa e de licenciamento, o BAFA incorpora questões de segurança e interesses de política internacional da Alemanha no campo da legislação de comércio exterior, seguindo as diretrizes do Governo Federal. Desse modo, a exportação de qualquer máquina para países fora da União Europeia está sujeita ao licenciamento do referido órgão.

Os negócios da Companhia podem ser impactados por eventuais mudanças nas políticas tarifárias dos Estados Unidos e seus potenciais desdobramentos. Além disso, essas oscilações podem gerar incertezas no planejamento estratégico, exigindo ajustes nas estratégias de fornecimento e no controle de custos.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade;

A Companhia possui e divulga informações, compromissos e práticas ESG adotados, por meio de relatório de sustentabilidade, denominado Relatório ESG (disponível em https://www.romi.com/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-ESG-2024-VS_2.pdf) anualmente. A Companhia também divulga, desde 2022, suas informações ESG através do portal na internet, denominado Portal ESG (disponível em <https://lp.romi.com/esg>).

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento;

O padrão adotado pela Companhia na elaboração do seu relatório de sustentabilidade (disponível em https://www.romi.com/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-ESG-2024-VS_2.pdf) atende aos critérios de prestação de contas de forma proativa e transparente (*accountability*), demonstrando sua consciência em relação aos impactos e comportamento sustentável da Companhia para seus stakeholders (clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade etc).

Um relatório de sustentabilidade, mesmo que não siga a padronizações, funciona como uma ferramenta para as organizações demonstrarem suas práticas, atividades e compromissos ESG.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso;

O relatório de sustentabilidade é elaborado pelas diversas áreas da Companhia, em conjunto com a área de Compliance e revisado pela Auditoria Interna da Companhia, porém não é auditado por entidade independente externa.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado;

https://www.romi.com/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-ESG-2024-VS_2.pdf

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor;

A Companhia indica em seu relatório de sustentabilidade (Relatório ESG) mencionado no item “a” supra, as etapas adotadas no processo de análise de materialidade, que foram: (i) Identificação de stakeholders, na qual realizamos um mapeamento das partes interessadas relevantes, incluindo nossos colaboradores, investidores, cliente, fornecedores, órgãos reguladores e as comunidades locais em que nossas operações estão inseridas; (ii) análise de riscos, oportunidades e avaliação de relevância, que consiste em mapeamento inicial e foi realizada com os principais stakeholders, identificando os riscos e oportunidades relacionadas aos aspectos ESG. Posteriormente foram avaliadas por nosso Comitê de Auditoria e Riscos, bem como pelo Conselho de Administração. Os indicadores estão mencionados no Relatório ESG, no item “Análise de Materialidade”.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim, os aspectos materiais elencados pela Companhia foram avaliados quanto ao alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, conforme o Relatório ESG mencionado no item “a” supra, confirmando sua relevância para o desenvolvimento sustentável. Cada aspecto material possui indicadores monitorados constantemente pela Companhia, os quais estão mencionados no Relatório ESG, para que os objetivos possam ser atendidos.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.**

O Relatório ESG observa recomendações relacionadas ao Meio Ambiente, incluindo questões climáticas. Em linha com o desenvolvimento sustentável a ROMI possui Sistema de Gestão Ambiental certificado desde 2005, em conformidade com a norma ISO 14001, investindo de modo ininterrupto e consistente para a prevenção da emissão de poluentes, em todos os aspectos relacionados aos seus negócios.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas;**

Em 2022, foi iniciado o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Comparando com 2023, as emissões de escopo 1 tiveram um leve aumento de 5%, principalmente devido a maiores emissões fugitivas, apesar da redução no consumo de gás natural. As emissões de escopo 2, ligadas ao consumo de energia elétrica, caíram 11%, refletindo menor consumo em 2023. O escopo 3, que inclui transportes e viagens, representa a maior parte das emissões da empresa, principalmente pelos transportes de materiais e produtos. No geral, as emissões totais dos escopos 1 e 2 aumentaram apenas 1%, mantendo-se estáveis. O inventário de 2024 deverá ser finalizado no segundo semestre de 2025.

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

I. a não divulgação de informações ASG;

Não aplicável.

II. a não adoção de matriz de materialidade;

Não aplicável.

III. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG;

Não aplicável.

IV. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas;

A revisão do Relatório ESG foi realizada pela Auditoria Interna da Companhia, a qual possui reporte ao Comitê de Auditoria e Riscos, atestando assim sua autonomia e independência perante as demais áreas da Companhia.

V. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas;

Não aplicável.

VI. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em abril de 2022, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Rominor Empreendimentos”) houve o lançamento do loteamento fechado Vila Romi Residence. Atualmente, o empreendimento encontra-se em fase final, e na posição de 31 de dezembro de 2025, possui sete terrenos disponíveis para venda, e não sendo esperados impactos significativos decorrentes do referido empreendimento.

A Administração, baseada no CPC47 – Reconhecimento de Receitas – e nas normas CVM aplicáveis, adotou como critério para reconhecimento das receitas do empreendimento a metodologia *Percentage of Completion* (POC), na qual a receita e os respectivos custos são registrados no resultado de acordo com a proporção de conclusão das obras de infraestrutura, por meio de relatórios de medição emitidos mensalmente.

Em 2025, por intermédio da controlada Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. (“Rominor Comércio”), em parceria com a CPR4 Santa Bárbara do Oeste Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., foi realizado o lançamento do empreendimento imobiliário denominado Condomínio Adara Residence, localizado na Rua Duque de Caxias em Santa Bárbara d’Oeste/SP.

A operação estabelece a venda do terreno, com valor mínimo de venda, sendo devido à Rominor Comércio o percentual de 12,5% sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) esperado. O montante correspondente foi reconhecido no quarto trimestre de 2025 nas rubricas “Outras receitas líquidas” e “Contas a receber”, totalizando R\$ 12.106. O efeito líquido no resultado do exercício foi de R\$ 11.711.

Além dos descritos acima, não houve aquisição ou alienação de qualquer outro ativo relevante.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em 12 de março de 2024, foi aprovado o aumento do Capital Social no valor de R\$ 83.698.043,75 (oitenta e três milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), através da capitalização de Reserva de Lucros do exercício anterior, passando o capital social de R\$ 917.734.746,04 (novecentos e dezessete milhões, setecentos e trinta quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), para R\$ 1.001.432.789,79 (um bilhão, um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos), dividido em 93.170.747 (noventa e três milhões, cento e setenta mil, setecentos e quarenta e sete) ações, mediante a emissão de 4.436.702 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e duas) novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

As novas ações emitidas beneficiaram os acionistas proporcionalmente à participação acionária verificada em 01 de abril de 2024, na proporção de 1 (uma) nova ação ordinária para cada 20 (vinte) ações ordinárias existentes representando a razão de 5%, com valor unitário atribuído de R\$ 18,86 (dezoito reais e oitenta e seis centavos) para os fins do disposto no artigo 47, parágrafo primeiro, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 1.585/15, bem como o parágrafo único do artigo 10 da Lei no 9.249/95.

O detalhamento das informações pode ser encontrado no Aviso aos Acionistas divulgado em 26 de março de 2024, intitulado “INFORMAÇÕES SOBRE A BONIFICAÇÃO DE AÇÕES APROVADA EM 26 DE MARÇO DE 2024”, disponível no site da companhia, www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/comunicados/ ou na ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA do dia 26/03/2024, disponível no site da companhia <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/atas-de-reunioes/>.

1.13 Acordos de acionistas

ACORDO DE ACIONISTAS DE ROMI S.A.

CELEBRADO ENTRE

JULIANA GUIMARÃES CHITI, CARLOS GUIMARÃES CHITI, EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, JOSÉ CARLOS ROMI, MARIA PIA ROMI CAMPOS, ANDRÉ LUÍS ROMI, ROMEU ROMI, ANNA MARIA TOLEDO ROMI, SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, FREDERICO ROMI, PAULO ROMI, PATRÍCIA ROMI CERVONE, ADRIANA ROMI E FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

COMO ACIONISTAS ACORDANTES E

ROMI S.A.,

COMO INTERVENIENTE ANUENTE

DATADO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

1.13 Acordos de acionistas

ACORDO DE ACIONISTAS DE ROMI S.A.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em Direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

1.13 Acordos de acionistas

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39;

todos domiciliados na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo,

e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5 – Sala 2, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo (“Fênix”);

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS ACORDANTES**; e

ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0014-88, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, e filial na mesma cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 56 56.720.428/0001-63, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Romi”, “Companhia” ou “Sociedade”), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO QUE os Acionistas Acordantes manifestaram seu interesse em, através do presente Acordo de Acionistas (“Acordo”), regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares e outras avenças.

Os Acionistas Acordantes firmam o presente Acordo, o que fazem de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Acionistas Acordantes firmam o presente Acordo, com a finalidade de regular o exercício de seus direitos inerentes à propriedade das Ações (conforme definido na Cláusula Segunda abaixo).

CLÁUSULA SEGUNDA

Os Acionistas Acordantes declaram-se proprietários, na data de início de vigência do Acordo, de ações ordinárias constitutivas do capital de Romi, emitidas na forma escritural e mantidas em conta de depósito no Banco Bradesco S.A., nas quantidades constantes do Anexo I (“Ações”).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente Acordo vincula os Acionistas Acordantes, de modo a englobar a totalidade das Ações relacionadas no Anexo I deste Acordo, assim como todas as ações resultantes de aquisições, subscrições, do exercício do direito de preferência relativo às Ações ou, ainda, da conversão ou permuta em Ações, bem como de desdobramentos, grupamentos, fusões, cisões, incorporações, bonificações, dividendos, capitalização de lucros ou de correção monetária, ou, ainda, valores mobiliários com direito à subscrição ou que sejam conversíveis em ações, decorrentes de qualquer modo das Ações, bem como decorrentes das situações previstas na Cláusula Terceira, devendo o Anexo I também ser atualizado por ocasião de quaisquer destas movimentações. Para tanto, o Acionista Acordante que passar a ser titular de ações por quaisquer

1.13 Acordos de acionistas

das modalidades retro descritas deverá comunicar o Secretário do Acordo, para que este promova o aditamento da quantidade de Ações e a respectiva alteração no Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os Acionistas Acordantes acordam que o presente Acordo abrangerá, também: (i) as Ações de titularidade da Fênix, vinculadas a acordo de acionistas da Fênix, que venham a ser transferidas pela Fênix a qualquer um de seus acionistas em virtude de deliberação societária que objetive a retirada ou a redução da participação deste acionista no capital social da Fênix por meio do recebimento de Ações Romi; ou (ii) as Ações que venham a ser transferidas por quaisquer dos Acionistas Acordantes (a) a ascendentes, descendentes ou cônjuge, ou mesmo em caso de sucessão “causa mortis”; ou (b) aos próprios Acionistas Acordantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o acionista de Fênix (hipótese ‘i’ da Cláusula Terceira acima), ou o ascendente, descendente, cônjuge ou herdeiro de qualquer dos Acionistas Acordantes (hipótese ‘ii’ da Cláusula Terceira acima) que receba as Ações não seja um dos Acionistas Acordantes, estes estarão obrigados aderir ao presente Acordo por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas na forma constante no Anexo II.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que ocorrer alguma transferência no âmbito da Cláusula Terceira deste Acordo, deverá ser providenciado pelo Secretário do Acordo, conforme eleito nos termos do Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta, o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA

Os Acionistas Acordantes reconhecem expressamente as vantagens de criar mecanismos destinados a assegurar sua posição homogênea no capital social da Romi, em especial no relacionamento uníssono com os demais acionistas da Romi, visando manter íntegro o bloco de Ações que assegure aos Acionistas Acordantes o exercício conjunto do poder político detido na Romi.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Acionistas Acordantes concordam, nessas condições, que, durante a vigência do presente Acordo, os Acionistas Acordantes regularão o modo pelo qual se dará a aprovação das matérias de competência da assembleia geral de acionistas da Romi.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para assegurar a implementação do disposto no Parágrafo Primeiro, acima, fica expressamente estipulado que, sendo convocada assembleia geral de acionistas da Romi, os Acionistas Acordantes deverão se reunir em reunião prévia, para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia, mediante convocação a ser enviada por qualquer dos Acionistas Acordantes ou pelo Secretário do Acordo, na forma prevista no Parágrafo Décimo, abaixo (“Reunião Prévia”).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Reunião Prévia, também será realizada para orientar o voto dos Acionistas Acordantes sobre a inclusão de itens e informações no Edital de Convocação, Boletim de Voto à Distância e Proposta da Administração da Romi, quando aplicável, referentes às suas Assembleias Gerais Ordinária e/ou Extraordinária.

1.13 Acordos de acionistas

PARÁGRAFO QUARTO - A Reunião Prévia deverá ser convocada com, ao menos, 7 (sete) dias de antecedência a sua realização e realizada com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência da data da assembleia geral da Romi, quando aplicável.

PARÁGRAFO QUINTO - A Reunião Prévia em primeira convocação será instalada com a presença de Acionistas Acordantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações. Caso o quórum mínimo de instalação de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações não seja alcançado em primeira convocação, uma nova Reunião Prévia será automaticamente convocada para se realizar no dia seguinte àquela em que a Reunião Prévia deveria ter sido realizada, sendo neste caso instalada a Reunião Prévia com qualquer quórum de presença.

PARÁGRAFO SEXTO - As deliberações dos Acionistas Acordantes serão tomadas por maioria de votos dos presentes à Reunião Prévia, considerada a quantidade de Ações detida pelos presentes, ficando, no entanto, entendido que, uma vez aprovada, a posição majoritária será vinculativa para todos os Acionistas Acordantes, ainda que qualquer deles tenha estado ausente à citada Reunião Prévia, e independentemente do voto específico que, naquela reunião, tenha proferido.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Admite-se a representação nas Reuniões Prévias por procurador, com poderes especiais expressamente previstos para tal fim, desde que a pessoa nomeada seja um dos outros Acionistas Acordantes signatários deste Acordo, sendo admitida também a participação através de vídeoconferência, ligação telefônica, correio eletrônico ou outro meio que possibilite ao participante expressar sua vontade.

PARÁGRAFO OITAVO - Para os efeitos do presente Acordo, os Acionistas Acordantes se comprometem e se obrigam a comparecer em todas as assembleias gerais da Romi, exercendo o direito de voto tão somente na forma que tiver sido deliberada na Reunião Prévia especialmente convocada com a finalidade de decidir o modo como os Acionistas Acordantes exercerão seu direito de voto na respectiva assembleia geral da Romi.

PARÁGRAFO NONO – Os Acionistas Acordantes, pelo presente instrumento, conferem poderes ao Secretário do Acordo para, em seus nomes, ao término de cada Reunião Prévia, substabelecer poderes para um ou mais procuradores, para que, agindo de modo isolado, estes compareçam às assembleias gerais da Romi e votem em nome de cada Acionista Acordante, conforme acordado na Reunião Prévia. Tal procurador deverá necessariamente ser um dos demais Acionistas Acordantes, um dos administradores da Romi ou advogado, e o instrumento de procuração ou mandato deverá conter a orientação de voto e ser específico para cada ato a ser praticado, em conformidade com o quanto disposto no parágrafo primeiro do artigo 126 da lei 6.404/76, observando-se que a própria ata de Reunião Prévia poderá conter tal mandato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As obrigações contraídas no presente Acordo não poderão ser invocadas pelos Acionistas Acordantes para eximir qualquer dos Acionistas Acordantes de sua responsabilidade legal no exercício do direito de voto.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os Acionistas Acordantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações deverão nomear, um secretário para o Acordo (“Secretário do Acordo”), cujo mandato vigorará até a posse do seu sucessor, com a função específica de informar os Acionistas Acordantes a respeito das matérias a

1.13 Acordos de acionistas

serem tratadas na ordem do dia das Reuniões Prévias, convocar tais Reuniões Prévias, registrar as deliberações, bem como zelar pelo cumprimento deste Acordo. O Ato de eleição do secretário do Acordo deverá estipular as atribuições e responsabilidades do secretário.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A qualquer tempo, os Acionistas Acordantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações poderão destituir o Secretário do Acordo, sendo que, ocorrendo esta hipótese, um novo Secretário do Acordo deverá ser imediatamente nomeado.

CLÁUSULA QUINTA

Obrigam-se os Acionistas Acordantes a cumprir, e a fazer cumprir, integralmente tudo o que é pactuado entre si no presente Acordo, pelo que reconhecem e afirmam ser nula e ineficaz, entre eles, perante a Romi e perante terceiros, qualquer atitude e/ou medida que tomarem em discordância com o ora pactuado e/ou que represente violação às obrigações assumidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as obrigações ora assumidas pelos Acionistas Acordantes o são em caráter irrevogável e irretratável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As obrigações assumidas neste Acordo serão objeto de execução específica por qualquer dos Acionistas Acordantes, nos termos do artigo 118, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades Anônimas. Os Acionistas Acordantes não renunciam a qualquer ação ou providência (inclusive a cobrança de perdas e danos) a que tenham direito a qualquer tempo. Os Acionistas Acordantes expressamente admitem e se obrigam ao cumprimento específico de suas obrigações e a aceitar ordens judiciais, quando aplicável, e decisões arbitrais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - De modo a preservar, promover e maximizar o valor das Ações, os Acionistas Acordantes se obrigam a zelar e fazer zelar pela boa imagem da Romi e da sua Administração, perante todas as partes relacionadas, em especial, mas não limitado a, acionistas, investidores, financiadores, clientes, fornecedores, funcionários, comunidade, autoridades constituídas, governo, imprensa, redes sociais, internet, dentre outras.

PARÁGRAFO QUARTO - Sem prejuízo da obrigação de reparar por perdas e danos, o Acionista Acordante que infringir o presente Acordo estará sujeito, enquanto perdurar a infração, a uma multa diária desde a data da infração, no valor equivalente a 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre a totalidade das suas Ações, pelo valor de mercado da Ação, conforme listado em bolsa, de acordo com a média, ponderada pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões em que tenha havido negócios com ações da Romi. De todo modo, o valor total de qualquer multa estará limitado, por evento, a 10% (dez por cento) de tal participação.

CLÁUSULA SEXTA

Este Acordo obriga igualmente os sucessores e cessionários dos Acionistas Acordantes, a qualquer tempo e título.

CLÁUSULA SÉTIMA

1.13 Acordos de acionistas

O Acionista Acordante que desejar Alienar total ou parcialmente suas Ações (“Acordante Alienante”), deverá ofertar aos demais Acionistas Acordantes, por escrito (“Oferta”), juntamente com cópia de proposta de compra por terceiros, se houver, devendo constar da Oferta, obrigatoriamente, (i) o nome desse terceiro e de seus sócios diretos e indiretos, (ii) a quantidade de Ações ofertadas, (iii) o preço a ser pago, (iv) as condições de pagamento e demais condições relevantes, devendo tal terceiro ser informado do direito de preferência previsto neste Acordo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço de cada ação a ser fixado pelo Acordante Alienante para a venda de suas Ações, não será, em qualquer hipótese, inferior ao preço médio ponderado das ações da Companhia, negociadas nos últimos 30 (trinta) pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a contar da comunicação do Acordante Alienante. Caso a intenção do Acordante Alienante seja a venda total ou parcial de suas Ações em bolsa de valores, deverá constar da Oferta o preço, o qual deverá ser a média aritmética entre os preços máximo e mínimo conforme divulgado pela B3 das Ações nos pregões dos dois dias úteis imediatamente anteriores à data de entrega da Oferta e o pagamento deverá ser à vista no ato da transferência das ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os demais Acionistas Acordantes terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Oferta a terceiros, ou 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Oferta em bolsa, para se manifestarem sobre a aquisição ou não das Ações ofertadas, na proporção das Ações que cada um possui, vinculadas ao presente Acordo, não computadas as do Acordante Alienante, em condições iguais ou melhores às apresentadas pelo Acordante Alienante (preço, prazo de pagamento e demais condições), assim como informar seu interesse no eventual rateio de sobras.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os Acionistas Acordantes que se manifestarem pelo exercício do direito de preferência ficarão obrigados a adquirir as Ações dentro de 30 (trinta) dias da data em que o Acordante Alienante tenha recebido a manifestação de interesse em exercer o direito de preferência, nas condições expressas na referida manifestação.

PARÁGRAFO QUARTO - Encerrado o prazo mencionado no Parágrafo Primeiro, sem a manifestação expressa do interesse dos demais Acionistas Acordantes, ficará o Acordante Alienante liberado para Alienar a terceiros, por preço e demais condições de pagamento não inferiores ao proposto aos outros Acionistas Acordantes, nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes, findos os quais deverá renovar a oferta feita aos demais Acionistas Acordantes se a alienação não se concretizar. Para fins do disposto neste Parágrafo, o Acordante Alienante deverá comprovar que a venda das Ações foi efetivamente realizada, no mínimo nas mesmas condições ofertadas aos demais Acionistas Acordantes.

PARÁGRAFO QUINTO - Havendo sobras, é assegurado aos demais Acionistas Acordantes, o exercício ao direito de preferência na proporção das Ações que cada um possui, vinculadas ao presente Acordo, não computadas as do Acordante Alienante. Caso algum Acordante destinatário da oferta não manifeste seu interesse na aquisição, os demais Acionistas Acordantes que houverem formulado tal intenção na forma do Parágrafo Segundo desta cláusula, terão assegurado o direito de preferência na aquisição de tais sobras, as quais serão rateadas na mesma proporção estabelecida neste parágrafo, entre os que manifestaram interesse no rateio, sempre nas mesmas condições de preço e prazo de pagamento.

1.13 Acordos de acionistas

PARÁGRAFO SEXTO - Se os demais Acionistas Acordantes não desejarem exercer o direito de preferência sobre as sobras nos termos do Parágrafo Quinto desta cláusula, o Acordante Alienante poderá vender a terceiros tais sobras, obrigando-se a renovar a oferta aos Acordantes se não ocorrer a alienação nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes, conforme regras descritas no Parágrafo Quinto desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Excetuadas as hipóteses previstas na Cláusula Terceira, a Alienação de Ações para terceiros não enseja a adesão destes terceiros ao presente Acordo, devendo ser providenciado pelo Secretário do Acordo o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I, de modo a excluir tais Ações do Acordo.

PARÁGRAFO OITAVO - Para fins deste Acordo, o termo “Alienação” (assim como a palavra “Alienar”) significa vender, permutar, doar, conferir ao capital, mutuar, ou por qualquer outra forma ceder (inclusive ceder o direito de preferência e o direito de subscrição), alienar ou transferir a posse ou titularidade das Ações, ou de direitos econômicos delas derivados, a qualquer título, de forma direta ou indireta, de forma voluntária ou involuntária, gratuita ou onerosa, ou, ainda, prometer praticar quaisquer uns dos referidos atos, ou dar em penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, ou usufruto com cessão de direitos políticos sobre as ações, seja a que título for.

PARÁGRAFO NONO - Não será considerada Alienação, para fins deste Acordo, aquela realizada aos ascendentes, descendentes, cônjuges, herdeiros legais e às pessoas jurídicas compostas integralmente por estes e/ou pelo próprio Acionista Acordante, enquanto tal pessoa jurídica mantiver esta condição. Eventual alienação a terceiros, de participação em pessoa jurídica que passe a integrar o Acordo, nos termos deste parágrafo, será equiparada à Alienação de Ações, aplicando-se as regras de direito de preferência de forma proporcional à participação alienada em relação às Ações detidas por tal pessoa jurídica.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O Acionista Acordante que, de qualquer forma, Alienar a totalidade das suas Ações, ficará automaticamente desvinculado deste Acordo.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Não serão permitidas desvinculações ao presente Acordo nos 30 (trinta) dias anteriores ou nos 30 (trinta) dias seguintes à data de uma assembleia geral de acionistas da Romi.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Exceto quando a Alienação implicar transferência da titularidade das Ações, nos termos deste Acordo, os Acionistas Acordantes não poderão ceder ou transferir o direito de voto das Ações a terceiros não vinculados ao presente Acordo, sendo nulos os instrumentos celebrados em desacordo com o previsto neste parágrafo, devendo a Companhia abster-se de registrá-los. Desta maneira, os Acionistas Acordantes estipulam que, em caso de oneração das Ações, deverá o Acionista Acordante necessariamente preservar o direito de voto das Ações oneradas; e na hipótese de aluguel das Ações, o locatário destas Ações ficará obrigado a exercer o direito de voto em consonância ao disposto pelos Acordantes, em Reunião Prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Não serão válidas as Alienações de Ações realizadas em desacordo com o disposto nesta cláusula, cabendo ao Secretário do Acordo e à Companhia absterem-se de registrá-las.

1.13 Acordos de acionistas

CLÁUSULA OITAVA

Obrigam-se os Acionistas Acordantes a providenciar o arquivamento do presente Acordo, bem como das suas eventuais alterações ou aditamentos, inclusive do seu Anexo I, na sede da Companhia, que se obriga a observá-lo, rigorosamente, em todos os termos e condições, razão pela qual o assina na qualidade de interveniente anuente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Cada um dos Acionistas Acordantes terá o direito de requerer ao Presidente da Assembleia Geral da Romi que declare a invalidade do voto proferido contra disposição expressa neste Acordo.

CLÁUSULA NONA

O presente Acordo vigorará a partir de 5 de novembro de 2022 pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por igual período, salvo se qualquer dos Acordantes se manifestar contrariamente à sua renovação, com até 6 (seis) meses de antecedência da data do término de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA

Se qualquer disposição contida neste Acordo for considerada inválida, ilegal ou inexecutável, sob qualquer aspecto, a validade, legalidade ou exequibilidade das outras disposições contidas neste Acordo não será afetada ou prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Este Acordo estabelece o acordo integral entre as partes em relação ao seu objeto, substituindo qualquer outro acordo, contrato, promessa, convenção, comunicação ou declaração, verbal ou por escrito, anteriormente havido por qualquer das partes em relação à matéria aqui tratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os Acionistas Acordantes deverão emendar os seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias e disputas que surgirem do presente Acordo, inclusive com relação à aplicação de penalidades e/ou indenizações. Ocorrendo qualquer controvérsia, qualquer dos Acionistas Acordantes nela envolvida deverá encaminhar ao outro Acionista Acordante ou aos outros Acionistas Acordantes envolvidos na controvérsia notificação escrita com o propósito de manter negociações amigáveis e de boa-fé a fim de resolvê-la no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação. Os Acionistas Acordantes concordam que em caso de insucesso da tentativa de resolver as controvérsias amigavelmente, as controvérsias deverão ser solucionadas exclusivamente por arbitragem, que será final, conclusiva e obrigará os Acionistas Acordantes, seus sucessores e cessionários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A arbitragem será conduzida no idioma português, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em local a ser definido pelo juízo arbitral, que decidirá de acordo com as leis do Brasil, em processo instaurado e conduzido de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Regulamento de Arbitragem do Mercado”) em vigor na data

1.13 Acordos de acionistas

de início de vigência do presente instrumento. Caso as regras procedimentais do Regulamento de Arbitragem do Mercado sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao tribunal arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório e/ou declaratório, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, tendo cada um dos Acionistas Acordantes em disputa o direito de nomear 1 (um) árbitro cada um. Se houver mais de um requerente ou mais de um requerido, os requerentes ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. O terceiro árbitro, que será também o presidente do juízo arbitral, será escolhido em conjunto pelos árbitros nomeados pelos Acionistas Acordantes. Na hipótese de qualquer dos Acionistas Acordantes deixar de nomear seu árbitro, ou de os árbitros indicados pelos Acionistas Acordantes da controvérsia não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, o árbitro será designado segundo as regras do Regulamento de Arbitragem do Mercado, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar aludido impasse.

PARÁGRAFO QUARTO - A decisão arbitral será dada por escrito e será devidamente fundamentada, com a descrição sumária dos fatos levados em consideração para a decisão e a indicação de sua base legal. A decisão arbitral será final e imediatamente exequível nos termos da lei em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - Cada Acionista Acordante será responsável, antes de proferida a decisão arbitral, por seus respectivos custos e despesas incorridos durante a arbitragem (o que inclui, sem limitação, honorários e despesas de advogados). Uma vez proferida a decisão arbitral, os custos deverão ser suportados pela parte vencida.

PARÁGRAFO SEXTO - O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, serão considerados confidenciais, não sendo admitida nenhuma publicidade, exceto na medida em que seja exigido pela lei em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A sentença arbitral a ser prolatada pelo tribunal arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva, obrigando as partes da controvérsia, as quais renunciaram expressamente a qualquer recurso, com exceção do pedido de esclarecimento previsto no art. 30 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

PARÁGRAFO OITAVO - Não obstante as disposições contidas nesta cláusula, os Acionistas Acordantes não estão impedidos de recorrer ao Poder Judiciário para: (i) a obtenção de medidas cautelares (ou qualquer outro recurso que não possa ser obtido no âmbito da legislação de arbitragem brasileira), de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, as quais prevalecerão somente até que sejam reapreciadas pelo tribunal arbitral, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas partes da controvérsia; (ii) assegurar a instituição da arbitragem; (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive a sentença arbitral, e (iv) pleitear eventualmente a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em lei. Para as medidas aqui previstas, fica desde já eleito o foro da cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo,

1.13 Acordos de acionistas

com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. A necessidade de interposição de qualquer medida cautelar ou qualquer outro recurso estabelecido nesta cláusula perante autoridade judicial não deverá ser considerada como incompatível com a eleição da arbitragem nem deverá representar uma renúncia por qualquer parte a quaisquer disposições desta cláusula. Quaisquer pedidos ou medidas implementadas pela autoridade judicial deverão ser notificadas sem demora ao tribunal arbitral, se já constituído, pela parte requerente de tal medida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os documentos relacionados a este Acordo poderão ser assinados pelos Acionistas Acordantes por meio digital, incluindo as atas de reuniões prévias, procurações, notificações e declarações, reconhecendo os Acionistas Acordantes como manifestação válida de anuência a sua assinatura em formato eletrônico e/ou por meio de certificados eletrônicos (assinatura eletrônica avançada e/ou assinatura eletrônica qualificada), inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, nos limites da legislação vigente. Os links para assinatura de tais documentos deverão ser enviados ao e-mail de cada Acionista Acordante, observando-se que eventual alteração de e-mail deve ser comunicada pelo Acionista Acordante ao Secretário do Acordo.

E, assim justas e convencionadas, assinam o presente Acordo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, SP, 1º de novembro de 2022

Carlos Guimarães Chiti

Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Romeu Romi

Anna Maria Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Frederico Romi

Paulo Romi

Patricia Romi Cervone

Adriana Romi

1.13 Acordos de acionistas

Fênix Empreendimentos S.A

Carlos Guimarães Chiti

José Carlos Romi

ROMI S.A.
INTERVENIENTE ANUENTE

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome: Daniel Antonelli
RG nº: 27.288.395-5

Nome: Daiane Aparecida de Oliveira Santos
RG nº: 43.144.994-6

1.13 Acordos de acionistasAnexo I

Acordo de Acionistas de ROMI S.A.,
celebrado em 1º de novembro de 2022

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS ACORDANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	2.486.462
Eugenio Guimarães Chiti	2.486.463
Juliana Guimarães Chiti	2.486.463
Américo Emílio Romi Neto	1.964.026
André Luís Romi	1.964.028
José Carlos Romi	1.964.028
Maria Pia Romi Campos	1.964.028
Romeu Romi	1.633.210
Anna Maria de Toledo Romi	204.560
Sandra Maria Romi Cheida	1.197.997
Frederico Romi	1.197.997
Patrícia Romi Cervone	1.197.997
Paulo Romi	1.197.997
Adriana Romi	1.197.996
Fênix Empreendimentos S.A.	14.329.958

1.13 Acordos de acionistas

Anexo II – Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas de ROMI S.A. [Modelo]
--

Pelo presente instrumento, [inserir nome do terceiro aderente], [inserir qualificação], doravante denominado simplesmente “Declarante”, vem, por meio deste Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas de ROMI S.A., firmado em ____ de _____ de 2022 (“Acordo”), aderir, integralmente e sem quaisquer ressalvas, ao Acordo e assumir expressa e pessoalmente responsabilidade pelo cumprimento das regras constantes do referido Acordo, cujos termos o Declarante declara conhecer em sua íntegra, obrigando-se a pautar suas ações na Companhia sempre em conformidade com tais regras, sujeitando-se, ainda, às multas e penalidades cabíveis nos termos do referido Acordo pelo seu descumprimento. O Declarante compromete-se tanto pelas obrigações a ele diretamente atribuíveis, como a fazer com que a Companhia cumpra os deveres estabelecidos no Acordo.

O Declarante firma o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[inserir local e data de assinatura]

[inserir nome do(s) Declarante(s)]

Testemunhas:

1.
Nome:
RG:

2.
Nome:
RG:

1.13 Acordos de acionistas**PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE ACIONISTAS DE ROMI S.A.,
CELEBRADO EM 1º DE NOVEMBRO DE 2022**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em Direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

1.13 Acordos de acionistas

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39;

todos domiciliados na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo,

e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5 – Sala 2, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo (“Fênix”);

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS ACORDANTES**; e

ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0014-88, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, e filial na mesma cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 56.720.428/0001-63, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ROMI”, “Companhia” ou “Sociedade”), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO que em 1º de novembro de 2022 os ACIONISTAS ACORDANTES firmaram o Acordo de Acionistas (“Acordo”);

CONSIDERANDO que em 28 de março de 2023 a Assembleia Geral Extraordinária da ROMI, nos termos do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 133.317.563,75 (cento e trinta e três milhões, trezentos e dezessete mil, quinhentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) com a emissão de 8.066.731 (oito milhões, sessenta e seis mil, setecentos e trinta e uma) novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 10 (dez) ações existentes (“Bonificação”);

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Segunda - Parágrafo Primeiro do Acordo, os ACIONISTAS ACORDANTES pretendem atualizar o Anexo I do Acordo, a fim de refletir a Bonificação;

Resolvem, as Partes, firmar o presente Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas celebrado em 1º de novembro de 2022, nos termos do art. 118 da Lei das S.A., em conformidade com os termos e condições a seguir:

1.13 Acordos de acionistas

1. A Bonificação resultou na emissão pela ROMI de novas Ações, creditadas em 06/04/2023 na posição dos ACIONISTAS ACORDANTES, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 10 (dez) ações por estes detidas.

Desta forma, o quadro de ações constante do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

2. Os ACIONISTAS ACORDANTES autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositárias das Ações Escriturais da ROMI a proceder todos os registros e transferências necessários referentes ao presente instrumento.

3. Exceto quanto às alterações previstas neste instrumento, todas as demais disposições do Acordo permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 6 de abril de 2023.

Carlos Guimarães Chiti

Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Romeu Romi

Anna Maria Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Frederico Romi

Paulo Romi

1.13 Acordos de acionistas

Patricia Romi Cervone

Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A

Carlos Guimarães Chiti

José Carlos Romi

**ROMI S.A.
Interveniente Anuente**

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome: Daniel Antonelli
RG nº: 27.288.395-5

Nome: Ana Paula dos S. Carlomagno Tebet
RG nº: 44.949.125-0

1.13 Acordos de acionistas

Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas de ROMI S.A.,
celebrado em 1º de novembro de 2022

Anexo I**Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo**

ACIONISTAS ACORDANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	2.735.108
Eugenio Guimarães Chiti	2.735.109
Juliana Guimarães Chiti	2.735.109
Américo Emílio Romi Neto	2.160.428
André Luís Romi	2.160.430
José Carlos Romi	2.160.430
Maria Pia Romi Campos	2.160.430
Romeu Romi	1.796.531
Anna Maria de Toledo Romi	225.016
Sandra Maria Romi Cheida	1.317.796
Frederico Romi	1.317.796
Patrícia Romi Cervone	1.317.796
Paulo Romi	1.317.796
Adriana Romi	1.317.795
Fênix Empreendimentos S.A.	15.762.953

1.13 Acordos de acionistas**SEGUNDO ADITIVO AO ACORDO DE ACIONISTAS DE ROMI S.A.,
CELEBRADO EM 1º DE NOVEMBRO DE 2022**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em Direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

1.13 Acordos de acionistas

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39;

todos domiciliados na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo,

e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5 – Sala 2, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo (“Fênix”);

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS ACORDANTES**; e

ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0014-88, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, e filial na mesma cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 56.720.428/0001-63, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ROMI”, “Companhia” ou “Sociedade”), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO que em 1º de novembro de 2022 os ACIONISTAS ACORDANTES firmaram o Acordo de Acionistas (“Acordo”), e em 6 de abril de 2023 celebraram o Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas;

CONSIDERANDO que em 26 de março de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária da ROMI, nos termos do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 83.698.043,75 (oitenta e três milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), com a emissão de 4.436.702 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e duas) novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 20 (vinte) ações existentes (“Bonificação”);

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Segunda - Parágrafo Primeiro do Acordo, os ACIONISTAS ACORDANTES pretendem atualizar o Anexo I do Acordo, a fim de refletir a Bonificação;

Resolvem, as Partes, firmar o presente Segundo Aditivo ao Acordo de Acionistas celebrado em 1º de novembro de 2022, nos termos do art. 118 da Lei das S.A., em conformidade com os termos e condições a seguir:

SEGUNDO ADITIVO AO ACORDO DE ACIONISTAS DE ROMI S.A. (04/04/2024)

1.13 Acordos de acionistas

1. A Bonificação resultou na emissão pela ROMI de novas Ações, creditadas em 04/04/2024 na posição dos ACIONISTAS ACORDANTES, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 20 (vinte) ações por estes detidas.

Desta forma, o quadro de ações constante do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

2. Os ACIONISTAS ACORDANTES autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais da ROMI a proceder todos os registros e transferências necessários referentes ao presente instrumento.

3. Exceto quanto às alterações previstas neste instrumento, todas as demais disposições do Acordo permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 4 de abril de 2024.

Carlos Guimarães Chiti

Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Romeu Romi

Anna Maria Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Frederico Romi

Paulo Romi

1.13 Acordos de acionistas

Patricia Romi Cervone

Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A

Carlos Guimarães Chiti

José Carlos Romi

**ROMI S.A.
Interveniente Anuente**

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome: Daniel Antonelli
RG nº: 27.288.395-5

Nome: Ana Paula dos S. Carlomagno Tebet
RG nº: 44.949.125-0

1.13 Acordos de acionistas

Segundo Aditivo ao Acordo de Acionistas de ROMI S.A.,
celebrado em 1º de novembro de 2022

Anexo I**Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo**

ACIONISTAS ACORDANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Adriana Romi	1.383.684
Américo Emílio Romi Neto	2.268.449
André Luís Romi	2.268.451
Anna Maria de Toledo Romi	236.266
Carlos Guimarães Chiti	2.871.863
Eugenio Guimarães Chiti	2.871.864
Fênix Empreendimentos S.A.	16.551.099
Frederico Romi	1.383.685
José Carlos Romi	2.268.451
Juliana Guimarães Chiti	2.871.864
Maria Pia Romi Campos	2.268.451
Patrícia Romi Cervone	1.383.685
Paulo Romi	1.383.685
Romeu Romi	1.886.357
Sandra Maria Romi Cheida	1.383.685

1.13 Acordos de acionistas**TERCEIRO ADITIVO AO ACORDO DE ACIONISTAS DE ROMI S.A.,
CELEBRADO EM 1º DE NOVEMBRO DE 2022**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em Direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF nº 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089, CPF nº 089.555.168-35;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, viúva, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF nº 067.631.108-39;

1.13 Acordos de acionistas

todos domiciliados na Rodovia Luiz de Queiroz (SP-304), km 141,5, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo,

e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luiz de Queiroz (SP-304), km 141,5 – Sala 2, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo (“Fênix”);

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS ACORDANTES**; e

ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ sob o n.º 56.720.428/0014-88, portadora do Código CVM n.º 7510, com sede na Rodovia Luiz de Queiroz (SP-304), km 141,5, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ROMI”, “Companhia” ou “Sociedade”), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO que em 1º de novembro de 2022 os ACIONISTAS ACORDANTES firmaram o Acordo de Acionistas (“Acordo”), tendo em 6 de abril de 2023 celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas e, em 04 de abril de 2024 celebrado o Segundo Aditivo ao Acordo de Acionistas;

CONSIDERANDO que em 25 de agosto de 2025, faleceu na cidade de São Paulo o Acionista Acordante **ROMEU ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG n.º 1.142.197, CPF n.º 014.770.568-15 (“*de cujus*”), conforme certidão de óbito expedida em 29 de agosto de 2025, pelo Cartório do Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, matriculada sob o n.º 122689 01 55 2025 4 00061 149 0035838 82, e que detinha 1.886.357 ações da Companhia em sua titularidade, na data do óbito;

CONSIDERANDO que a Acionista Acordante **ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI**, viúva meeira do *de cujus*, detinha 236.266 ações da Companhia em sua titularidade, na data do óbito as quais, somadas às ações do *de cujus*, em razão do regime de bens, totalizam 2.122.622 ações, resultando em 1.061.311 ações a serem partilhadas e mais 1.061.311 ações representativas da meação;

CONSIDERANDO que a viúva meeira e Acionista Acordante **ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI**, transferiu aos seus descendentes e herdeiros legítimos a titularidade das ações de sua meação, resultando na divisão mencionada no item 1 deste instrumento, mantendo para si o usufruto relativo aos proventos das ações;

COSIDERANDO que todos os herdeiros do *de cujus* são Acionistas Acordantes integrantes do Acordo;

1.13 Acordos de acionistas

CONSIDERANDO que a Companhia foi devidamente informada do resultado da partilha e da divisão da meação, conforme Certidão em breve relatório, extraída da escritura pública de inventário e partilha constante das páginas 158 a 186 do Livro de Escrituras n.º 1.721 do 1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, com selo digital 1144881CE000000014143925F;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Terceira, inciso II, alínea “a” e Parágrafo Segundo do Acordo, os ACIONISTAS ACORDANTES pretendem atualizar o Anexo I do Acordo, a fim de refletir a partilha das ações do *de cujus*,

Resolvem, as Partes, firmar o presente Terceiro Aditivo ao Acordo de Acionistas de ROMI S.A., celebrado em 1º de novembro de 2022, nos termos do art. 118 da Lei das S.A., em conformidade com os termos e condições a seguir:

1. A partilha das ações do espólio e da viúva meeira resultou na divisão proporcional e igualitária entre os herdeiros e Acionistas Acordantes, com aumento de 424.524 ações em favor de cada um dos Acionistas Acordantes Adriana Romi, Patrícia Romi Cervone e Paulo Romi, bem como no aumento de 424.525 ações em favor do Acionista Acordante Frederico Romi e 424.526 ações em favor da Acionista Acordante Sandra Maria Romi Cheida.

Desta forma, o quadro de ações constante do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

2. Fica desvinculada do Acordo, por força do disposto na Cláusula Sétima, Parágrafo Nono, a Acionista Acordante **ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI**.

3. Os ACIONISTAS ACORDANTES autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais da ROMI a proceder todos os registros e transferências necessários referentes ao presente instrumento.

4. Exceto quanto às alterações previstas neste instrumento, todas as demais disposições do Acordo permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

5. Além deste instrumento, quaisquer documentos relacionados ao Acordo poderão ser assinados pelos Acionistas Acordantes por meio digital, incluindo as atas de reuniões prévias, procurações, termos, notificações e declarações, reconhecendo os Acionistas Acordantes como manifestação válida de anuência a sua assinatura em formato eletrônico e/ou por meio de certificados eletrônicos (assinatura eletrônica avançada e/ou assinatura eletrônica qualificada), inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, nos limites da legislação vigente.

1.13 Acordos de acionistas

Os *links* para assinatura de tais documentos deverão ser enviados ao e-mail de cada Acionista Acordante, observando-se que eventual alteração de e-mail deve ser comunicada pelo Acionista Acordante ao Secretário do Acordo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 04 de novembro de 2025

Carlos Guimarães Chiti

Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Adriana Romi

Frederico Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Patrícia Romi Cervone

Paulo Romi

Anna Maria de Toledo Romi

Fênix Empreendimentos S.A

Carlos Guimarães Chiti

José Carlos Romi

1.13 Acordos de acionistas

ROMI S.A.
Interveniente Anuente

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Daiane Aparecida de Oliveira dos Santos
RG nº: 43.144.994-6

Maria Carolina Giubbina Aguiar
RG nº: 29.945.297-9

1.13 Acordos de acionistas

Terceiro Aditivo ao Acordo de Acionistas de ROMI S.A.,
celebrado em 1º de novembro de 2022

Anexo I**Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo**

ACIONISTAS ACORDANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Adriana Romi	1.808.208
Américo Emílio Romi Neto	2.268.449
André Luís Romi	2.268.451
Carlos Guimarães Chiti	2.871.863
Eugenio Guimarães Chiti	2.871.864
Fênix Empreendimentos S.A.	16.551.099
Frederico Romi	1.808.210
José Carlos Romi	2.268.451
Juliana Guimarães Chiti	2.871.864
Maria Pia Romi Campos	2.268.451
Patrícia Romi Cervone	1.808.209
Paulo Romi	1.808.209
Sandra Maria Romi Cheida	1.808.211

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alteração na condução de negócios para os exercícios apresentados.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não há contratos considerados relevantes nos exercícios apresentados.

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia informa o falecimento do Sr. Romeu Romi, Presidente do Conselho de Administração de sua Controladora Fênix Empreendimentos Imobiliários, ocorrido no dia 26/08/2025. A Companhia recebeu os documentos oficiais relativos à sucessão e, com base neles, procedeu à atualização da posição acionária em suas informações públicas..

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para continuidade e desenvolvimento de suas operações.

<u>Índices</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Liquidez Corrente	2,35	2,07
Liquidez Geral	1,43	1,51
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	4,08	3,01
EBITDA Ajustado / Ativo Total	0,05	0,06
Resultado Líquido / PL	0,07	0,09

Nos dois exercícios demonstrados acima, o ativo circulante foi superior ao passivo circulante em R\$ 984.934 mil e R\$814.927 mil em 2025 e 2024 respectivamente. Esse saldo resultou em posições de Liquidez Corrente de 2,35 e 2,07 em 2025 e 2024, respectivamente. Para Liquidez Geral, os dois exercícios encerraram com índices de 1,43 e 1,51 respectivamente.

A **Liquidez Corrente** aumentou de 2,07 em 2024 para 2,35 em 2025. O ativo circulante aumentou, de R\$1.400.895 milhões para R\$1.715.048 milhões, e o passivo circulante diminuiu de R\$761.139 mil para R\$730.114 mil. O acréscimo no ativo circulante decorre da elevação dos saldos nas contas operacionais ao final do período, devido a um aumento nas rubricas de clientes, estoques e/ou disponibilidades, refletindo o maior volume de operações na Companhia.

Liquidez Geral: Este índice mostrou uma leve queda, passando de 1,51 em 2024 para 1,43 em 2025. Apesar deste índice ainda apresentar condições saudável, isso reflete uma redução na capacidade geral da empresa de pagar suas obrigações de longo prazo, o que está associado principalmente ao aumento dos financiamentos no passivo não circulante.

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado: Este índice aumentou de 3,01 em 2024 para 4,08 em 2025. Esse aumento indica uma maior alavancagem da empresa em relação ao EBITDA. O aumento nesse índice está relacionado ao maior endividamento para financiar investimentos estratégicos, como a modernização do parque fabril e o negócio de Locação de Máquinas.

EBITDA Ajustado/Ativo Total: O índice diminuiu de 0,06 em 2024 para 0,05 em 2025. Isso aponta para uma redução na eficiência operacional da empresa em gerar EBITDA a partir dos ativos totais, o que está associado aos desafios operacionais enfrentados e já mencionados nas Demonstrações Financeiras, bem como ao aumento do ativo total que está associado às imobilizações que fazem parte do negócio de Locação de Máquinas.

Resultado Líquido/PL: A redução desse índice se deve à diminuição do Resultado Líquido, atrelada principalmente à queda dos negócios no segmento agrícola e de energia eólica, já mencionada nos releases de resultados da Companhia. O Patrimônio Líquido manteve-se estável, de modo que a oscilação do indicador está relacionada principalmente à performance do resultado no exercício.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b) estrutura de capital;

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada para o desenvolvimento das suas atividades, possuindo, em 31 de dezembro de 2025, um saldo total de seus Financiamentos – sem Finame Fabricante - no valor de R\$611.282 mil sendo 21% deste montante representado por Financiamentos no passivo circulante e 79% representado por Financiamentos no passivo não circulante. O aumento do saldo de dívida verificado entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025 vem em direção ao significativo investimento realizado para modernização do parque fabril, em linha com o planejamento estratégico da Companhia.

Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem um perfil compatível com a sua operação, o que lhe confere liquidez e flexibilidade operacional para implementar seu plano de investimento.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025 era composta por:

Estrutura de Capital - Em R\$ mil, exceto %	31/12/2025	31/12/2024
Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Não Circulante)	1.510.182	1.317.610
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	988.470	1.229.013
Total (Próprio + Terceiros)	2.498.652	2.546.623
% Capital de Terceiros	60,4%	51,7%
% Capital Próprio	39,3%	48,3%

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia era representada por 39,3% de capital próprio e 60,4% de capital de terceiros. A participação da estrutura de capital de terceiros na composição aumentou, quando comparada com o exercício de 2024, devido a capitalização de investimentos estratégicos para inovação do parque fabril, como o negócio de Locação de Máquinas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

A Administração da Companhia, por meio do planejamento e do controle constantes dos seus ativos e passivos financeiros, acredita não haver sinalização em relação à capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$ 476.101 (sendo R\$ 376.534 em caixa e equivalente de caixas e R\$ 99.567 em aplicações financeiras) e dívidas financeiras de R\$611.282, sendo que R\$ 129.809 possuem vencimentos em 2027. Essa posição financeira resulta em uma dívida líquida no montante de R\$135.200 que comparada ao EBITDA alcançado no ano de 2025, significa uma relação de 0,83x.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

Atualmente, as principais fontes de captação de recursos da Companhia são linhas de crédito oferecidas pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), linhas de crédito voltadas ao financiamento de componentes importados e linhas de crédito disponibilizadas para o financiamento das exportações, oferecidas pela maioria dos bancos comerciais.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atualmente, a Companhia não tem intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, possuía os seguintes níveis de endividamento:

R\$ mil	2025
Caixa e equivalentes de caixa	376.534
Aplicações financeiras	99.567
Financiamentos (parcelas do circulante)	129.809
Financiamentos (parcelas do não circulante)	481.473
Caixa líquido (valor de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras deduzido dos financiamentos)	(135.181)
Total disponibilidades	476.101
Total financiamentos	(611.282)
Patrimônio líquido	1.248.879
Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido)	10,82%
Total da dívida (circulante + não circulante)	(611.282)
Variação da dívida líquida – aumento (redução)	(32.470)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

Modalidade	Circulante			Não Circulante 2024	Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	2025	2024	2025					
PROJETO FINEP (a)	21.184	275	125.158	146.018	jun-2030	Mensal	TR + 3,30 a.a.	Fiança bancária
Financiamento à Exportação (NCE) (b)	6.864	1.513	27.509	35.355	mar-2026 a ago-2026	Parcela única	Juros de 5,7% a.a	Aval Rominor Empreendimentos e Rominor Comércio
Financiamento à Exportação (NCE) (c)	24.832	53	91.141	49.255	set-2026 a dez-2027	Parcela única	Juros de 3,949% a.a a 4,07% a.a	Aval Rominor Empreendimentos
Financiamento à Exportação (NCE)	-	12.945	-	-	mar-2025	Parcela única	Juros de 2,03% a.a	
BNDES Exportação	9.963	-	17.606	-	abr-2028	Mensal	Juros de 4,8678% a.a.	Covenants
BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial - Giro Diversificação (g)	381	-	200.000	-	dez-2030	Mensal	Juros de 3,53% a.a	Covenants
EXPORT ACC (d)	-	37.159	-	-	jan-2025 a mar-2025	Parcela única	Juros de 4,63% a.a a 4,68% a.a	Aval Rominor Comércio
BNDES Exportação Linha 4.0	15.707	15.734	15.508	31.017	dez-2027	Mensal	Taxa Selic + 0,75% a.a. (252 dias)	Covenants
CONTROLADORA	78.930	67.679	476.922	261.645				
B+W-Financiamento construção centro de tecnologia e administração (e)	1.792	2.276	895	2.673	jun-2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
B+W-Itaú Loan Agreement (e)	22.638	45.041	-	22.520	mar-2025 a jun-2026	Parcela única	Juros de 5,15% a.a a 5,70% a.a	Aval Romi S.A.
BNDES EXIM PÓS MODALIDADE SUPPLIER CREDIT (f)	26.450	32.152	3.655	30.421	set-2027	Semestral	Juros de 1,231415% a.a a 3,3661% a.a	Aval Romi S.A.
CONSOLIDADO	129.809	147.148	481.473	317.259				

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia possui uma linha de financiamento oferecida pelo BNDES, denominada Finame Fabricante, que é contratada através dos agentes financeiros (bancos comerciais credenciados), cujos prazos podem ser de até 60 meses.

iii. grau de subordinação entre as dívidas;

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

A Companhia, em conformidade com as exigências e necessidades financeiras para o financiamento de suas atividades adotou quatro tipos de financiamentos. Em 28 de abril de 2020 foi autorizado a contratação pela Companhia junto ao BNDES da Linha de Financiamento Exim Pré-embarque; em 29 de março de 2022 foi contratada pela Companhia junto ao Sistema BNDES da Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade Supplier Credit); em dezembro de 2022 foi contratada pela Companhia junto ao Sistema BNDES da Linha de Financiamento BNDES Exim Pré-embarque para bens credenciados 4.0. Em 04 de dezembro de 2025, foi autorizada a contratação Financiamento BNDES “Brasil Soberano Crédito Emergencial – Giro Diversificação”.

Nos quatro contratos citados acima, foi constituída uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Líquida / EBITDA) menor ou igual a 3,75, apurado pelo resultado consolidado acumulado nos últimos 12 meses a partir da última Demonstração Financeira Padronizada ou última Informação Trimestral.

No contrato firmado em 2025 há previsão dos seguintes covenants: (i) Restrição à distribuição de lucros acumulados durante 2025-2027, respeitadas as disposições do artigo 45, alíneas a e b e parágrafo único do Estatuto Social da Companhia que permite que, no exercício em que atendido o disposto no Estatuto com relação à destinação dos lucros, ainda houver saldo de lucro, este seja distribuído como dividendo, respeitando as disposições legais e demais disposições estatutárias aplicáveis; (ii) Obrigação de manter ou ampliar o nível de empregos, conforme critérios definidos no contrato.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas do item acima.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

Não há financiamentos contratados com limites não utilizados.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

R\$ mil	2025	2024
Ativo:		
Circulante (a)	1.715.048	1.576.066
Não circulante (b)	1.044.013	970.557
Total do ativo	2.759.061	2.546.623
Passivo:		
Circulante (c)	730.114	761.139

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não circulante (d)	780.068	556.471
Patrimônio líquido (e)	1.246.630	1.226.745
Participação dos não controladores	2.249	2.268
Total do passivo e patrimônio líquido	2.759.061	2.546.623

(a) As variações mais significativas entre as linhas do ativo circulante foram nas seguintes rubricas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma):

(i) “Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras” (R\$476.101 em 2025 e R\$ 361.969 em 2024). O aumento dessa rubrica deve-se às captações de recursos ocorridos durante o exercício de 2025 e resultado da operação.

(ii) “Estoque de Máquinas de locação destinadas a venda” (R\$42.942 em 2025 e R\$22.987 em 2024). O aumento se deve pelo retorno de máquinas de locação cujo contrato foi finalizado e agora estão disponíveis para venda.

(b) A variação mais significativa entre as linhas do ativo não circulante foi na seguinte rubrica (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma):

(i) “Impostos e contribuições a recuperar” (R\$ 50.467 em 2025 e R\$ 65.599 em 2024). A redução se deve ao desconhecimento do crédito tributário relativo aos depósitos judiciais que havia sido reconhecido em 30 de setembro de 2021 (Ver nota 10 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025).

(ii) “Imobilizado” (R\$ 546.493 em 2025 e R\$ 497.420 em 2024). O aumento nessa linha é reflexo da consolidação do novo negócio de locação de máquinas lançado em meados de 2020, que apresentou forte crescimento nos últimos exercícios, além de investimentos de modernização e aumento de eficiência do parque fabril

(c) As variações mais significativas entre as linhas do passivo circulante foram nas seguintes rubricas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma):

(i) “Fornecedores” (R\$ 73.925 em 2025 e R\$ 110.420 em 2024). Essa redução ocorreu em linha com a queda de importações em andamento, em linha com a redução da carteira de pedidos das unidades Máquinas Romi e Fundidos e Usinados.

(ii) “Adiantamento de clientes” (R\$ 224.972 em 2025 e R\$ 187.257 em 2024). O aumento é reflexo do incremento da carteira de pedidos da subsidiária alemã BW.

(iii) “Dividendos e juros sobre o capital próprio” (R\$ 28.930 em 2025 e R\$ 17.817 em 2024). O aumento se deve aos dividendos declarados em 2025 que serão pagos ao longo de 2026.

(d) As variações mais significativas entre as linhas do passivo não circulante foram nas seguintes rubricas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma):

(i) “Financiamentos” (R\$ 481.473 em 2025 e R\$ 317.259 em 2024). O aumento se deve pela captação de novos contratos de financiamentos.

(e) A receita operacional líquida auferida em 2025 foi de R\$1,3 bilhão, 8,7% superior à registrada em 2024, reflexo do aumento de receita da subsidiária alemã BW:

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de máquinas-ferramenta e máquinas para processamento de plásticos, novas e seminovas, peças de reposição, pela reforma de máquinas e de peças fundidas e/ou usinadas e pela prestação de serviços de assistência técnica, locação de máquinas, entre outros serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais .

Os fatores que afetaram os resultados operacionais da Companhia já foram descritos no item 2.1. deste formulário.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação;

As principais variações da receita já foram descritas no item 2.1. deste formulário.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Atualmente, aproximadamente 38% do custo da Companhia está vinculado ao câmbio (entre materiais importados e materiais nacionais sensíveis ao câmbio). É importante mencionar que em virtude de grande parte dos competidores da ROMI, principalmente no segmento de máquinas ROMI, possuírem sua produção em outros países, seus patamares de preço possuem influência do dólar norte-americano (US\$) e/ou do euro (€), situação que, em uma desvalorização do real (R\$) perante essas moedas, deixa os produtos ROMI mais competitivos local e internacionalmente.

A Companhia possui dívidas indexadas ao dólar norte americano e/ou euro, contudo a exposição líquida da Companhia ao câmbio é baixa, devido a Companhia ser exportadora e, portanto, possuir também recebíveis em moeda estrangeira. Os impactos do câmbio nos ativos e passivos financeiros da Companhia estão demonstrados na Nota Explicativa Nº21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

O impacto da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia está demonstrado na Nota Explicativa Nº21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2;

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável à Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2025.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício de 2025.

b. eventos ou operações não usuais

Embora a Companhia possua um volume importante de propriedades para investimento, para fins das demonstrações financeiras, com o objetivo de prover aos usuários destas demonstrações um entendimento adequado das operações recorrentes, o resultado alcançado com essas propriedades para investimento é ajustado para a medição da performance operacional da Companhia.

Para os exercícios findos em 2025 e 2024 o resultado obtido com as negociações das propriedades Empreendimento Vila Romi Residence, Adara e venda de outros terrenos foi de R\$ 13.608 em 2025 e R\$ 18.983 em 2024.

2.5 Medições não contábeis

- a. informar o valor das medições não contábeis;
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;
- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA ajustado representa o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização sem considerar os efeitos do reconhecimento dos impactos do empreendimentos Vila Romi Residence e empreendimento Adara, junto ao desreconhecimento do ganho do processo SELIC. Esses impactos estão registrados na rubrica de "Outras receitas operacionais líquidas" devido à sua natureza de receita não recorrente.

Reconciliação do Resultado Líquido com o EBITDA	Acumulado
R\$ mil	2025
Resultado do exercício	86.170
Imposto de renda e contribuição social	21.498
Resultado financeiro líquido	(14.245)
Depreciação e Amortização	70.086
EBITDA	163.509
Margem EBITDA	12,3%
EBITDA AJUSTADO (*)	149.900
Margem EBITDA (*)	11,3%
Receita Operacional Líquida Total	1.326.712

(*) O resultado de 2025 encontra-se ajustados EBIT E EBITDA nos montantes R\$13.609; e lucro líquido nos montantes (R\$7.089), referentes ao reconhecimento dos impactos do empreendimento Vila ROMI Residence, empreendimento Adara e desreconhecimento do ganho do processo SELIC.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 04 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação Financiamento no âmbito do Programa BNDES “Brasil Soberano Crédito Emergencial – Giro Diversificação”, com a finalidade apoiar o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, valor de até R\$200 milhões, com prazo até 31 de dezembro de 2030 e taxa de 3,53% a.a.

2.7 Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros;

Do lucro líquido apurado após as deduções previstas no Estatuto Social da Companhia (artigos 43, 44 e 45), por proposta do Conselho de Administração, é retido 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal até que esse fundo atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

b. regras sobre distribuição de dividendos ;

O Estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. Apesar disso, a política da Companhia é propor a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da Companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Respeitada a legislação e o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JCP em montante inferior a 33% (trinta e três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

As distribuições de dividendos não possuem periodicidade pré-estabelecida, uma vez que elas ocorrem de acordo com as decisões da Administração, sendo essas baseadas em análises da situação econômico-financeira da empresa.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais ;

(g) Em 04 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação Financiamento no âmbito do Programa BNDES “Brasil Soberano Crédito Emergencial – Giro Diversificação”, com a finalidade apoiar o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, valor de até R\$200 milhões, com prazo até 31 de dezembro de 2030 e taxa de 3,53% a.a

Essa captação aplica-se aos covenants de Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75, a ser calculado ao fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2026; Restrição à distribuição de lucros acumulados durante 2025-2027, respeitadas as disposições do artigo 45, alíneas a e b e parágrafo único do Estatuto Social da Companhia que permite que, no exercício em que atendido o disposto no Estatuto com relação à destinação dos lucros, ainda houver saldo de lucro, este seja distribuído como dividendo, respeitando as disposições legais e demais disposições estatutárias aplicáveis; Obrigação de manter ou ampliar o nível de empregos conforme critérios definidos no contrato.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Dividendos foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de agosto de 2006 e pode ser consultada no site da Companhia no menu de Investidores, conforme link: <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-dividendos/>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos;

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025 não possui ativos e/ou passivos que não estejam registrados nas suas demonstrações financeiras, tampouco divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Atualmente, a Companhia possui um contrato de futura compra de energia elétrica.

A Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica para os próximos três anos, sendo 2026 com a Auren Energia, e para o período que sucede o contrato foi contratada a CTG Brasil, portanto, até 31 de dezembro de 2028, e passa a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

ANO DE FORNECIMENTO	VALOR
2026	8.669
2027 e após	18.802
	27.471

A Administração da Companhia é da opinião de que esses contratos estão condizentes com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

iii. contratos de construção não terminada;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía contratos de construção não terminada.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025 não possui ativos e/ou passivos que não estejam registrados nas suas demonstrações financeiras, tampouco divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

As despesas do contrato de Energia são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente de acordo com o consumo.

- b. natureza e o propósito da operação;**

O propósito da Companhia em manter o contrato de Energia é garantir o fornecimento necessário para o processo de produção evitando oscilações relevantes no preço contratado.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Informações mencionadas anteriormente no item 2.8.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Em 2025, a Companhia pretende destinar seus investimentos à manutenção regular do seu parque fabril, a projetos de ganho de eficiência e competitividade e a nova solução de concessão de linhas de créditos para financiamento de máquinas aos clientes (PRODZ). Além disso, conforme ata do Conselho de Administração aprovada em 11 de março de 2025, para o exercício vigente, o valor limite para investimento no negócio de locação de máquinas é de R\$130.000 mil (31 dezembro de 2024 montante de R\$122.709 mil).

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano 2025 por meio de capital próprio ou por meio de financiamentos para os casos em que o custo do capital seja atrativo.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não aplicável à Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável à Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Anualmente, a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Historicamente, a ROMI investe aproximadamente 4% da receita operacional líquida de máquinas em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2024, o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$31.074 mil (R\$ 30.160 mil em 2023).

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

Dentre as iniciativas previstas no plano de negócios da Companhia, destacamos:

Modernização dos parques fabris, buscando menor impacto ao meio ambiente, maior segurança aos seus colaboradores,

2.10 Planos de negócios

tornando os negócios sustentáveis. Tal modernização reflete em substituição de equipamentos por equipamentos mais econômicos, que geram menos resíduo e com menor desperdício de matéria prima.

A ROMI é reconhecida pela sua capacidade de inovação e elevada tecnologia embarcada em seus produtos. As máquinas ROMI se destacam pelo emprego de materiais e equipamentos de elevada eficiência, a utilização de sistemas inteligentes, o aprimoramento constante e o desenvolvimento massivo e contínuo em automações e soluções de conectividade com foco na indústria 4.0. Aproximadamente 4% da receita anual líquida é investida na pesquisa e no desenvolvimento de soluções que visam a tornar o ambiente fabril mais sustentável, por meio de tecnologias que minimizam o impacto ambiental, elevando tanto o patamar de segurança quanto o nível de eficiência e de performance dos nossos produtos. Maiores informações em Portal ESG (disponível em <https://lp.romi.com/esg>).

Meio Ambiente - Em 2022, foi iniciado o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Comparando com 2023, as emissões de escopo 1 tiveram um leve aumento de 5%, principalmente devido a maiores emissões fugitivas, apesar da redução no consumo de gás natural. As emissões de escopo 2, ligadas ao consumo de energia elétrica, caíram 11%, refletindo menor consumo em 2023. O escopo 3, que inclui transportes e viagens, representa a maior parte das emissões da empresa, principalmente pelos transportes de materiais e produtos. No geral, as emissões totais dos escopos 1 e 2 aumentaram apenas 1%, mantendo-se estáveis. O inventário de 2024 deverá ser finalizado no segundo semestre de 2025.

Responsabilidade Social – Em 2024, foram investidos com recursos próprios mais de R\$ 1,55 milhões em 16 projetos de assistência e desenvolvimento social.

A ROMI também investe na formação de profissionais técnicos, com foco voltado à capacitação profissional, mantendo seus equipamentos em comodato, em diversas escolas técnicas, universidades e centros de pesquisa. Essa parceria envolve o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), o Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa), a USP (Universidade de São Paulo), o Senai e a Obra Social Dom Bosco Itaquera. Trata-se de um investimento que, em 2024, ultrapassou a marca de R\$ 1,6 milhão.

Com um forte compromisso com a Saúde e Segurança do Trabalho, reduzimos significativamente o número absoluto de acidentes de trabalho, atingindo uma queda de 39,5% em relação ao ano de 2023.

A constante adequação à evolução social é o que permite à ROMI fazer parte da história da indústria nacional e da vida de milhares de pessoas. A promoção da diversidade, equidade e inclusão é parte da jornada de evolução do negócio e seu desenvolvimento sustentável, com um olhar voltado para o presente e o futuro das pessoas, da Companhia e da própria indústria.

A ROMI também implementou, em parceria com o SENAI, uma turma em um curso de Solda, específica para mulheres da comunidade local. A iniciativa teve como objetivo capacitá-las e prepará-las para futuras oportunidades na Companhia e também para o mercado de trabalho.

Com o compromisso de ampliarmos os canais de comunicação com a comunidade surda da ROMI, realizamos 2 turmas de formação em Libras, além de mantermos um treinamento inicial do tema nos programas de integração de novos funcionários.

Governança Corporativa - A Companhia divulga, desde 2022, suas informações ESG através do Portal ESG disponível em seu site, bem como o Relatório ESG, com dados, compromissos e práticas ESG adotados relativos ao exercício social findo.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

(a) Objeto da projeção

Não divulgamos *guidance*, pois entendemos que nos últimos anos, dada a conjuntura macroeconômica instável pela qual o mundo e especialmente o Brasil está passando, nossas previsões, que são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor, e dos mercados internacionais, tiveram que passar por revisões, o que pode prejudicar a interpretação dos investidores.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável.

(d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável.

3.2 Acompanhamento das projeções

- a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;**

Quando divulgamos *guidance*, o Conselho de Administração analisa trimestralmente os números apresentados ao mercado em suas reuniões.

No período atual, considerando que não estamos divulgando *guidance* para 2026, esse acompanhamento se torna não aplicável à Companhia.

- b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;**

Não aplicável à Companhia.

- c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

Não aplicável à Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(a) emissor

Defasagem tecnológica

Para garantir a manutenção do negócio é necessário não somente expandir a base de clientes, mas também fornecer soluções de tecnologia aderentes às demandas do mercado. A estratégia da Companhia depende da capacidade de atender clientes antes e depois da venda do produto, oferecendo custos e tecnologia competitivos.

Um fator de risco é não haver sucesso na expansão das linhas de produtos, e consequentemente na incapacidade de manter os atuais clientes e/ou atrair novos clientes. Também não é possível garantir que os clientes deixem de migrar para concorrentes com soluções mais competitivas.

O negócio da Companhia é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento ou aplicação de tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores poderia causar atraso no desenvolvimento, ou abandono de nova tecnologia ou de novos produtos. Não há garantia de que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) atingirão os preços ou desempenho desejados, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto os produtos desenvolvidos com outras tecnologias.

A Companhia possui processos internos efetivos para mitigar esses riscos, como o Technology roadmap (TRM), que possui como objetivo a análise das tecnologias e aplicações futuras e seus impactos na estratégia de desenvolvimento das novas soluções.

Interrupção da Linha de financiamento – FINAME pode impactar o volume de vendas.

A Companhia é habilitada a utilizar a linha de financiamento do BNDES denominada Finame (ao Fabricante e ao Comprador), que permite conceder aos clientes linhas de crédito em condições financeiras geralmente mais vantajosas do que as oferecidas pelas demais instituições financeiras do mercado.

Nesse sentido, a modificação desse programa ou a ocorrência de fato que torne a Companhia inelegível a tal linha de crédito pode onerar os financiamentos concedidos aos clientes, reduzindo o volume de vendas.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Fabricante, a Companhia figura como devedora e repassa integralmente aos clientes os termos negociados, devendo o cliente declarar que conhece as condições contratadas, mantendo as máquinas vendidas em garantia real ao cumprimento das obrigações. De acordo com essa modalidade de financiamento, no caso de inadimplência dos clientes, a Companhia arca com as obrigações do respectivo financiamento perante o BNDES. Vendas sob tal modalidade de financiamento são um componente importante à receita da Companhia. Dessa forma, os resultados operacionais e a situação financeira podem ser adversamente afetados, caso não haja capacidade dos clientes em honrar suas obrigações com relação ao crédito.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Comprador, o risco na tomada do recurso junto ao agente financeiro é do próprio cliente.

A Companhia constantemente busca desenvolver novas fontes de financiamento aos seus clientes, inclusive oferecendo crédito direto através da sua Fintech Prodz, criada em 2022.

Ataques cibernéticos podem impactar a infraestrutura de operação da Companhia

As operações da Companhia são, em sua maioria, suportadas por sistemas de informação e, portanto, estão expostas a riscos de segurança cibernética, desde a invasão dos sistemas de tecnologia da informação e plataformas por hackers até a infiltração de malwares e acessos não autorizados a dados confidenciais, que podem ocasionar falha momentânea ou interrupção do

4.1 Descrição dos fatores de risco

acesso ou funcionamento dos sistemas e plataformas, inclusive e-commerce, e eventual vazamento de dados pessoais, que pode resultar em demandas com perda financeira de alto impacto à Companhia.

Nos últimos anos, a Companhia alocou recursos significativos no desenvolvimento de profissionais dedicados, no intuito de mitigar os principais riscos cibernéticos, bem como implementou recursos de software de proteção e monitoramento, alinhados às melhores práticas do mercado, incluindo o uso ferramentas de inteligência artificial. Adicionalmente, há suporte de empresa especializada que monitora e realiza atividades para identificação de eventuais fragilidades, para que sejam sanadas. Como resultado, houve melhora significativa do monitoramento e das barreiras de proteção dos sistemas e dados.

Falha de produtos ou produtos que não estejam adequados às especificações pode impactar a imagem da Companhia por responsabilidade civil.

Em condições normais de operação a Companhia está exposta a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes de falha dos produtos, além de despesas, que são naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa. Existe, ainda, a possibilidade de propaganda negativa, gerada em razão de ações por responsabilidade civil.

O lançamento de novos produtos que não estejam adequados com as especificações previamente aprovadas, pode levar à necessidade de reparo em campo ou de um recall, ocasionando potencial perda de receita, custos para correção e possível publicidade negativa. Não há histórico de ocorrências relevantes dessa natureza na Companhia.

Indenização de seguro para situações extremas podem não ser suficientes para cobrir as perdas.

As atividades da Companhia, de um modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos operacionais, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças na legislação e regulamentação ambiental, riscos relacionados ao meio ambiente, fatores climáticos e outros fenômenos naturais.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela Administração para cobertura de eventuais perdas. No entanto, em situações extremas essas coberturas podem não ser suficientes.

Sucessão da Alta Administração pode ter impactos negativos nos negócios.

A adequada sucessão na Administração da Companhia é um possível fator de risco, considerando sua atuação em um mercado específico, e que demanda conhecimento dos executivos na condução dos negócios. Se a sucessão da Alta Administração não for realizada criteriosamente, a Companhia poderá ser impactada negativamente pelos resultados não alcançados.

Atualmente, a maioria dos contratos firmados com os executivos incluem cláusulas de pacto de não concorrência.

Adicionalmente a Companhia mantém um processo de sucessão da Alta Administração, conduzido pelo Conselho de Administração, que é avaliado de maneira tempestiva.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Não há outro fator de risco em relação aos acionistas da Companhia ou seus acionistas controladores.

(c) Suas controladas e coligadas

Não há outro fator de risco em relação a suas controladas e coligadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(d) Seus administradores

Adicionalmente aos fatores de risco envolvendo a Alta Administração, já mencionados neste FR, não há outro fator de risco em relação aos administradores da Companhia.

(e) Seus fornecedores

Determinados componentes são concentrados em uma cadeia de fornecimento reduzida, que pode ser afetada por alterações de projeto ou redesenho dos itens, situação financeira e econômica desses fornecedores, aspectos climáticos que possam impactar materialmente ou mesmo pelos recentes eventos geopolíticos a nível global.

No último ano a Companhia tem se empenhado em desenvolver novos fornecedores para o fornecimento dos itens concentrados, a fim de reduzir o risco que envolve sua cadeia de suprimentos.

(f) Seus clientes

Não há outro fator de risco em relação aos clientes da Companhia.

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

O aumento da concorrência no setor de atuação pode reduzir a competitividade da Companhia.

O mercado dos produtos ROMI é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. A habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso se apoia no desenvolvimento de produtos, investimento em inovação, adaptação às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, além de atuação contínua na eficiência operacional com foco na gestão orçamentária.

O aumento da concorrência pode ocorrer através do aumento da capacidade produtiva de concorrentes e do surgimento de outros players no mercado, além do desenvolvimento de tecnologias ou produtos por esses competidores. Como forma de mitigar esses aspectos de risco, a Companhia investe de maneira consistente em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo que aproximadamente 3% da Receita Operacional Líquida é destinada anualmente para projetos de inovação tecnológica.

Adicionalmente, o posicionamento de concorrentes estrangeiros no Brasil é diretamente influenciado pela cotação do Dólar versus o Real, assim como pelos impostos incidentes sobre as suas atividades no Brasil. Dessa forma, uma eventual valorização do Real frente ao Dólar, ou a redução das alíquotas dos tributos incidentes sobre as atividades de concorrentes estrangeiros poderão tornar tais concorrentes mais competitivos, impactando os preços praticados e consequentemente as margens operacionais.

Mudanças no cenário econômico do país podem afetar significativamente as operações. Buscando reduzir a dependência do mercado interno, a Companhia tem investido no crescimento sustentável e gradual das suas exportações e de suas subsidiárias no Exterior.

Fatores macroeconômicos influenciam no crescimento industrial brasileiro e, consequentemente, nas estratégias de crescimento da Companhia.

Grande parte da atual carteira de clientes é composta por empresas que atuam no segmento da indústria de transformação e bens de consumo de itens duráveis. Assim, a expansão das atividades e a implementação dos planos de negócios é fortemente

4.1 Descrição dos fatores de risco

influenciada pela performance da indústria no mercado brasileiro. Cenários onde a economia brasileira deixe de crescer ou mantenha um crescimento pouco expressivo afetariam substancialmente o desempenho da Companhia.

O desempenho do setor de bens de capital em geral, e o de máquinas e equipamentos pesados em particular, é influenciado de forma significativa pelo nível de investimentos realizados no País, tanto pelo setor privado quanto pelo público. Por envolver bens de alto valor agregado, o setor também depende da existência de acesso a crédito de longo prazo a custos atrativos por parte de instituições financeiras privadas e públicas, nacionais e internacionais, e por entidades multilaterais. A indústria de bens de capital é geralmente uma das primeiras a serem afetadas por crises econômicas e uma das últimas a reagir com a retomada do crescimento econômico. A diminuição dos investimentos realizados no País e a inexistência de crédito de longo prazo em montantes suficientes a custos atrativos poderão afetar adversamente a economia nacional, prejudicando o resultado operacional e condição financeira da Companhia.

Concentração das fontes de receita em um segmento de negócios pode afetar os resultados da companhia.

A Companhia está dividida em três unidades de negócio, são elas: Máquinas ROMI, Máquinas B+W e Fundidos e Usinados. A receita da Companhia, dentre suas unidades de negócio, é analisada pelo segmento de atuação de seus clientes. A Companhia entende que a concentração de receita em determinado segmento ou cliente pode afetar seus resultados.

A Companhia atua no mercado de bens de capital e de peças fundidas e usinadas, com aplicação nos segmentos de mercado automotivo, agrícola, bens e equipamentos, eólico, entre outros. A concentração de receitas em um determinado segmento de mercado pode afetar os resultados da Companhia, caso este segmento seja afetado pela defasagem de tecnologia, crises macroeconômicas ou sanções do governo.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

Não há outro fator de risco em relação aos setores em que a Companhia atua.

(i) países estrangeiros onde o emissor atue

Não há outro fator de risco em relação aos países em que a Companhia atua.

(j) questões sociais

Legislação trabalhista

Todos os estabelecimentos da Companhia estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam de diversos aspectos trabalhistas envolvendo, por exemplo, a saúde e a segurança dos colaboradores. A Companhia efetua investimentos significativos para o atendimento das disposições legais, além de trabalhos realizados por instituições independentes para assegurar o seu pleno cumprimento, assim como potenciais melhorias. Alterações significativas nessa legislação podem impactar os custos do seu integral cumprimento.

Outros Regulamentos

A Companhia também está sujeita às mudanças regulatórias do mercado de capitais e de órgãos com atuação fiscalizatória ou regulatória, que podem exigir ações voltadas a programas de cotas, vagas afirmativas e até alterações de quadro, com impacto direto em sua operação, por demandarem investimentos significativos para cumprimento dessas normas, com reflexos relevantes em outros investimentos estratégicos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(k) questões ambientais

Legislação ambiental

Todos os estabelecimentos da Companhia estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam da proteção e preservação do meio ambiente. A Companhia efetua investimentos significativos para atender às disposições legais, assim como possui políticas internas relacionadas ao assunto. Alterações significativas na legislação podem impactar os custos do seu integral cumprimento.

Também há riscos quanto à alteração da legislação que regula o uso da matéria prima dos produtos ROMI, impactando os negócios da Companhia.

(l) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Impactos das Mudanças climáticas na oferta de energia elétrica

Os processos produtivos da Companhia fazem o uso de energia elétrica, em função dos riscos físicos causados pelas mudanças climáticas que podem afetar o regime de precipitações e a capacidade de geração de energia da matriz elétrica nacional, o custo de energia pode se tornar significativamente maior no futuro, ocasionando inclusive em racionamentos (problema está na oferta de energia) impactando os custos incorridos à Companhia.

Também a busca por recursos mais sustentáveis, como a substituição do ferro fundido por outras ligas metálicas e/ou outros materiais, assim como a mudança da tecnologia, como por exemplo a eletrificação de motores, a longo prazo, podem trazer impactos negativos ao ramo de negócios de fundidos e usinados.

Impactos climáticos significativos podem impactar as atividades da Companhia assim como de seus clientes e fornecedores, contudo, é impraticável prever com razoável assertividade tais impactos, assim como, as suas probabilidades de ocorrência.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não há outro fator de risco que não esteja compreendido nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.

- I. Defasagem tecnológica;
- II. Ataques cibernéticos podem impactar a infraestrutura de operação da Companhia;
- III. O aumento da concorrência no setor de atuação pode reduzir a competitividade da Companhia;
- IV. Fatores macroeconômicos influenciam no crescimento industrial brasileiro e, consequentemente, nas estratégias de crescimento da Companhia;
- V. A Interrupção da Linha de financiamento – FINAME pode impactar o volume de vendas

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Descrição dos fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

(a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “*hedge*” natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores.

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.114
Duplicatas a receber	20.854
Partes relacionadas a receber	112.031
Outros créditos	778
Partes relacionadas a pagar	(443)
Financiamentos	(177.914)
Fornecedores	(11.794)
Outras contas a pagar	(452)
Exposição passiva líquida	(51.826)

A seguir estão demonstrados os ganhos que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os seguintes cenários:

	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição passiva líquida	(55.120)	(68.900)	(82.679)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2026, sendo dólar a R\$5,76 e euro a R\$6,42. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

(b) Risco de crédito

Advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. Existem indicadores monitorados pelo Conselho de Administração de modo a acompanhar o nível de inadimplência da carteira e constituição das estimativas de perdas contábeis.

(c) Risco relacionado às operações de Finame fabricante

Os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Existe uma dependência significativa da linha de financiamento FINAME (Fabricante e Comprador) no processo de comercialização. Na eventualidade da extinção dessa linha, o financiamento passaria a ser efetuado através de bancos privados, à taxa de mercado e a Companhia deixaria de usufruir desse diferencial competitivo.

(d) Risco de gerenciamento de capital

Advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

A boa avaliação de crédito da ROMI junto aos bancos também é necessária para financiamento de projetos de investimento, do capital de giro e outros.

(e) Risco de liquidez

A política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pela rubrica financiamentos:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos	133.834	129.483	170.812	-	434.129
FINAME Fabricante	156.283	116.070	125.459	12.371	410.184
Fornecedores	73.925	-	-	-	73.925
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos	176.839	92.412	257.656	-	497.544
FINAME Fabricante	196.847	109.760	82.728	1.742	391.077
Fornecedores	110.420	-	-	-	110.420

(f) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC.

Em 31 de dezembro de 2025, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI/SELIC.

	Controladora	Consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI	239.189	302.360
Total de empréstimos e financiamentos vinculados ao Selic	(31.215)	(31.215)
Exposição ativa líquida	207.974	271.145

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI/SELIC.

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os seguintes cenários:

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2026, no valor de 15,0%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Exposição ativa ao CDI

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	24.749	30.936	37.123
	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	32.266	48.399	44.976

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Atualmente a Companhia possui 3 (três) processos relevantes para o seu negócio ou das suas controladas, conforme abaixo destacados, sendo o primeiro um Mandado de Segurança e o segundo uma Ação Anulatória:

1. Ação Anulatória nº 5001740-76.2021.4.03.6134:

a. Juízo: 1ª Vara Federal de Americana-SP.

b. Instância: 1ª Instância (1ª Vara Federal de Americana-SP);

c. data de instauração: 19/07/2021;

d. partes no processo: ROMI S.A. x União Federal (Fazenda Nacional);

e. valores, bens ou direitos envolvidos: R\$ 15.574 milhões (03/2026);

f. principais fatos: A Companhia recebeu duas cartas cobranças da Receita Federal determinando o pagamento de valores obtidos através da apuração do PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS destacado nas notas fiscais de saída, operações de venda de mercadorias e serviços que supostamente não teriam composto as bases de cálculo das referidas contribuições. Com isso, concluiu que partes dos créditos tributários de PIS e COFINS declarados nas DCTF vinculadas ao mandado de segurança não correspondiam efetivamente ao valor do ICMS destacado nas notas. Após análise detalhada das cobranças apresentadas pela Receita Federal, em conjunto com o escritório que patrocina a ação, a Companhia identificou diversos equívocos na apuração pela Receita Federal, sendo que grande parte dos valores identificados já estão prescritos, tendo optado pela interposição da presente ação.

g. resumo das decisões de mérito proferidas: Até o momento não houve decisão de mérito no processo;

h. estágio do processo: encontra-se em tramite perante a 1ª Vara Federal de Americana-SP, aguardando a realização de perícia contábil;

i. chance de perda: Possível;

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante: alto valor envolvido;

k. análise do impacto em caso de perda do processo: pagamento dos valores indicados na carta cobrança, os quais foram depositados em Juízo como garantia, atualizados e com incidência de multa e juros.

2. Processo administrativo nº 15746.722944/2021-28:

a. Juízo: Delegacia da Receita Federal

b. Instância: administrativa – recurso voluntário.

c. data de instauração: 12/08/2021;

d. partes no processo: União Federal (Fazenda Nacional) x ROMI S.A.;

e. valores, bens ou direitos envolvidos: R\$ 21.352 milhões (03/2026);

f. principais fatos: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2019, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados.

g. resumo das decisões de mérito proferidas: não houve decisão de mérito;

h. estágio do processo: Apresentamos impugnação ao auto de infração e recurso voluntário junto ao CARF;

i. chance de perda: Possível;

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante: alto valor envolvido e o objeto;

k. análise do impacto em caso de perda do processo: pagamento dos valores indicados na carta cobrança os quais foram depositados em Juízo como garantia, atualizados e com incidência de multa e juros.

3. Processo administrativo nº 15746.722042/2023-53:

a. Juízo: Delegacia da Receita Federal

b. Instância: administrativa – recurso voluntário.

c. data de instauração: 23/08/2023;

d. partes no processo: União Federal (Fazenda Nacional) x ROMI S.A.;

e. valores, bens ou direitos envolvidos: R\$ 76.073 milhões (03/2026);

f. principais fatos: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2020, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros

4.4 Processos não sigilosos relevantes

sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados.

g. resumo das decisões de mérito proferidas: não houve decisão de mérito;

h. estágio do processo: Apresentamos impugnação ao auto de infração e recurso voluntário junto ao CARF;

i. chance de perda: Possível;

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante: alto valor envolvido e o objeto;

k. análise do impacto em caso de perda do processo: pagamento dos valores indicados na carta cobrança os quais foram depositados em Juízo como garantia, atualizados e com incidência de multa e juros.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

A Companhia é parte em ações judiciais nas áreas trabalhista, cível e tributária, conforme segue (valores em R\$ mil):

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido nos processos trabalhistas com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 10.000.

Os processos trabalhistas em que a Companhia figura como reclamada, têm como principais pedidos: (i) insalubridade/periculosidade; (ii) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (iii) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas.

A Companhia acredita que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis, bem como que eventuais decisões a si desfavoráveis não resultarão em efeito material adverso aos seus negócios, tampouco afetarão sua imagem.

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido nos processos cíveis com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 20.630.

Os processos cíveis em que figura a Companhia como ré, têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações por mal funcionamento da máquina, (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos e (iv) multa por rescisão antecipada de contrato.

A Companhia acredita que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis, bem como que eventuais decisões a si desfavoráveis não resultarão em efeito material adverso aos seus negócios, tampouco afetarão sua imagem.

Processos Tributários

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido nos processos tributários administrativos e judiciais com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 113.000.

Os processos tributários em que figura a Companhia como ré, têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) compensação com saldo negativo de IRPJ; (ii) crédito de IPI; (iii) contribuição previdenciária sobre pagamento de lucros aos administradores; (iv) ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS.

A Companhia acredita que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis, bem como que eventuais decisões a si desfavoráveis não resultarão em efeito material adverso aos seus negócios, tampouco afetarão sua imagem.

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-gerenciamento-de-riscos/>) que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2019, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

A Política estabelece as diretrizes, princípios e responsabilidades para o Gerenciamento de Riscos Corporativos na ROMI S.A., bem como conceitua, define e formaliza as atividades dos responsáveis por esta Política.

- b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

I. Os riscos para os quais se busca proteção

O processo de gestão de riscos na Companhia abrange todos os riscos que possam impactar os negócios, os ativos e o patrimônio da empresa, antecipando-se às ameaças que podem afetar os objetivos estratégicos, financeiros, operacionais ou de conformidade, tendo como princípio:

1. Preservar o valor perante os acionistas;
2. Promover a transparência e comunicação e;
3. Auxiliar o desenvolvimento contínuo dos padrões de governança corporativa.

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A estrutura de gerenciamento de riscos busca estabelecer a gestão dos riscos como parte da cultura empresarial da ROMI S.A., associando-a com o plano estratégico. Para que seja garantida a autonomia e a segregação de função no gerenciamento de riscos, distinguem-se os tomadores de riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento. O Departamento de Auditoria Interna e Riscos Corporativos, como membro independente deste processo, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, reporta os riscos ao Comitê de Auditoria e Riscos e endereça aos gestores de cada área de negócio, conforme a relevância dos riscos identificados buscando o gerenciamento a um nível aceitável.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos, que possui Regimento Interno próprio (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-de-auditoria-e-riscos/>), através de seus membros independentes, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, assessora o conselho de administração na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos, garantindo que as diretrizes sejam seguidas.

A Diretoria Executiva se compromete com a gestão dos riscos, alocando os recursos necessários ao processo e aprova as normas específicas para o cumprimento das diretrizes e do processo de gestão de riscos.

A Auditoria Interna fornece ao Comitê e à Diretoria Executiva avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos as operações da Companhia.

- c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Na ROMI S.A. a gestão de riscos aplica-se a todos os níveis organizacionais que participam do processo de gestão de riscos, direta ou indiretamente. Cabe aos gestores de cada processo garantir a confiabilidade de seus controles e processos, adotando políticas específicas como forma de mitigar os riscos, e ao Departamento de Auditoria Interna e Riscos Corporativos validar, de forma independente, a efetividade das políticas e dos controles. A Companhia entende que sua estrutura, seus controles e suas atividades estão aderentes na avaliação das políticas e dos procedimentos, e atua sempre de modo a mitigar e prevenir-se na detecção de fraudes e erros, bem como, se esforça para aprimorar continuamente seus processos e controles.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia acredita que os controles relacionados à preparação das demonstrações financeiras possuem níveis aceitáveis de qualidade e confiabilidade para divulgação externa, de acordo com os princípios contábeis aplicados ao negócio. Para avaliação desses controles, a Companhia possui o Departamento de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e também utiliza o “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos” elaborado pelo auditor independente, em conexão com o exame de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, que foi emitido sem o apontamento de deficiências significativas.

Com base nos controles mapeados pela Auditoria Interna, levando-se em conta as práticas de mercado, percepções da alta administração e da revisão do Plano de Auditoria com foco em riscos foram estabelecidos ciclos de processos a serem controlados e auditados internamente.

De maneira geral, os ciclos de processos auditados obedecem a seguinte ordem:

Objetivo: O enfoque das análises é verificar a conformidade dos procedimentos e controles internos aos normativos definidos pela administração;

Análise dos Processos: Utilização de técnicas de análise, melhoria de processos e obtenção de evidências para obter um detalhado entendimento dos controles;

Identificação dos Riscos e Controle: Identificação dos riscos e controles internos existentes, observando as políticas, normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia;

Análise do desenho e testes dos controles internos: Realização de teste de desenho dos controles, verificando se estão projetados adequadamente para prevenir e detectar ocorrências de riscos adversos e verificar se os controles desenhados estão efetivamente aplicados nas operações e transações, através de testes documentais, análise de dados e controles informatizados.

Discussão dos pontos: Apresentação dos pontos aos gestores durante a realização das análises e ao final do trabalho;

Reporte dos Resultados: Formalizar os resultados em relatório baseado em evidências orientado ao negócio promovendo recomendações efetivas e baseadas em riscos, ao conselho de Administração e ao comitê de auditoria e diretoria de forma clara e assertiva.

Follow-up: Acompanhamento da realização dos planos de ação definidos pelos gestores para mitigar os riscos descritos nos relatórios de auditoria.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O modelo utilizado para o gerenciamento de riscos e controles da ROMI S.A. se baseia no modelo das três linhas, onde o controle da gerência que tem propriedade sobre os riscos é a primeira linha, as diversas funções de controles internos e riscos e supervisão de conformidade são a segunda linha e a avaliação independente realizada pela Auditoria Interna é a terceira. Os órgãos de governança (Comitês) e a alta administração são as principais partes interessadas e devem suportar as três linhas para que seja aplicado o gerenciamento dos riscos e controles da organização.

Adicionalmente, a Companhia possui os seguintes órgãos e estruturas de controle de gerenciamento de risco:

5.2 Descrição dos controles internos

1. Órgãos:

Conselho de Administração - promover a consecução do objeto social da Companhia, zelar pela implementação e manutenção das boas práticas de governança corporativa, proteger e valorizar o patrimônio da Companhia e maximizar o retorno do investimento para o acionista. Este órgão possui Regimento Interno próprio (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-conselho-de-administracao/>).

Conselho Fiscal – fiscalização de atos administrativos sob aspectos legais e estatutários, incluindo fraudes, erros, crimes; exame e manifestação sobre DFs e certas operações financeiras e societárias. O Conselho Fiscal possui Regimento próprio <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-conselho-fiscal/>.

Auditoria Independente (Big4) – exame das DFs da Companhia e subsidiárias de acordo com as regras contábeis nacionais e internacionais.

Auditoria Interna e Riscos Corporativos – A missão da Auditoria Interna e Riscos Corporativos é contribuir, de forma independente, para a avaliação e controle dos riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta, agregando valor às práticas administrativas e produtivas, contribuindo para o cumprimento das normas de procedimento, auxiliando a companhia a alcançar seus objetivos mediante a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle interno e governança da organização.

Conta com uma equipe mista (co-sourcing e ROMI) que elabora o plano de auditoria com base em riscos corporativos, com avaliação da adequação e da eficácia da governança, gerenciamento dos riscos e dos processos internos, bem como, da qualidade e desempenho no cumprimento das responsabilidades determinadas para alcançar as metas e objetivos declarados da organização.

Isso inclui: reportar periodicamente o propósito, a autoridade, a responsabilidade e o desempenho da atividade de auditoria interna em relação ao seu plano; reportar exposições significativas a riscos e questões de controle, incluindo riscos de fraude, questões de governança e outros assuntos necessários ou solicitados pelo Conselho; avaliar operações específicas a pedido do Conselho ou da gerência, conforme apropriado; avaliar a confiabilidade e a integridade das informações e os meios usados para identificar, mensurar, classificar e reportar tais informações; avaliar os sistemas estabelecidos para garantir a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos que poderiam ter impacto significativo na organização; avaliar os meios de salvaguardar os ativos e, conforme apropriado, verificar a existência de tais ativos; prestar serviços de consultoria e aconselhamento relacionados à governança, gerenciamento de riscos e controle conforme apropriado para a organização.

O Departamento de Auditoria Interna e Riscos Corporativos possui suas atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração e se reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos, possuindo Regimento Interno próprio (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-da-auditoria-interna/>). O orçamento da área de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é avaliado anualmente pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

Comitê de Auditoria e Riscos não estatutário – constituído nos termos do Regulamento do Novo Mercado, composto por Conselheiros Independentes, tem como atribuições e responsabilidades:

1. Acompanhar as atividades dos auditores internos e independentes;
2. Avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras trimestrais e anuais;
3. Assegurar aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias
4. Acompanhar as atividades de Controles Internos e avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia;

5.2 Descrição dos controles internos

O funcionamento, composição e atividades do Comitê de Auditoria e Riscos é definido conforme seu Regimento Interno: <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-de-auditoria-e-riscos/>

O calendário de reuniões dos Comitês será aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, podendo ainda o Comitê reunir-se em caráter extraordinário a qualquer tempo, por convocação de seu Coordenador.

As reuniões de cada Comitê, ordinárias e extraordinárias, somente se instalarão, presencialmente ou por videoconferência, com a presença da maioria dos membros e as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes e se constituirão em recomendações ao Conselho.

O Comitê, através de seu Coordenador, poderá convidar para participar de suas reuniões membros da administração da Companhia, bem como colaboradores internos e externos ou ainda auditores internos ou independentes que detenham informações relevantes relacionadas a assuntos que constem da ordem do dia e que sejam pertinentes às matérias de sua responsabilidade.

O Comitê poderá solicitar à Companhia a contratação de serviços de consultoria ou assessoria mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

O Comitê participará das reuniões do Conselho de Administração que deliberam sobre as Informações Financeiras Trimestrais nas quais suas atividades serão informadas, sendo que a ata da reunião do Conselho de Administração deverá ser divulgada, indicando o mencionado reporte.

Todos os atos e decisões do Comitê serão registrados em Ata, a qual será elaborada e aprovada no final de cada reunião por todos os membros presentes.

As manifestações do Comitê são proferidas preferencialmente por consenso; caso isso não seja possível em algum tema, será precedida de votação com maioria simples, com registro em Ata da contagem dos votos a favor, dos votos contra e das abstenções, tendo o Coordenador o direito ao voto de qualidade, em caso de empate nas votações.

Deverão constar nas atas:

- a) a lista dos membros presentes, devidamente assinada;
- b) pontos relevantes das discussões;
- c) recomendações feitas pelo Comitê para o Conselho e Diretoria;

O Comitê se reporta ao Conselho de Administração.

Comitê Executivo de Ética - promover o cumprimento do Programa de Compliance, do Código de Ética e de Conduta Empresarial ROMI, do Estatuto Social e da Legislação em geral, com relação aos seus aspectos éticos, nos termos de seu Regimento Interno [Código de Ética e Conduta Empresarial | ROMI S.A.](#). Este órgão se reporta ao Conselho de Administração.

Departamento Jurídico e Compliance – responsável pelo Programa de Compliance (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/>) e pelas boas práticas de governança corporativa.

Atividades de Compliance desenvolvidas pelo Departamento Jurídico e Compliance:

- (i) Identificar as obrigações legais e regulatórias aplicáveis à Companhia e traduzi-las em políticas, normas e demais dispositivos da Companhia (“Programa de Compliance”).

5.2 Descrição dos controles internos

- (ii) Implementar o Programa de Compliance e assegurar que seja periodicamente revisado.
- (iii) Fornecer aconselhamento para os departamentos da Companhia e Administração sobre assuntos relacionados a Compliance, bem como treinamentos objetivando contribuir para que todos os colaboradores e a Administração sejam aptos em matéria de Compliance.
- (iv) Fornecer suporte na identificação de riscos de Compliance relacionados à Companhia e recomendar as ações necessárias para mitigá-los, bem como no monitoramento e medição de desempenho em Compliance da Companhia, identificando a necessidade de ações corretivas.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria de Relação com Investidores é a área responsável pelas demonstrações financeiras, tendo como suporte direto na elaboração o Departamento de Controladoria, em concordância com as normas contábeis aplicáveis, garantindo o funcionamento dos controles para a divulgação externa dos resultados.

Adicionalmente, a Companhia possui os seguintes órgãos que servem para apoiar seu processo de controle: (i) Comitê de Auditoria e Riscos, (ii) Conselho Fiscal, e (iii) Conselho de Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Diretoria de Relação com Investidores, junto ao Departamento de Controladoria recebem anualmente o “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos” elaborado pelo auditor independente, e em conexão com o exame de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foi emitido sem apontar deficiências significativas.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

O relatório de recomendações para aprimoramento dos controles internos é avaliado pelo Diretor de Relação com Investidores, que define quais ações serão tomadas para a implementação das recomendações da auditoria independente, juntamente com os responsáveis de cada departamento. Posteriormente, a auditoria interna toma conhecimento das recomendações e em seguida, este relatório é submetido a validação do Comitê de Auditoria e Riscos, que dá o parecer a respeito das ações a serem executadas, bem como, sobre as recomendações realizadas.

5.3 Programa de integridade

O Conselho de Administração da ROMI aprovou em 10 de dezembro de 2019 o Programa de Compliance da Companhia e subsidiárias (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/>), o qual estabelece diretrizes para prevenção, detecção e correção de práticas inadequadas ou divergentes das Normas e Regulamentos externos e internos, incentivando a denúncia de irregularidades, orientando e exigindo conduta ética e responsável de seus integrantes, ganhando relevância como instrumento de governança corporativa.

O Programa de Compliance da Companhia possui os seguintes objetivos:

- (i) Buscar continuamente cumprir Leis e Regulamentações, bem como as normas internas da Companhia;
- (ii) Aumentar e facilitar o monitoramento das obrigações e riscos para atuar preventivamente;
- (iii) Contribuir para a disseminação dos Princípios e Valores fundamentais da Companhia, contidos no Código de Ética e Conduta Empresarial;
- (iv) Esclarecer os papéis e as responsabilidades a respeito das diferentes atividades de Compliance e disseminar a sua cultura;
- (v) Zelar pela existência e eficácia do Canal de Denúncia;
- (vi) Oferecer subsídios para que a liderança aplique os princípios de Compliance; e
- (vii) Proteger a reputação e a imagem da Companhia.

São os pilares e principais mecanismos de Compliance da Companhia:

- (i) Comprometimento da alta administração – Atuação direta e incondicional da Administração, incluindo Diretoria e Conselho de Administração.
- (ii) Risk Assessment - Avaliação de riscos envolve, dentre outras medidas, entrevistas com empregados, análise de documentos, levando em consideração as características especiais do negócio da Companhia, inclusive se há transações com a Administração Pública e terceirização;
- (iii) Código de Ética, Políticas e Regimentos – Documentos contendo o alicerce principal do Programa de Compliance, incluindo práticas legais e de conduta ética que todos os Empregados, Membros da Administração, de Comitês e do Conselho Fiscal, Estagiários, Menores Aprendizes, Fornecedores, Prestadores de Serviços e Acionistas, bem como qualquer terceiro que atue em nome da Romi (“Colaboradores”) devem cumprir.
- (iv) Controles internos – Mecanismos e procedimentos de efetivação do Código de Ética, Políticas e Regimentos, de forma a assegurar, dentre outras coisas, que registros e controles contábeis e fiscais estejam em conformidade com os negócios da Companhia e com a legislação;
- (v) Treinamento e comunicação - Devem incluir todos os Colaboradores e serem realizados constantemente, de forma a assegurar a aplicação e sucesso do Programa de Compliance;
- (vi) Canal de Denúncia – Mecanismo objetivando a comunicação (inclusive de forma anônima) de suspeita de condutas inadequadas, ilegais e antiéticas;
- (vii) Investigações internas – Averiguações de atos ou fatos para determinar se houve conduta imprópria e seus aspectos correlatos;
- (viii) Due Diligence – Averiguação, sob o ponto de vista do Programa de Compliance, de parceiros da Companhia, que podem ser terceiros contratados para prestar serviços ou fornecer produtos; e
- (ix) Auditoria e monitoramento – Contínua verificação e certificação de cumprimento do Programa de Compliance, ou seja, se todas as atividades da Companhia estão em conformidade com a Legislação, o Estatuto Social, o Código de Ética, Políticas, Regimentos e procedimentos de Compliance.

5.3 Programa de integridade

O Programa é voltado a todos os Colaboradores. Aplica-se também às subsidiárias localizadas no exterior, observadas as respectivas legislações locais e as boas práticas internacionais.

O Programa consolida as seguintes normas:

- (i) Código de Ética e Conduta Empresarial;
- (ii) Política de Combate a Corrupção e Suborno;
- (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas;
- (iv) Política de Indicação;
- (v) Política de Remuneração;
- (vi) Política de Gerenciamento de Riscos;
- (vii) Política de Divulgação;
- (viii) Política de Dividendos;
- (ix) Política de Negociação;
- (x) Política de Investimento Social;
- (xi) Política Concorrencial
- (xii) Política de Diversidade e Inclusão
- (xiii) Regimento Interno do Conselho de Administração;
- (xiv) Regimento Interno do Conselho Fiscal;
- (xv) Regimento Interno da Diretoria Executiva;
- (xvi) Regimento Interno dos Comitês;
- (xvii) Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos;
- (xviii) Regimento Interno do Comitê Executivo de Ética;
- (xix) Regimento Interno da Auditoria Interna.

Qualquer violação ao disposto no Programa de Compliance é submetida ao Comitê Executivo de Ética da Companhia (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-executivo-de-etica>) ou, conforme disposto no Código de Ética e Conduta Empresarial, Políticas e Regimentos, ao Conselho de Administração, devendo ser adotadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo das penas previstas na legislação vigente.

O Departamento Jurídico e Compliance, juntamente com a Auditoria Interna, são responsáveis por propor ao Comitê Executivo de Ética recomendações para aperfeiçoamentos do Programa de Compliance, visando à sua permanente atualização. O Comitê, por sua vez, poderá submeter tais alterações à deliberação do Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê, com imparcialidade, estabelecer critérios para o tratamento de situações não previstas no Programa, dirimir situações controversas, equacionar dilemas éticos e garantir uniformidade dos critérios usados na resolução de casos similares.

Periodicamente os colaboradores da Companhia são treinados em relação ao Programa de Compliance.

- a. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**
 - i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**
 - ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**
 - iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;**
 - iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

O canal de denúncias é uma ferramenta de gestão interna, acessível por qualquer pessoa, dentro ou fora da Companhia, disponível no website através do link <https://www.romi.com/denuncia-etica/>, dedicada ao recebimento de qualquer

5.3 Programa de integridade

denúncia de violação ao Programa de Compliance, garantido o anonimato.

As denúncias são submetidas ao Comitê Executivo de Ética da Companhia ou, conforme disposto nas normas internas da Companhia, ao Conselho de Administração, devendo ser adotadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo das penas previstas na legislação vigente. Adicionalmente, as denúncias são apresentadas e discutidas com o Comitê de Auditoria Interna e Riscos Corporativos.

b. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas;

Não houve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos três últimos exercícios sociais.

c. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

Nos últimos anos a Companhia, no âmbito do seu plano estratégico e da sua cadeia de valor, passou a contar com duas novas soluções para apoiar e suportar os negócios dos seus clientes, sendo a ROMI MAAS – *Machine As a Service* e a PRODZ.

A ROMI MAAS é a modalidade de locação de máquinas ROMI, lançada meados de 2020, como alternativa à venda de máquinas. O foco são os clientes que, tradicionalmente, buscam alternativas à aquisição de um equipamento, com o objetivo de viabilizar o adequado equilíbrio entre o risco e o retorno de uma necessidade ou projeto. O modelo de negócio apresenta vantagens para este tipo de cliente por não consumir capital e por ser menos burocrático, podendo atender demandas pontuais do cliente, sem comprometimento dos investimentos a longo prazo. Com o fim da vigência do prazo de locação, a máquina retorna à ROMI para ser revisada e revendida no mercado de máquinas semi-novas, estimulando assim, o conceito de economia circular.

A PRODZ foi implementada em 2022, com o objetivo de oferecer linhas de crédito para seus clientes na aquisição de máquinas Romi, através de uma estrutura ágil, digital e descomplicada, com custos financeiros adequados a esse tipo de transação.

Os riscos que envolvem as duas novas frentes de negócio são os mesmos aos quais a Companhia já estava exposta, com eventual aumento da exposição aos índices de inadimplência e de queda no volume de vendas, taxa de juros, em razão de fatores externos, como recessão global, tensão e conflito entre países, pandemia, entre outros.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia emprega continuamente esforços para o aprimoramento das funções de Compliance, Controles Internos e Gestão de riscos. A Companhia não possui outras informações relevantes além das que já foram previamente descritas nos tópicos anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Composição capital social						
ADRIANA ROMI						
067.631.108-39	Brasil	Sim	Não	04/11/2025		
Não						
1.808.208	1,941	0	0,000	1.808.208	1,941	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
AMÉRICO EMILIO ROMI NETO						
016.334.888-02	Brasil	Sim	Não	04/04/2024		
Não						
2.268.449	2,435	0	0,000	2.268.449	2,435	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
ANDRÉ LUIS ROMI						
089.555.168-35	Brasil	Sim	Não	04/04/2024		
Não						
2.268.451	2,435	0	0,000	2.268.451	2,435	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
Composição capital social						
CARLOS GUIMARÃES CHITI						
048.669.548-41	Brasil	Sim	Não	04/04/2024		
Não						
2.871.863	3,082	0	0,000	2.871.863	3,082	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI						
057.324.018-30	Brasil	Sim	Não	04/04/2024		
Não						
2.871.864	3,082	0	0,000	2.871.864	3,082	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
Fenix Empreendimentos S.A.						
51.319.358/0001-12	Brasil	Sim	Sim	04/04/2024		
Não						
16.551.099	17,764	0	0,000	16.551.099	17,764	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Composição capital social						
FREDERICO ROMI						
052.111.018-12	Brasil	Sim	Não	04/11/2025		
Não						
1.808.210	1,941	0	0,000	1.808.210	1,941	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
JOSÉ CARLOS ROMI						
056.637.218-51	Brasil	Sim	Não	04/04/2024		
Não						
2.268.451	2,435	0	0,000	2.268.451	2,435	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
JULIANA GUIMARÃES CHITI						
016.341.138-70	Brasil	Sim	Não	04/04/2024		
Não						
2.871.864	3,082	0	0,000	2.871.864	3,082	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Composição capital social						
MARIA PIA ROMI CAMPOS						
057.324.458-89	Brasil	Sim	Não	04/04/2024		
Não						
2.268.451	2,435	0	0,000	2.268.451	2,435	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
PATRÍCIA ROMI CERVONE						
067.630.358-70	Brasil	Sim	Não	04/11/2025		
Não						
1.808.209	1,941	0	0,000	1.808.209	1,941	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
PAULO ROMI						
082.401.568-19	Brasil	Sim	Não	04/11/2025		
Não						
1.808.209	1,941	0	0,000	1.808.209	1,941	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SANDRA MARIA ROMI CHEIDA						
045.954.068-86	Brasil	Sim	Não	04/11/2025		
Não						
1.808.211	1,941	0	0,000	1.808.211	1,941	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
49.889.208	53,546	0	0,000	49.889.208	53,546	
TOTAL						
93.170.747	100,000	0	0,000	93.170.747	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.						
51.319.358/0001-12						
ADRIANA ROMI						
067.631.108-39	Brasil	Sim	Sim	04/11/2025		
Não						
1.606.046	5,321	0	0,000	1.606.046	5,321	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
AMÉRICO EMILIO ROMI NETO						
016.334.888-02	Brasil	Sim	Sim	29/07/2015		
Não						
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
ANA REGINA ROMI ZANATTA						
030.178.208-31	Brasil	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
1.940.010	6,428	0	0,000	1.940.010	6,428	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
ANDRÉ LUIS ROMI						
089.555.168-35	Brasil	Sim	Sim	29/07/2015		
Não						
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				
CARLOS GUIMARÃES CHITI						
048.669.548-41	Brasil	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				
CLAUDIA MIRIAM ROMI						
693.710.916-49	Brasil	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
1.940.000	6,428	0	0,000	1.940.000	6,428	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.						
51.319.358/0001-12						
DANIEL FURLAN ROMI						
175.718.228-40	Brasil	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
73	0,000	0	0,000	73	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI						
057.324.018-30	Brasil	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
FERNANDO ROMI ZANATTA						
225.651.668-77	Brasil	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
63	0,000	0	0,000	63	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
FREDERICO ROMI						
052.111.018-12	Brasil	Sim	Sim	04/11/2025		
Não						
1.606.045	5,321	0	0,000	1.606.045	5,321	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				
GIORDANO ROMI - ESPÓLIO						
014.766.888-34	Brasil	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
269,507	0,893	0	0,000	269,507	0,893	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				
GIORDANO ROMI JUNIOR						
030.367.578-05	Brasil	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
1.940.073	6,428	0	0,000	1.940,073	6,428	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
JOSÉ CARLOS ROMI						
056.637.218-51	Brasil	Sim	Sim	29/07/2015		
Não						
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				
JULIANA GUIMARÃES CHITI						
016.341.138-70	Brasil	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				
MARIA PIA ROMI CAMPOS						
057.324.458-89	Brasil	Sim	Sim	29/07/2015		
Não						
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
PATRÍCIA ROMI CERVONE						
067.630.358-70	Brasil	Sim	Sim	04/11/2025		
Não						
1.606.047	5,321	0	0,000	1.606.047	5,321	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				
PAULO ROMI						
082.401.568-19	Brasil	Sim	Sim	04/11/2025		
Não						
1.606.045	5,321	0	0,000	1.606.045	5,321	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				
SANDRA MARIA ROMI CHEIDA						
045.954.068-86	Brasil	Sim	Sim	04/11/2025		
Não						
1.606.045	5,321	0	0,000	1.606.045	5,321	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
SUZANA GUIMARÃES CHITI						
265.639.118-03	Brasil	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
226.496	0,750	0	0,000	226.496	0,750	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0,000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
30.180.410	100,000	0	0,000	30.180.410	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/03/2024
Quantidade acionistas pessoa física	43.202
Quantidade acionistas pessoa jurídica	157
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

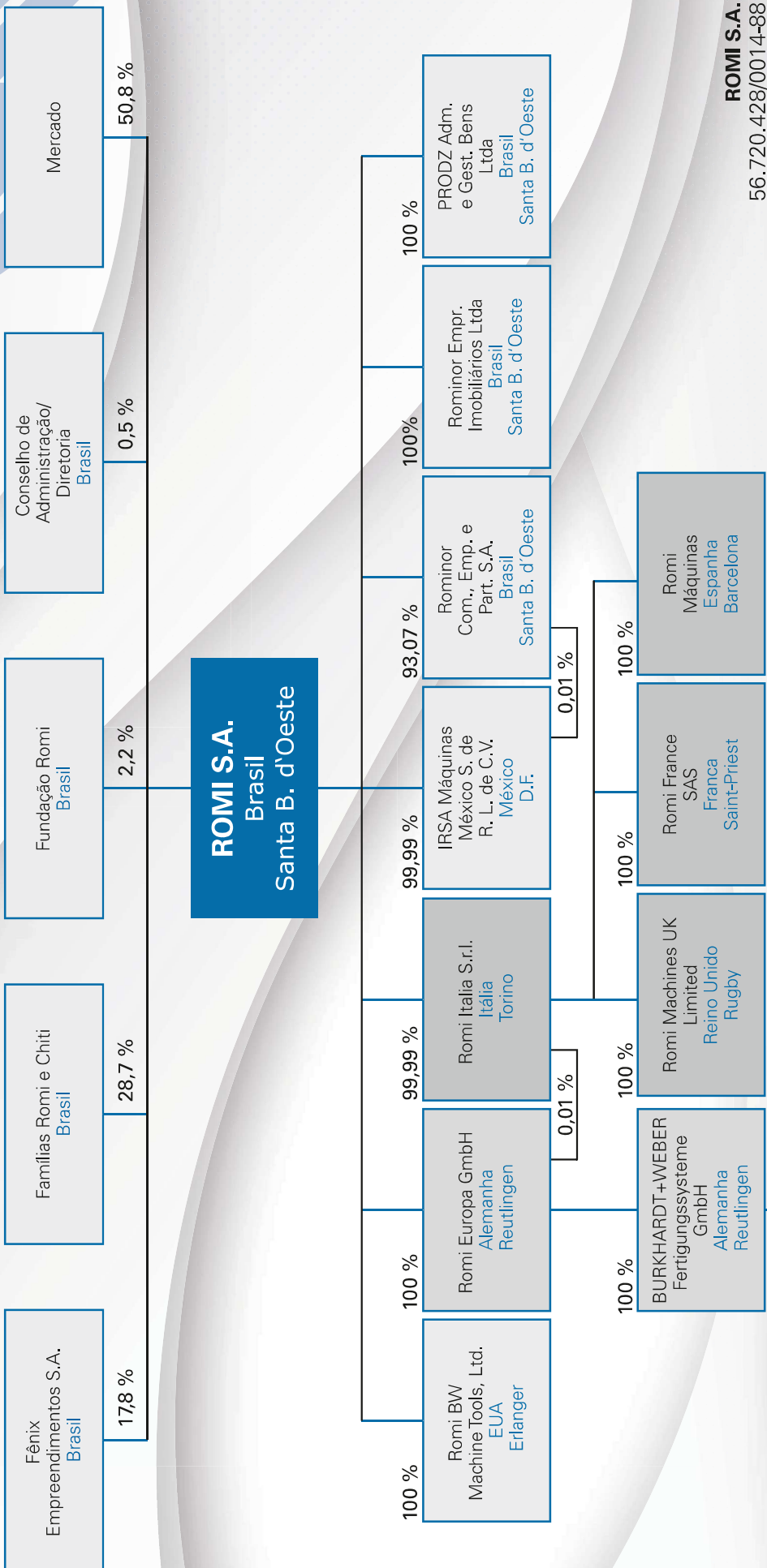
Quantidade ordinárias	47.361.530	50,833%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	47.361.530	50,833%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BURKHARDT + WEBER / ROMI (SHANGAI) CO., LTD	00.000.000/0000-00	100
BURKHARDT + WEBER FERTIGUNGSSYSTEM E GMBH ("B+W")	00.000.000/0000-00	100
Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.	00.000.000/0000-00	99,99
Prodz Administração e Gestão de Bens	42.957.971/0001-74	100
Romii BW Machine Tools, Ltd.	00.000.000/0000-00	100
Romii Europa GmbH	00.000.000/0000-00	100
ROMI FRANCE SAS	00.000.000/0000-00	100
Romii Itália S.R.L.	00.000.000/0000-00	100
ROMI MACHINES UK LTD.	00.000.000/0000-00	100
ROMI MÁQUINAS ESPANA S.A.	00.000.000/0000-00	100
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	93,07
ROMINOR EMPREENDIMIENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	62.091.038/0001-74	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



Fábio Barbanti Taiair
Diretor Financeiro

Luiz Cassiano Rando Rosolen
Diretor - Presidente
PÁGINA: 115 de 224

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Conforme previsto na Política de Indicação, disponível no site da Companhia (www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-indicacao/), as indicações para o Conselho de Administração, Comitês e Diretoria devem objetivar uma composição multidisciplinar, com complementaridade de experiências, buscando entre seus membros diversidade de conhecimentos, experiências profissionais, visão estratégica do negócio e conhecimento de boas práticas de governança corporativa, a fim de beneficiar a Companhia com a pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança. A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pelo Conselho de Administração, ou por quaisquer acionistas da Companhia.

O processo de indicação de membros para composição dos Comitês deve ser realizado pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Pessoas, observando os mesmos critérios estabelecidos para a indicação de membros do Conselho de Administração previstos na Política.

A composição da Diretoria deve combinar, de modo harmônico, o interesse da Companhia, seus acionistas, gestores e empregados, bem como a responsabilidade social e ambiental da Companhia, pautados pela legalidade e pela ética. A indicação de membros para integrarem a Diretoria deve ser feita pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Pessoas, conforme indicado na Cláusula 26 do Estatuto Social da Companhia e na Política de Indicação.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A Companhia adota o processo de avaliação anual do Conselho de Administração e de seus Comitês, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração (www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-conselho-de-administracao/) e Regimento Interno dos Comitês (www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-dos-comites/), através dos quais os conselheiros e membros dos Comitês avaliam anualmente os Órgãos como um todo.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

O Conselho de Administração e os Comitês realizam autoavaliação anual através de questões disponibilizadas no Portal de Governança da Companhia, de forma anônima. O Conselho de Administração avalia o desempenho do Diretor-Presidente e revisa as avaliações de desempenho dos Diretores, realizada pelo Diretor-Presidente. O resultado das avaliações é debatido nas reuniões dos respectivos órgãos e eventualmente são propostas melhorias.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Política de Indicação prevê expressamente alguns critérios a serem observados, sendo um deles que a parte indicada esteja isenta de conflito de interesses com a Companhia.

A Companhia possui também a Política para Transação com Partes Relacionadas, disponível para consulta através do link www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-para-transacao-com-partes-relacionadas/, a qual estabelece regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potenciais conflitos

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

de interesses provenientes de tais transações, zelar para que estas sejam conduzidas dentro de parâmetros de mercado, em condições comutativas, bem como que estas estejam divulgadas e refletidas nos relatórios da Companhia, de acordo com as normas aplicáveis e as melhores práticas de governança corporativa.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Além da Política de Indicação, que já estabelece critérios ESG na indicação de membros aos cargos da alta administração, a Companhia possui Política de Diversidade e Inclusão (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-diversidade-e-inclusao/>), a qual destaca expressamente o compromisso e atuação direta da Administração na promoção da diversidade e inclusão com o objetivo de fomentar, entre outras, a equiparação salarial por gênero e o aumento de membros dos grupos sub-representados nos cargos da administração.

Desde 2009, o Conselho de Administração da Companhia possui entre seus oito membros, uma mulher – Sra. Mônica Romi Zanatta, tendo ampliado sua representatividade feminina no referido órgão, com a posse da segunda Conselheira, Sra. Ana Carolina Ribeiro Strobel, mantendo o número de oito membros eleitos. Tal composição, atende integralmente à regra do artigo 3º, inciso I do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3.

Para os fins do disposto no artigo 3º, inciso II do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3, a Companhia tem buscado junto ao mercado perfis de candidatos que atendam simultaneamente aos requisitos previstos em sua Política de Indicação e Política de Diversidade e Inclusão, de modo a assegurar que eventuais indicações estejam alinhadas às melhores práticas de governança corporativa e aos critérios de diversidade, qualificação técnica e equilíbrio de experiências e competências aplicáveis à composição de seus órgãos de administração.

Como ação de reforço à diversidade na alta administração, a Companhia também vem debatendo atualizações em sua Política de Diversidade e Inclusão, a fim de alinhar sua redação às atualizações regulatórias e às melhores práticas do Mercado, visando ao cumprimento integral do disposto no artigo 3º do Anexo B do Regulamento do Novo Mercado no curto a médio prazo.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A avaliação, o gerenciamento e a supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima inserem-se no sistema de gestão de riscos corporativos da Companhia, bem como nas diversas frentes relacionadas a temas ambientais, sociais e de governança, discutidas no âmbito do Comitê Interno de Sustentabilidade e acompanhadas pelo Comitê de Auditoria e Riscos, sempre em consonância com as diretrizes estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Companhia, que contempla a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento e o monitoramento de riscos, bem como a identificação de oportunidades relacionadas aos seus negócios.

Reforçando seu compromisso direto com o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, a ROMI compromete-se cada vez mais com a preservação dos recursos naturais. Para tanto, possui Política Integrada de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional, estruturada nos pilares de foco no cliente, atendimento às normas legais e regulatórias, envolvimento das pessoas, prevenção e melhoria contínua, assegurando o respeito e o cuidado com o meio ambiente e o retorno consistente e responsável ao capital investido pelo acionista.

Em linha, ainda, com o desenvolvimento sustentável a ROMI possui Sistema de Gestão Ambiental certificado desde 2005, em conformidade com a norma ISO 14001, atualmente na revisão 2015, no qual investe de modo contínuo em organização, infraestrutura e tecnologias voltadas à prevenção da emissão de poluentes e à redução dos impactos ambientais em seus processos, produtos e serviços. A Companhia também foi certificada, em 2024, na norma ISO 45001, relativa ao Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, reforçando seu compromisso com padrões internacionais e com a promoção de ambiente de trabalho seguro e saudável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Adicionalmente, a Companhia divulga suas iniciativas e indicadores socioambientais e de governança por meio de seu Relatório ESG, atualizado periodicamente.

No âmbito da análise de materialidade, a ROMI realiza mapeamento de riscos e oportunidades relacionados a aspectos ESG, posteriormente avaliados pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Conselho de Administração, o que reforça a participação dos órgãos de governança na supervisão desses temas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 19	2	17	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 19	0	19	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 19	0	19	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Se reportam ao Conselho de Administração: (i) a Diretoria da Companhia; (ii) os Comitês de (ii.i) Auditoria e Riscos; (ii.ii) Acompanhamento Econômico; (ii.iii) Estratégia e Inovação; (ii.iv) Fundidos e Usinados; (ii.v) Imobiliário; (ii.vi) Inteligência Artificial e (ii.vii) Pessoas.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia, caberá ao Comitê, dentre outras atribuições:

- (i) Acompanhar as atividades dos auditores independentes;
- (ii) Opinar na contratação ou destituição dos auditores independentes para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, opinando sobre seus honorários, e avaliar os resultados dos serviços por eles prestados;
- (iii) Supervisionar as atividades dos auditores independentes a fim de avaliar (a) sua independência, (b) a monitorar a efetividade dos trabalhos e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (iv) Avaliar e discutir, previamente, o plano anual de trabalho e o escopo de serviços apresentados pelos auditores independentes da Companhia, e formular recomendações quanto à aceitação ou rejeição das mesmas para apreciação do Conselho de Administração;
- (v) Avaliar e discutir com a Administração da Companhia e os auditores independentes os casos de conflitos relacionados às demonstrações financeiras ou à aplicação dos princípios de contábeis geralmente aceitos;
- (vi) Avaliar com independência eventuais conflitos de interesse envolvendo auditores e propor ao Conselho medidas corretivas apropriadas, se for o caso;
- (vii) O Comitê deve assegurar que a Companhia possua mecanismos práticos para receber, reter e tratar informações e denúncias, internas e externas à Companhia, inclusive sobre questões referentes a auditoria. Tais mecanismos devem garantir sigilo e assegurar o anonimato, quando aplicável, daqueles que tomam a iniciativa do uso do canal; e
- (viii) Examinar e avaliar as recomendações para melhorias nos sistemas de controles internos e de gestão de riscos efetuadas pelos auditores independentes revisá-las com o Conselho e monitorar sua implantação com o objetivo de eliminar ou mitigar deficiências relevantes identificadas.

Assim, após a proposta do Comitê de Auditoria sobre essas matérias, elas devem ser analisadas pelo Conselho de Administração, responsável por aprovar os serviços de auditoria e outros serviços que venham a ser prestados pelos auditores independentes.

Desta forma, a Companhia atende a regulamentação a respeito de auditoria independente, porém, não possui uma política específica de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

São realizados reportes trimestrais das atividades do Comitê de Auditoria e Riscos ao Conselho de Administração, incluindo atividades relacionadas a temática ESG e Compliance.

Além disso, a Companhia disponibiliza em seu site o Canal de Denúncias que é destinado para todo o público, no qual é possível

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

relatar ocorrências relacionadas as práticas ESG e de Compliance. O Canal de Denúncias é gerenciado externamente, por uma plataforma independente e as denúncias são submetidas ao departamento de Auditoria Interna e ao Comitê de Ética para análise, e obrigatoriamente reportadas ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome	ALFREDO FERREIRA MARQUES FILHO	CPF:	028.236.498-67	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Contador	Data de Nascimento:	18/07/1961
Experiência Profissional:	Membro do Conselho Fiscal. O Sr. Alfredo Ferreira de Marques Filho é formado em Administração, pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas “Santana”, pós-graduado em Finanças Corporativas pela FGV e Mestre em Ciências Contábeis pela – PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou na Roberto Dreyfuss/KPMG entre 1981 e 1989. É sócio da Horwath Tufani & Reis Soares Auditores Independentes desde 1990. Em 2009, foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho Fiscal	11/03/2025	Até a AGO de 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		11/03/2025	Sim	24/03/2009				

Nome	AMÉRICO EMILIO ROMI NETO	CPF:	016.334.888-02	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro Mecânico	Data de Nascimento:	22/01/1956
Experiência Profissional:	Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, foi eleito Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e desde 2003 é Presidente do Conselho de Administração.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Presidente do Conselho de Administração		11/03/2025	Sim	13/03/1995				

Nome	ANA CAROLINA RIBEIRO STROBEL	CPF:	977.453.839-00	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Advogada	Data de Nascimento:	01/12/1973
Experiência Profissional: Membro do Conselho de Administração. A Sra. Ana Carolina Ribeiro Strobel é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, com LLM pela University of Sheffield e educação executiva, no programa de negociação, pela Harvard Business School e programa de inovação exponencial, pela Singularity University. Possui curso de conselheira e administração pelo IBGC. Tem mais de 20 anos de experiência em investimentos em tecnologia, construção de negócios e projetos de transformação digital. Atualmente, é sócia fundadora da Antler Brasil, sócia operacional da Redpoint Eventures Gestão de Recursos Ltda, membro do Conselho de Administração e do comitê de pessoas das Empresas RandonCorp, membro do Conselho Consultivo da Softplan, membro do Comitê de Risco das empresas Too Seguros S.A. e Caixa Vida e Previdência. Foi conselheira administrativa e membro dos comitês de auditoria da Sinqia e da LG Tecnologia, além de professora convidada pela Fundação Getúlio Vargas, IBGC e HSM em cursos de formação de conselheiros, compliance e governança corporativa para startups.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		11/03/2025	Sim	12/03/2024				

Nome	ANTONIO CÂNDIDO DE AZEVEDO SODRÉ FILHO	CPF:	011.095.968-04	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Advogado	Data de Nascimento:	03/03/1938
Experiência Profissional: O Sr. Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho é formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie – SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU – SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Em 2006, passou a integrar o Conselho Consultivo da Companhia.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		11/03/2025	Sim	13/03/2012				

Nome CARLOS GUIMARÃES CHITI		CPF: 048.669.548-41	Passaporte:	Nacionalidade: Brasil	Profis são: Administrador de Empresas	Data de Nascimento: 30/09/1962	
Experiência Profissional: O Sr. Carlos Guimarães Chiti é formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP. Ingressou na Companhia em 1993, tendo sido responsável pela área de importação e suprimentos e pela área financeira. É membro do Conselho de Administração desde 1985, sendo Vice-Presidente desde 2006.							
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/03/2025	Até AGO de 2026	Vice Presidente Cons. de Administração		11/03/2025	Sim	13/03/1995

Nome CLÓVIS AILTON MADEIRA		CPF: 253.599.328-72	Passaporte:	Nacionalidade: Brasil	Profis são: Consultor Contábil	Data de Nascimento: 17/12/1949	
Experiência Profissional: Graduado em Contabilidade e Administração de Empresas, mestrado em Contabilidade pela FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (São Paulo) e doutor em Administração pela Florida Christian University (USA). Foi Auditor Independente com Registro na NAFSA (National Association of Financial Services Auditors) (USA); também foi responsável técnico pela Directa Auditores e pela Grant Thornton perante a CVM; é presidente do Instituto Cacau Show; é Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal Certificado – IBGC. Em 2015, foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal.							
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	11/03/2025	Até a AGO de 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		11/03/2025	Sim	17/03/2015

Nome	DOUGLAS PEDRO DE ALCÂNTARA	CPF:	183.123.778-40	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro Mecânico	Data de Nascimento:	08/09/1975
Experiência Profissional:	O Sr. Douglas Pedro de Alcântara é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Iniciou sua carreira na Romi em 2001 como trainee e ocupou posteriormente diversos cargos. É responsável pelas áreas de desenvolvimento da tecnologia de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plásticos), de novos negócios e Tecnologia da Informação. É Diretor desde 2020.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Diretoria	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor de Tecnologia e de Novos Negócios	11/03/2025		17/03/2020				

Nome	FÁBIO BARBANTI TAIAR	CPF:	275.907.618-00	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	11/08/1978
Experiência Profissional:	Sr. Fabio Taiar é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em Gestão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Fábio foi contratado pela Romi em janeiro de 2009 para responder pela Gerência das áreas de Contabilidade e Controladoria. De 2011 a 2012, atuou como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, e, desde 2012 é Diretor. Atua como encarregado pelo tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei 13.709/2018, desde março de 2021. É responsável pelas áreas de Finanças, Recursos Humanos, Jurídico, Controladoria e Relações com Investidores.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Diretoria	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Diretor de Relações com Investidores		11/03/2025		13/03/2012				

Nome	FERNANDO MARCOS CASSONI	CPF:	140.542.968-23	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Bacharel em Ciências da Computação	Data de Nascimento:	26/09/1972
Experiência Profissional: O Sr. Fernando Cassoni é formado em Ciências da Computação pelo Inst. Mun. de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, pós-graduado em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, MBA em Gestão Empresarial e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Ingressou em 1996 na Companhia, ocupando diversos cargos e é responsável pelas atividades industriais das unidades fabris, Supply Chain, Suprimentos, Melhoria Contínua, Métodos e Qualidade. É Diretor desde 2015.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Diretoria	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		11/03/2025		17/03/2015				

Nome	FRANCISCO DE PAULA DOS REIS JÚNIOR	CPF:	007.190.878-13	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Advogado	Data de Nascimento:	28/11/1960
Experiência Profissional:											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho Fiscal	11/03/2025	Até a AGO de 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		11/03/2025	Sim	14/03/2023				

Nome		JOSÉ CARLOS ROMI	CPF:	056.637.218-51	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro Mecânico	Data de Nascimento:	20/03/1959
Experiência Profissional:		O Sr. José Carlos Romi é formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP. Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. De 1989 a 2012, foi membro da Diretoria. É membro do Conselho de Administração desde 2013.										
Órgãos da Administração:												
Órgão da Administração	Data da Eleição		Prazo do mandato		Cargo eletivo ocupado		Detalhar o cargo exercido		Data de posse		Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/03/2025		Até a AGO de 2026		Conselho de Administração (Efetivo)				11/03/2025		Sim	17/03/2015

Nome	LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	CPF:	171.588.618-64	Passaporte:	Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	19/04/1974
Experiência Profissional:		O Sr. Luiz Cassiano Rando Rosolen é formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e pós-graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Cassiano conduziu em 2013 o General Management Program – Executive Education da Harvard Business School. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Ingressou na Companhia em 2006. Em, março de 2008 foi eleito Diretor, sendo Diretor-Presidente desde março de 2015.								
Órgãos da Administração:										
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato			
Diretoria	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Diretor Presidente / Superintendente		11/03/2025		17/03/2015			
Diretoria	08/09/2026	Até a AGO de 2027	Outros Diretores	Diretor da Unidade de Fundidos e Usinados			08/09/2026			

Nome	MARCIO GUEDES PEREIRA JUNIOR	CPF:	050.958.058-04	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	25/10/1961
Experiência Profissional: O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e conduziu MBA também na Fundação Getúlio Vargas, após ter estudado na University's Stern School of Business em Nova York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. É membro do Conselho de Administração das empresas Ourofino Saúde Animal e Invepar. Foi eleito membro do Conselho de Administração em 2017.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		11/03/2025	Sim	14/03/2017				

Nome	MAURICIO LANZELLOTTI LOPES	CPF:	067.549.468-06	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro Mecânico	Data de Nascimento:	04/05/1961
Experiência Profissional: O Sr. Mauricio Lanzellotti Lopes é formado em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP e possui pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Iniciou sua carreira na Romi em 1984 e ocupou posteriormente diversos cargos. É responsável pelas áreas de comercialização e venda de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) no mercado interno e a assistência técnica e venda de peças para reposição de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico). É Diretor desde 2020.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Diretoria	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor de Comercialização	11/03/2025		17/03/2020				

Nome	MONICA ROMI ZANATTA	CPF:	274.117.138-64	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administradora de Empresas	Data de Nascimento:	04/02/1981
Experiência Profissional: A Sra. Mônica Romi Zanatta é formada em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com MBA Internacional em Gestão de Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pelo Babson College – EUA. Ingressou na Companhia em 2001, tendo atuado na área de Vendas para o Mercado Externo e de Melhoria Contínua. É membro do Conselho de Administração desde 2008.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		11/03/2025	Sim	24/03/2009				

Nome	PAULO ROMI	CPF:	082.401.568-19	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro Mecânico	Data de Nascimento:	28/10/1963
Experiência Profissional: O Sr. Paulo Romi é formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados. É membro do Conselho de Administração desde 2009.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		11/03/2025	Sim	04/04/2000				

Nome	RUBENS LOPES DA SILVA	CPF:	044.701.689-04	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Contador	Data de Nascimento:	30/05/1951
Experiência Profissional: Formado em Ciências Contábeis pela SUFESC – Sociedade Unida de Ensino Superior e Cultura – Rio de Janeiro-RJ e em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Londrina, pós-graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas e em Análise e Planejamento Empresarial pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Rolândia. É sócio da empresa Macso Legate Consultores e da empresa Macso Legate Auditores Independentes.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho Fiscal	11/03/2025	Até AGO de 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		11/03/2025	Sim	14/03/2023				

Nome	VALTER FARIA	CPF:	043.679.168-47	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas e Empresário	Data de Nascimento:	16/06/1962
Experiência Profissional: Sr. Valter é administrador de empresas com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV, e bacharel em direito pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas, tendo desempenhado posições de liderança executiva nos Bancos JPMorgan/Chase e Itau, B3 e Grupo Rhodia. Também foi vice-presidente e sócio da Thomson Reuters Brasil, tendo coordenado IPO's e listagens internacionais da Telebrás, Petrobras, Vale, Braskem, e muitos outros a partir de 1998. Atualmente desenvolve consultoria especializada em mercado de capitais para aprimorar práticas de governança corporativa e relações com investidores para empresas de capital aberto, fechado ou organizações sem fins lucrativos.											
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho Fiscal	11/03/2025	Até a AGO de 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinalistas		11/03/2025	Não	14/03/2023				

Nome WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI **CPF:** 147.427.468-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 29/09/1968

Experiência Profissional: O Sr. Walter Luis Bernardes Albertoni é Advogado, pós-graduado em Direito Processual Civil (PUCSP-COGEAE), em Direito Societário e em Direito Tributário (LLM Insuper), com mais de 20 anos de vivência em questões cíveis, societárias e empresariais. Atua como assessor jurídico terceirizado da Associação de Investidores no Mercado de Capitais – AMEC. É membro do Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A., membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., membro do Conselho de Administração da Parapananema S.A.. Em 2021, foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	11/03/2025	Até a AGO de 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		11/03/2025	Não	16/03/2021

7.4 Composição dos comitês

Nome:	AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO	CPF:	016.334.888-02	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Engenheiro de Mecânico	Data de Nascimento:	22/01/1956
Experiência Profissional:	Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, foi eleito Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e desde 2003 é Presidente do Conselho de Administração.										
Comitês:											
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato			
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026			11/03/2025	17/03/2020			
Outros Comitês		Presidente do Comitê	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Pessoas		11/03/2025	17/03/2020			
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Estratégia e Inovação		11/03/2025	17/03/2020			
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê Imobiliário		11/03/2025	17/03/2020			

Nome:	ANTONIO CÂNDIDO DE AZEVEDO SODRÉ FILHO	CPF:	011.095.968-04	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Advogado	Data de Nascimento:	03/03/1938
--------------	--	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	-------------------	----------	----------------------------	------------

Experiência Profissional:

O Sr. Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho é formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie – SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU – SP; Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Em 2006, passou a integrar o Conselho Consultivo da Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026			11/03/2025	17/03/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê Imobiliário		11/03/2025	17/03/2020

Nome:	ANTÔNIO CARLOS BONINI SANTOS PINTO	CPF:	026.230.088-50	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Contador	Data de Nascimento:	21/01/1957
Experiência Profissional: O Sr. Antônio Carlos Bonini Santos Pinto é bacharel em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP, Bacharel em Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP. Foi Auditor da empresa BDO Directa Auditores S/C e atualmente é Conselheiro Fiscal em Companhias Abertas e empresas de capital fechado ou limitadas e entidades sociais, dentre elas: Cambuci S/A, Aeroportos Brasil Viracopos S/A, Guerra S/A Implementos Rodoviários, TEKA – Tecelagem Kuering S/A, Schlosser S/A, APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte e Conselheiro de Administração na UTC Participações S/A.											
Comitês:											
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato			
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026			11/03/2025	17/03/2020			

Nome:	DOUGLAS PEDRO DE ALCÂNTARA	CPF:	183.123.778-40	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Engenheiro Mecânico	Data de Nascimento:	08/09/1975
Experiência Profissional: O Sr. Douglas Pedro de Alcântara é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Iniciou sua carreira na Romi em 2001 como trainee e ocupou posteriormente diversos cargos. É responsável pelas áreas de desenvolvimento da tecnologia de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plásticos), de novos negócios e Tecnologia da Informação. É Diretor desde 2020.											
Comitês:											
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato			
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Estratégia e Inovação		11/03/2025	17/03/2020			

Nome:	FÁBIO BARBANTI TAIAR	CPF:	275.907.618-00	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de nascimento:	11/08/1978						
Experiência Profissional: Sr. Fabio Taiar é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em Gestão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Fábio foi contratado pela Romi em janeiro de 2009 para responder pela Gerência das áreas de Contabilidade e Controladoria. De 2011 a 2012, atuou como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, e, desde 2012 é Diretor. Atua como encarregado pelo tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei 13.709/2018, desde março de 2021. É responsável pelas áreas de Finanças, Recursos Humanos, Jurídico, Controladoria e Relações com Investidores.																	
Comitês:																	
Tipo comitê		Tipo auditoria		Cargo ocupado		Data posse		Prazo mandato		Descrição de outros comitês		Descrição de outro cargo/função		Data da eleição		Data de início do primeiro mandato	
Comitê Financeiro				Membro do Comitê (Efetivo)		11/03/2025		Até a AGO de 2026						11/03/2025		17/03/2020	
Outros Comitês				Membro do Comitê (Efetivo)		11/03/2025		Até a AGO de 2026		Comitê Imobiliário				11/03/2025		17/03/2020	
Outros Comitês				Membro do Comitê (Efetivo)		11/03/2025		Até a AGO de 2026		Comitê de Estratégia e Inovação				11/03/2025		11/03/2025	

Nome:	FERNANDO MARCOS CASSONI	CPF:	140.542.968-23	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Bacharel em Ciências da Computação	Data de nascimento:	26/09/1972						
Experiência Profissional: O Sr. Fernando Cassoni é formado em Ciências da Computação pelo Inst. Mun. de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, pós-graduado em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, MBA em Gestão Empresarial e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Ingressou em 1996 na Companhia, ocupando diversos cargos e é responsável pelas atividades industriais das unidades fabris, Supply Chain, Suprimentos, Melhoria Contínua, Métodos e Qualidade. É Diretor desde 2015.																	
Comitês:																	
Tipo comitê		Tipo auditoria		Cargo ocupado		Data posse		Prazo mandato		Descrição de outros comitês		Descrição de outro cargo/função		Data da eleição		Data de início do primeiro mandato	
Comitê Financeiro				Membro do Comitê (Efetivo)		11/03/2025		Até a AGO de 2026						11/03/2025		17/03/2020	

Nome:	JOSÉ CARLOS ROMI	CPF:	056.637.218-51	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Engenheiro Mecânico	Data de nascimento:	20/03/1959						
Experiência Profissional: O Sr. José Carlos Romi é formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. De 1989 a 2012, foi membro da Diretoria. É membro do Conselho de Administração desde 2013.																	
Comitês:																	
Tipo comitê		Tipo auditoria		Cargo ocupado		Data posse		Prazo mandato		Descrição de outros comitês		Descrição de outro cargo/função		Data da eleição		Data de início do primeiro mandato	
Comitê Financeiro				Membro do Comitê (Efetivo)		11/03/2025		Até a AGO de 2026						11/03/2025		17/03/2020	
Outros Comitês				Membro do Comitê (Efetivo)		11/03/2025		Até a AGO de 2026		Comitê Imobiliário				11/03/2025		17/03/2020	

Outros Comitês	Presidente do Comitê	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Estratégia e Inovação	11/03/2025	17/03/2020
Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Fundidos e Usinados	11/03/2025	17/03/2020

Nome:	LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	CPF:	171.588.618-64	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	19/04/1974
--------------	-----------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	-------------------	---------------------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional:

O Sr. Luiz Cassiano Rando Rosolen é formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e pós-graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Cassiano conduziu em 2013 o General Management Program – Executive Education da Harvard Business School. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Ingressou na Companhia em 2006. Em, março de 2008 foi eleito Diretor, sendo Diretor-Presidente desde março de 2015.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outros cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026			11/03/2025	17/03/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Fundidos e Usinados		11/03/2025	17/03/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê Imobiliário		11/03/2025	17/03/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Estratégia e Inovação		11/03/2025	17/03/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Pessoas		11/03/2025	17/03/2020

Nome:	MARCIO GUEDES PEREIRA JUNIOR	CPF:	050.958.058-04	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	25/10/1961
--------------	------------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	-------------------	---------------------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional:

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getúlio Vargas, após ter estudado na University's Stern School of Business em Nova York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. É membro do Conselho de Administração das empresas Ourofino Saúde Animal e Invepar. Foi eleito membro do Conselho de Administração em 2017.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Presidente do Comitê	11/03/2025	Até a AGO de 2026			11/03/2025	17/03/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Pessoas		11/03/2025	17/03/2020

Nome:	MAURICIO LANZELLOTTI LOPES	CPF:	067.549.468-06	Passaporte:	Brasil	Nacionalidade:	Engenheiro de Mecânico	Data de Nascimento:	04/05/1961
--------------	----------------------------	-------------	----------------	--------------------	--------	-----------------------	------------------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional:

O Sr. Maurício Lanzellotti Lopes é formado em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP e possui pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Iniciou sua carreira na Romi em 1984 e ocupou posteriormente diversos cargos. É responsável pelas áreas de comercialização e venda de máquinas-ferramenta e para plástico no mercado interno e da assistência técnica e venda de peças para reposição de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico). É Diretor desde 2020.

Comitês:								
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Estratégia e Inovação		11/03/2025	17/03/2020

Nome:	MONICA ROMI ZANATTA	CPF:	274.117.138-64	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Administradora de Empresas	Data de Nascimento:	04/02/1981
Experiência Profissional: A Sra. Mônica Romi Zanatta é formada em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com MBA Internacional em Gestão de Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pelo Babson College – EUA. Ingressou na Companhia em 2001, tendo atuado na área de Vendas para o Mercado Externo e de Melhoria Contínua. É membro do Conselho de Administração desde 2008.											
Comitês:											
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato			
Comitê Financeiro		Presidente do Comitê	11/03/2025	Até a AGO de 2026			11/03/2025	17/03/2020			
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Estratégia e Inovação		11/03/2025	17/03/2020			
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Pessoas		11/03/2025	17/03/2020			

Nome:	PAULO ROMI	CPF:	082.401.568-19	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Engenheiro Mecânico	Data de Nascimento:	28/10/1963
Experiência Profissional: O Sr. Paulo Romi é formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados. É membro do Conselho de Administração desde 2009.											
Comitês:											
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato			
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/2025	Até a AGO de 2026			11/03/2025	17/03/2020			

Outros Comitês	Presidente do Comitê	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê de Fundidos e Usinados	11/03/2025	17/03/2020
Outros Comitês	Presidente do Comitê	11/03/2025	Até a AGO de 2026	Comitê Imobiliário	11/03/2025	17/03/2020

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Américo Emílio Romi Neto	016.334.888-02	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
JOSÉ CARLOS ROMI	056.637.218-51	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Américo Emílio Romi Neto	016.334.888-02	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA PIA ROMI CAMPOS	057.324.458-89	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Américo Emílio Romi Neto	016.334.888-02	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ANDRÉ LUIS ROMI	089.555.168-35	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CARLOS GUIMARÃES CHITI	048.669.548-41	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
SUZANA GUIMARÃES CHITI	265.639.118-03	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CARLOS GUIMARÃES CHITI	048.669.548-41	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI	057.324.018-30	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CARLOS GUIMARÃES CHITI	048.669.548-41	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
JULIANA GUIMARÃES CHITI	016.341.138-70	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
José Carlos Romi	056.637.218-51	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA PIA ROMI CAMPOS	057.324.458-89	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
José Carlos Romi	056.637.218-51	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ANDRÉ LUIS ROMI	089.555.168-35	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
José Carlos Romi	056.637.218-51	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
AMÉRICO EMILIO ROMI NETO	016.334.888-02	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
PAULO ROMI	082.401.568-19	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ADRIANA ROMI	067.631.108-39	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
PAULO ROMI	082.401.568-19	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
SANDRA MARIA ROMI CHEIDA	045.954.068-86	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do conselho de administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MONICA ROMI ZANATTA	274.117.138-64	Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FERNANDO ROMI ZANATTA	225.651.668-77	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
Exercício Social 31/12/2025				
Administrador do Emissor				
FERNANDO MARCOS CASSONI	140.542.968-23	Controle		Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				
Administrador do Emissor				
FERNANDO MARCOS CASSONI	140.542.968-23	Controle		Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	62.091.038/0001-74			
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				
Administrador do Emissor				
FERNANDO MARCOS CASSONI	140.542.968-23	Controle		Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS	42.957.971/0001-74			
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u> AMÉRICO EMILIO ROMI NETO Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Presidente do Conselho de Administração.	84.696.814/0001-00 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> AMÉRICO EMILIO ROMI NETO Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto	
<u>Pessoa Relacionada</u> FENIX EMPREENDIMENTOS S.A. Vice-presidente do Conselho de Administração.	51.319.358/0001-12 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> PAULO ROMI Membro do conselho de administração	082.401.568-19 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto	
<u>Pessoa Relacionada</u> FENIX EMPREENDIMENTOS S.A. Presidente do Conselho de Administração	51.319.358/0001-12 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u>				
PAULO ROMI	082.401.568-19	Controle		Controlada Direta
Membro do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	171.588.618-64	Controle		Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	171.588.618-64	Controle		Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	62.091.038/0001-74			
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u>				
LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	171.588.618-64	Controle		Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS	42.957.971/0001-74			
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
FÁBIO BARBANTI TAIAR	275.907.618-00	Controle		Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
FÁBIO BARBANTI TAIAR	275.907.618-00	Controle		Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	62.091.038/0001-74			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FÁBIO BARBANTI TAIAR	275.907.618-00	Controle	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS	42.957.971/0001-74		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ CARLOS ROMI	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FENIX EMPREENDIMENTOS S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
CARLOS GUIMARÃES CHITI	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto
Vice Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FENIX EMPREENDIMENTOS S.A.	51.319.358/0001-12		
Vice-Presidente da Diretoria.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
AMÉRICO EMILIO ROMI NETO	016.334.888-02	Controle		Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
AMÉRICO EMILIO ROMI NETO	016.334.888-02	Subordinação		Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
FENIX EMPREENDIMENTOS S.A.	51.319.358/0001-12			
Vice-presidente do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
PAULO ROMI	082.401.568-19	Subordinação		Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
FENIX EMPREENDIMENTOS S.A.	51.319.358/0001-12			
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u>				
PAULO ROMI	082.401.568-19	Controle		Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	171.588.618-64	Controle		Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	171.588.618-64	Controle		Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS	42.957.971/0001-74			
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u> LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN Diretor-Presidente da Diretoria	171.588.618-64 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretor-Presidente da Diretoria	62.091.038/0001-74 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> FÁBIO BARBANTI TAIAR Diretor	275.907.618-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor	84.696.814/0001-00 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> FÁBIO BARBANTI TAIAR Diretor	275.907.618-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS Diretor	42.957.971/0001-74 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u> FÁBIO BARBANTI TAIAR Diretor	275.907.618-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretor	62.091.038/0001-74 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> JOSÉ CARLOS ROMI Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto	
<u>Pessoa Relacionada</u> FENIX EMPREENDIMENTOS S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> FERNANDO MARCOS CASSONI Diretor Vice-Presidente.	140.542.968-23 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Vice-Presidente.	84.696.814/0001-00 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u> FERNANDO MARCOS CASSONI Diretor Vice-Presidente.	140.542.968-23	Controle	Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
	N/A			
	62.091.038/0001-74			
<u>Pessoa Relacionada</u> ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> FERNANDO MARCOS CASSONI Diretor Vice-Presidente.	140.542.968-23	Controle	Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
	N/A			
	42.957.971/0001-74			
<u>Pessoa Relacionada</u> PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> CARLOS GUIMARÃES CHITI Membro do Conselho de Administração.	048.669.548-41	Subordinação	Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
	N/A			
	51.319.358/0001-12			
<u>Pessoa Relacionada</u> FENIX EMPREENDIMENTOS S.A. Vice-Presidente da Diretoria.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
FERNANDO MARCOS CASSONI	140.542.968-23	Controle		Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
FERNANDO MARCOS CASSONI	140.542.968-23	Controle		Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	62.091.038/0001-74			
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
FERNANDO MARCOS CASSONI	140.542.968-23	Controle		Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS	42.957.971/0001-74			
Diretor Vice-Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u> AMÉRICO EMILIO ROMI NETO Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Presidente do Conselho de Administração	84.696.814/0001-00 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> AMÉRICO EMILIO ROMI NETO Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto	
<u>Pessoa Relacionada</u> FENIX EMPREENDIMENTOS S.A. Vice-presidente do Conselho de Administração.	51.319.358/0001-12 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> CARLOS GUIMARÃES CHITI Vice Presidente do Conselho de Administração	048.669.548-41 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto	
<u>Pessoa Relacionada</u> FENIX EMPREENDIMENTOS S.A. Vice-presidente da Diretoria.	51.319.358/0001-12 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
PAULO ROMI	082.401.568-19	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
PAULO ROMI	082.401.568-19	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FENIX EMPREENDIMENTOS S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	171.588.618-64	Controle	Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
Administrador do Emissor				
LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	171.588.618-64	Controle		Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS	42.957.971/0001-74			
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				
Administrador do Emissor				
LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN	171.588.618-64	Controle		Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	62.091.038/0001-74			
Diretor-Presidente da Diretoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				
Administrador do Emissor				
FÁBIO BARBANTI TAIAR	275.907.618-00	Controle		Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
ROMINOR COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.696.814/0001-00			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do Emissor</u> FÁBIO BARBANTI TAIAR Diretor	275.907.618-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> PRODZ AMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS Diretor	42.957.971/0001-74 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> FÁBIO BARBANTI TAIAR Diretor	275.907.618-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta	
<u>Pessoa Relacionada</u> ROMINOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretor	62.091.038/0001-74 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u> JOSÉ CARLOS ROMI Membro do Conselho de Administração.	056.637.218-51 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto	
<u>Pessoa Relacionada</u> FENIX EMPREENDIMENTOS S.A. Diretor.	51.319.358/0001-12 N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia mantém para os seus Diretores e Administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, Vigência 15/03/2026 a 15/03/2027, Seguradora Chubb Seguros Brasil S.A., cobrindo indenizações e custos de defesa, com limite máximo de cobertura no valor R\$ 45.000.000,00.

7.8 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Política de Remuneração da Companhia pode ser consultada no site da Companhia, através do link <<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-remuneracao/>>. Esta política apresenta diretrizes a serem observadas e, consequentemente, aplicadas para determinar a remuneração dos Diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal de ROMI S.A. ("Companhia"), bem como dos Comitês de assessoramento do Conselho, estatutários ou não, considerando a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado.

A referida Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019 e encontra-se em vigor desde 02 de março de 2020, por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

Em seus controles internos a ROMI já realiza o gerenciamento de indicadores relacionados a temas ambientais, sociais e de governança, sem atrelar, contudo, seus resultados aos critérios de remuneração variável da alta administração. A Companhia busca atender integralmente à regra prevista no artgo 6º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3 no curto a médio prazo, tendo iniciado a avaliação de atualizações em sua Política de Remuneração, e nos critérios de gerenciamento de metas e indicadores relacionados ao tema.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.**

O Conselho de Administração delibera e aprova anualmente a remuneração dos membros dos Comitês constituídos.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.**

A proposta de remuneração dos órgãos de governança da Companhia (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e Comitês) é estabelecida pelo Comitê de Pessoas, o qual realiza pesquisa de mercado por conta própria e através de consultoria externa, respeitando-se a Política de Remuneração da Companhia (<https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-remuneracao/>).

Os critérios adotados são: (i) comparação com base em pesquisa de remuneração de Conselho de Administração, Diretorias e Conselho Fiscal, cuja fonte é o formulário de referência de empresas de segmentos semelhantes ou presentes na mesma região. São analisados nos Formulários de Referência a remuneração fixa anual, remuneração variável e a remuneração total para os três órgãos mencionados. A Companhia entende que a remuneração está em linha com o praticado pelo Mercado.

Tal proposta é submetida para deliberação do Conselho de Administração, o qual deliberará observando o disposto pela Assembleia Geral quanto ao montante máximo dos honorários anuais globais dos administradores, o orçamento anual total de despesas da Companhia e a prática de mercado vigente.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A revisão da remuneração se dá mediante pesquisa anual do mercado, coordenada pelo Comitê de Pessoas.

8.1 Política ou prática de remuneração

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

A Política de Remuneração da ROMI S.A. <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-remuneracao> - “Política de Remuneração” - estabelece diretrizes para a remuneração dos membros da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês considerando a prática de mercado vigente, bem como os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A Política de Remuneração leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado estando alinhada com os interesses dos acionistas e investidores.

• seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

O objetivo da Política de Remuneração é atrair e reter profissionais qualificados, incentivá-los a alcançar resultados e gerar valor para a Companhia e seus stakeholders. Em relação aos aspectos de curto, médio e longo prazo, a Companhia considera os seguintes aspectos:

- Curto Prazo - Geração de valor para a Companhia pelo atingimento das metas anuais de resultados que implicam em planos de objetivos específicos para cada órgão da Administração;
- Médio Prazo – Se baseia nos projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e de pessoas e metas de expansão da Companhia, assegurando uma posição competitiva no mercado global.
- Longo Prazo – Tem relação ao desenvolvimento e cumprimento do planejamento estratégico da Companhia de forma geral, que engloba tanto os pontos anteriores indicados como propósito de valor e missões definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

• sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

	2025	2024	2023
Honorários e encargos	63,5%	55,9%	42,9%
Participação nos resultados	29,7%	37,4%	52,0%
Participação em RCA e comitês	1,3%	1,4%	0,9%
Previdência privada	2,9%	2,8%	2,2%
Assistência médica	2,6%	2,6%	1,9%

• sua metodologia de cálculo e de reajuste

A remuneração dos Conselheiros é composta por honorário mensal fixo e variável.

A remuneração fixa é vinculada às práticas de mercado, bem como considera a responsabilidade, tempo dedicado, desempenho, além do disposto em Assembleia Geral quanto ao montante máximo dos honorários anuais globais dos administradores e orçamento anual total de despesas da Companhia.

A remuneração variável é representada pela participação no lucro do exercício social conforme desempenho da Companhia e previsto no Art. 44 do Estatuto Social da Companhia.

Já a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é integrada apenas por remuneração fixa acrescida do reembolso

8.1 Política ou prática de remuneração

de despesas. A **remuneração fixa** deste grupo é definida anualmente pela Assembleia Geral que os elege e não será inferior a 10% da média dos Diretores Executivos, não computados benefícios, verbas de representação e participação no lucro do exercício social.

A remuneração dos Diretores é composta por honorário mensal fixo e variável.

A **remuneração fixa** dos Diretores é deliberada anualmente e é estabelecida com base em desempenho, custos, riscos envolvidos, e está atrelada aos resultados da Companhia e metas de médio e longo prazo. Na remuneração fixa ainda é considerada a previdência privada e assistência médica. A **remuneração variável** é representada pela participação no lucro do exercício social, conforme previsto no Art. 44 do do Estatuto Social da Companhia.

A remuneração é reajustada periodicamente com base em pesquisas de mercado coordenada pelo Comitê de Pessoas.

Já os membros de Comitês recebem remuneração aprovada pelo Conselho, exceto se forem empregados ou Diretores da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a participação nos resultados, que é influenciada pelo lucro líquido auferido em cada exercício social.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração oferecida aos administradores pela Companhia é baseada nas melhores práticas de mercado e possui harmonização com os seus objetivos.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável à Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nenhuma remuneração é paga aos membros da Diretoria da ROMI S.A. pelo exercício de seus cargos na própria Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras, seja de forma direta ou indireta.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável à Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,67	3,00	16,67
Nº de membros remunerados	8,00	5,67	3,00	16,67
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.089.314,00	5.675.686,00	440.000,00	9.205.000,00
Benefícios direto e indireto	365.000,00	810.000,00	0,00	1.175.000,00
Participações em comitês	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00
Outros	952.199,00	2.487.376,00	110.000,00	3.549.575,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que estão orçados para o exercício.	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que estão orçados para o exercício.	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que estão orçados para o exercício.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.666.513,00	8.973.062,00	550.000,00	14.189.575,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	6,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	8,00	6,00	3,00	17,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.346.431,68	4.594.769,68	304.232,28	7.245.433,64
Benefícios direto e indireto	263.868,00	628.668,00	0,00	892.536,00
Participações em comitês	203.412,00	0,00	0,00	203.412,00
Outros	64.606,32	64.606,32	10.767,72	139.980,36
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.101.242,00	3.686.760,00	0,00	4.788.002,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.979.560,00	8.974.804,00	315.000,00	13.269.364,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,75	6,00	3,00	16,75
Nº de membros remunerados	7,75	6,00	3,00	16,75
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.167.449,55	4.195.284,88	289.842,48	6.652.576,91
Benefícios direto e indireto	243.067,86	575.121,98	0,00	818.189,84
Participações em comitês	214.036,00	0,00	0,00	214.036,00
Outros	61.655,12	61.655,12	10.277,52	133.587,76
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.425.000,00	4.275.000,00	0,00	5.700.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.111.208,53	9.107.061,98	300.120,00	13.518.390,51

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	6,00	3,00	16,25
Nº de membros remunerados	7,25	6,00	3,00	16,25
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.827.600,00	3.964.956,00	286.080,00	6.078.636,00
Benefícios direto e indireto	223.825,47	519.913,00	0,00	743.738,47
Participações em comitês	167.576,00	0,00	0,00	167.576,00
Outros	61.936,50	59.459,04	9.909,84	131.305,38
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	Os valores registrados na linha de 'Outros' correspondem ao montante de encargos que não sejam ônus do empregador pagos no exercício.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	2.364.424,00	7.093.270,00	0,00	9.457.694,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.645.361,97	11.637.598,04	295.989,84	16.578.949,85

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,67	3,00	16,67
Nº de membros remunerados	8,00	5,67	0,00	13,67
Esclarecimento			A remuneração do Conselho Fiscal é definida conforme a política de remuneração, que pode ser acessada através do link: https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-remuneracao/	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	6,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	8,00	6,00	0,00	14,00
Esclarecimento			A remuneração do Conselho Fiscal é definida conforme a política de remuneração, que pode ser acessada através do link: https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-remuneracao/	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	1101242,00	3686760,00	0,00	4.788.002,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,75	6,00	3,00	16,75
Nº de membros remunerados	7,75	6,00	0,00	13,75

Esclarecimento			A remuneração do Conselho Fiscal é definida conforme a política de remuneração, que pode ser acessada através do link: https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-remuneracao/	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	1425000,00	4275000,00	0,00	5.700.000,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	6,00	3,00	16,25
Nº de membros remunerados	7,25	6,00	0,00	13,25
Esclarecimento			A remuneração do Conselho Fiscal é definida conforme a política de remuneração, que pode ser acessada através do link: https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-remuneracao/	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	2364424,00	7093270,00	0,00	9.457.694,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,67	3,00	16,67
Nº de membros remunerados	0,00	5,67	0,00	5,67
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	A Companhia não tem a remuneração baseada em ações previsto na política de remuneração.		A Companhia não tem a remuneração baseada em ações previsto na política de remuneração.	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	6,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	A Companhia não tem a remuneração baseada em ações,previsto na política de remuneração.	A Companhia não tem a remuneração baseada em ações previsto na política de remuneração.	A Companhia não tem a remuneração baseada em ações previsto na política de remuneração.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,75	6,00	3,00	16,75
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	A Companhia não tem a remuneração baseada em ações previsto na política de remuneração.	A Companhia não tem a remuneração baseada em ações previsto na política de remuneração.	A Companhia não tem a remuneração baseada em ações previsto na política de remuneração.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	6,00	3,00	16,25
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	A Companhia não tem remuneração baseada em ações.	A Companhia não tem remuneração baseada em ações.	A Companhia não tem remuneração baseada em ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável à Companhia.

8.7 Opções em aberto

A Companhia não possuía plano de pagamento baseado em ações ou opções ao final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

A Companhia não possuía plano de pagamento baseado em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

A Companhia não possuía plano de pagamento baseado em ações nos 3 últimos exercícios sociais, bem como, tal remuneração não está prevista para o exercício social corrente.

8.10 Outorga de ações

A Companhia não possuía plano de pagamento baseado em ações nos 3 últimos exercícios sociais, bem como, tal remuneração não está prevista para o exercício social corrente.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	5,67	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não aplicável a Companhia.	Não aplicável a Companhia.	Não aplicável a Companhia.

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	6,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não aplicável a Companhia.	Não aplicável a Companhia.	Não aplicável a Companhia.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,75	6,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não aplicável à Companhia.	Não aplicável à Companhia.	Não aplicável à Companhia.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,25	6,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não aplicável à Companhia.	Não aplicável à Companhia.	Não aplicável à Companhia.

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável à Companhia.

8.13 Participações detidas por órgão

Órgão	Quantidade de Ações do Emissor	Quantidade de Ações em Controladas
	(*)	(**)
Conselho de Administração	13.755.188	662.803
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	414.247	25.619

(*) Refere-se à quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração;
(**) Refere-se à quantidade de ações da controlada Rominor Comércio, detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

8.14 Planos de previdência

						2025	
a	Órgao	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		Total
b	Número de membros (*)	8,00			6,00		14,00
c	Número de membros remunerados (*)	8,00			6,00		
d	Nome do plano	Romiprev			Romiprev		
e	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0			0 0		
f	Condições para se aposentar antecipadamente	O plano não prevê aposentadoria antecipada.			O plano não prevê aposentadoria antecipada.		
g	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$	304.710,11	R\$	7.317.717,13	R\$	7.622.427,24
h	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$	7.186,03	R\$	463.220,52	R\$	470.406,55
i	Possibilidade de resgate	O participante poderá solicitar o resgate antecipado sob as seguintes circunstâncias: i) No caso de falecimento do participante, o resgate poderá ser feito imediatamente pelo beneficiário indicado no plano; ii) No caso do participante que for acometido por doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloque em risco sua vida, assim caracterizado e diagnosticado por médico legalmente habilitado, identificado por seu registro profissional e emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, fará jus, adicionalmente aos saldos das contas constituídas pelas contribuições realizadas à suas expensas, ao resgate de parte ou da totalidade dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia; iii) No caso do participante cujo beneficiário ou pessoas que mantêm com o participante vínculo de dependência seja acometido de doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloquem em risco a sua vida, também farão jus ao resgate total ou parcial dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia. (iv) O saldo das contribuições da Companhia a ser disponibilizado ao participante em razão do disposto nos itens (i) e (ii), corresponderá ao valor das despesas médico-hospitalares e/ou com a aquisição de medicamentos para fins de tratamento devidamente comprovadas.					

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	6,00	6,00	6,00	8,00	7,75	7,25	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	6,00	8,00	7,75	7,25	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	2.746.805,29	2.945.566,90	3.655.766,35	884.612,82	952.858,46	808.719,96	126.000,00	100.040,00	105.269,84
Valor da menor remuneraçãoReal	743.969,77	678.067,32	1.097.086,84	396.587,00	447.510,00	548.866,84	126.000,00	100.040,00	95.360,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.836.130,29	1.517.843,66	1.939.599,64	590.337,31	513.901,07	580.670,25	126.000,00	100.040,00	98.663,28

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP.	
31/12/2023	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP.	
31/12/2023	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP.	
31/12/2023	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Os Diretores Estatutários da Companhia possuem contrato o qual preve o recolhimento de FGTS e da multa de 40% em caso de rescisão unilateral desmotivada por parte da ROMI.

Além disso, todos os diretores aderiram ao plano de previdência oferecido pela Companhia "Romiprev" conforme detalhado no anexo IX da Proposta da Administração 2026.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Ano	Órgão	%
2022	Conselho de Administração	56,8%
2022	Diretoria estatutária	0,0%
2023	Conselho de Administração	61,1%
2023	Diretoria estatutária	0,0%
2024	Conselho de Administração	64,1%
2024	Diretoria estatutária	0,0%
2025	Conselho de Administração	58,3%
2025	Diretoria estatutária	0,0%

(*) O valor da participação nos resultados que compõe a remuneração do Conselho de Administração somente será definido após a apuração do lucro líquido do exercício de 2025, portanto, o cálculo ainda não contempla a parcela de Participação nos Resultados.

A Companhia não possui como prática divulgar guias (*guidance*) relacionados ao seu lucro líquido, sendo que essa divulgação poderia gerar expectativas distorcidas no mercado de capitais.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há remuneração por exercício de outras funções.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que a diferença entre a maior e a menor remuneração da Companhia se dá pelo reflexo e o reconhecimento do valor do cargo internamente e externamente, assim como, o desempenho individual, experiência, formação, responsabilidade, dever fiduciário e conhecimento do executivo.

Esclarece, ainda, que há variação em decorrência dos valores pagos à título de Participação nos Resultados, que se refere a parcela anual variável por participação nos resultados da Companhia e definida nos termos do Estatuto Social, prevista no planejamento estratégico e no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. O pagamento desta parcela variável, além de garantir competitividade com o mercado, é uma forma de reconhecimento da participação do executivo no desempenho da Companhia.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2020	01/01/2020		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Revisão das informações financeiras intermediárias e consolidadas.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O valor total pago no exercício social findo em 31/12/2024 foi de R\$749.092,76			
Justificativa da substituição			
Substituição em decorrência de condições comerciais.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

.....

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2025	01/01/2025		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Revisão das informações financeiras intermediárias e consolidadas.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Auditoria se iniciará no exercício de 2025, portanto, o montante total da remuneração dos auditores no último exercício social foi zero.			
Justificativa da substituição			
A contratação atende ao disposto na Resolução CVM nº 23/2021, a qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco exercícios sociais e intervalo mínimo de três exercícios sociais para a sua recontração, e foi motivada pela melhor proposta comercial apresentada, além de suas qualidades técnicas.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica.			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos, dentre outras atribuições, cabe ao Comitê:

4.1.4. Opinar na contratação ou destituição dos auditores independentes para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, opinando sobre seus honorários, e avaliar os resultados dos serviços por eles prestados;

4.1.5. Supervisionar as atividades dos auditores independentes a fim de avaliar (a) sua independência, (b) a monitorar a efetividade dos trabalhos e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

4.1.6. Avaliar e discutir, previamente, o plano anual de trabalho e o escopo de serviços apresentados pelos auditores independentes da Companhia, e formular recomendações quanto à aceitação ou rejeição das mesmas para apreciação do Conselho de Administração;

O documento do regimento interno do Comitê de Auditoria e Riscos pode ser acessado a partir do link: <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-de-auditoria-e-riscos/>.

9.4 Outras informações relevantes

Conforme informado em Comunicado ao Mercado em 10 de dezembro de 2024, a Companhia, comunica aos seus acionistas e ao mercado que o Conselho de Administração aprovou a contratação da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes Ltda., que iniciou suas atividades a partir da revisão das informações financeiras trimestrais referentes ao primeiro trimestre de 2025.

A contratação atende ao disposto na Resolução CVM nº 23/2021, a qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco exercícios sociais e intervalo mínimo de três exercícios sociais para a sua recontração, e foi motivada pela melhor proposta comercial apresentada, além de suas qualidades técnicas.

A Companhia informa que obteve anuência prévia dos atuais auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em relação à substituição.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	18	96	0	0	0
Não-liderança	299	1370	0	0	0
TOTAL = 1.783	317	1466	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	104	2	7	0	0	0
Não-liderança	1	1188	84	395	1	0	0
TOTAL = 1.783	2	1292	86	402	1	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1	79	34
Não-liderança	522	804	343
TOTAL = 1.783	523	883	377

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	3	111	0
Não-liderança	76	1593	0
TOTAL = 1.783	79	1704	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	1	0	100	3	10
Não-liderança	0	6	3	1573	22	65
TOTAL = 1.783	0	7	3	1673	25	75

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	7	0	0	0
Centro-Oeste	0	3	0	0	0
Sudeste	304	1369	0	0	0
Sul	0	25	0	0	0
Exterior	13	62	0	0	0
TOTAL = 1.783	317	1466	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	3	0	4	0	0	0
Centro-Oeste	0	1	0	2	0	0	0
Sudeste	2	1199	86	385	1	0	0
Sul	0	20	0	5	0	0	0
Exterior	0	69	0	6	0	0	0
TOTAL = 1.783	2	1292	86	402	1	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	1	3	3
Centro-Oeste	0	2	1
Sudeste	511	813	349
Sul	3	18	4
Exterior	8	47	20
TOTAL = 1.783	523	883	377

10.1 Descrição dos recursos humanos

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Grupo	Quantidade	Região Geográfica
Segurança Patrimonial	37	Sudeste
Limpeza e Jardinagem	35	Sudeste
Movimentação de Materiais	71	Sudeste
Guarda Mirim	17	Sudeste
Restaurante	35	Sudeste
Construção Civil	15	Sudeste
Meio Ambiente	14	Sudeste
Diversos	69	Sudeste
Total	293	

c. índice de rotatividade

Índice de rotatividade*

	2025
Total do grupo	18,2%

(*) O *Turnover* (índice de rotatividade) da Companhia é calculado pela soma de desligamentos da companhia dividido pela média total de funcionários.

10.2 Alterações relevantes

As alterações de recursos humanos ocorridas ao longo do ano de 2025 foram feitas visando a adequação da Companhia aos patamares de demanda do mercado.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

Tem como objetivo assegurar que todos os funcionários sejam remunerados de uma forma internamente justa e externamente competitiva, de acordo com nossas necessidades, objetivos e recursos financeiros, de forma a atrair, reter e motivar pessoal e recompensar o bom desempenho.

Participação nos lucros e/ou resultados (PLR)

Tem como objetivo a maximização de lucros para a empresa e, conseqüentemente, gerar mais recompensa aos funcionários.

A distribuição da PLR é feita em múltiplo de Salário Nominal e múltiplo do Piso Salarial e, seu cálculo é fundamentado no conceito de Margem Calculada obtida no ano. São utilizadas 3 (três) tabelas para apuração da Margem Calculada, sendo 1(uma) representando o Geral da Empresa e as outras 2 (duas) representando cada uma das Unidades de Negócio (Máquinas e Fundidos/Usinados). A quantidade de Salário Nominal e Piso Salarial a ser pago como PLR final, já acrescida dos percentuais referentes às metas de produtividade, é calculada sobre o salário nominal do mês de dezembro, apurando-se, assim, o valor da PLR a ser paga a cada funcionário. O montante da PLR a ser paga pela ROMI é limitada a 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido do Exercício, observado o valor individual máximo de 2,75 (dois virgula setenta e cinco) salários nominais. Trimestralmente, após a publicação oficial das demonstrações financeiras do período, é divulgado aos funcionários os resultados até a data, para fins de acompanhamento.

Remuneração variável anual

Tem como objetivo manter um Sistema de Remuneração Variável Anual para os cargos de confiança (Assessor, Coordenador e Gerente), visando estimular e premiar pelo atingimento dos objetivos e metas (quantitativas e qualitativas), definidos pela Direção da empresa. O montante a ser pago é um valor determinado pela empresa, com base no orçamento anual. Sua distribuição é feita conforme desempenho de cada Assessor, Coordenador e Gerente.

SISTEMA DE INCENTIVO DE VENDAS (SIV)

Tem como objetivo manter um Sistema de Incentivo de Vendas (SIV) para os profissionais que atuam na força de comercialização (Vendedores Técnicos, Gerentes de Filial de Vendas e Gerentes de Venda) em complementação ao salário nominal, visando estimulá-los no atingimento dos objetivos da Divisão de comercialização, de forma a atrair e reter bons profissionais. O valor do SIV leva em consideração o pacote de vendas de máquinas e/ou equipamentos e tabela regressiva de percentuais sobre o valor de vendas.

b. Política de benefícios

Restaurante Interno

Tem por objetivo oferecer serviços de restaurante, de maneira mais econômica, higiênica e saudável possível. O valor de cada refeição cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

Assistência Médica

Tem por objetivo proporcionar um adequado atendimento nos casos de tratamento de saúde dos funcionários e seus dependentes. Os planos oferecidos são: Plano A (com internação em quarto coletivo e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços), Plano B (com internação em quarto privativo, com direito a acompanhante e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços) e Seguro Saúde (oferece os mesmos serviços que o plano com internação em quarto coletivo e proporciona aos usuários a opção por clínicas, médicos, hospitais e serviços fora da rede credenciadas).

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Previdência Privada (ROMIPREV)

Tem por objetivo proporcionar uma importante contribuição adicional à renda da previdência social e ampliar os recursos do funcionário por ocasião da aposentadoria. As coberturas oferecidas são Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge em 60% e Múltiplo de Salários.

Cesta Básica

Tem por objetivo premiar os funcionários que não se ausentam, e que dessa forma contribuem fortemente para o aumento da produtividade e eficiência. Elevar o bem-estar dos funcionários e seus familiares, concedendo itens de alimentação importantes para a saúde e qualidade de vida. Proporcionar economia nos gastos mensais dos funcionários e familiares. Todo funcionário pode optar pela Cesta Básica, assinando o termo de adesão (ou não adesão). O valor de cada cesta básica cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

Material Escolar

Tem por objetivo incentivar o estudo e desenvolvimento dos filhos de funcionários da empresa, e proporcionar economia nos gastos anuais dos materiais escolares utilizados. E oferecido aos funcionários que possuem filhos na faixa etária de 6 a 14 anos.

Transporte De Pessoal

Tem por objetivo o transporte aos funcionários que trabalham em Santa Bárbara d'Oeste, visando contribuir para uma boa pontualidade e assiduidade, bem como motivar e facilitar a locomoção.

Outros Serviços

Além dos benefícios acima, a empresa contrata, a expensas dos funcionários, serviços de Assistência Odontológica e Plano de Seguro de Vida em Grupo.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

Não aplicável à Companhia nos exercícios apresentados.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, e a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social é 47,11.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
2.746.805,28	58.306,08	47,11
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia mantém relações baseadas na transparência e diálogo constante junto aos sindicatos dos trabalhadores. É garantido a todos os funcionários o direito à livre associação ao sindicato, inclusive com convênio que permite o desconto da mensalidade em folha de pagamento.

Temos diversas comissões internas de empregados, como por exemplo CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), Comissão de empregados para discussão e aprovação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), dentre outras.

Há funcionários da Companhia, que por convite do sindicato, atualmente exercem cargos de direção sindical.

Nos 3 últimos exercícios sociais não houve qualquer paralisação ou greve.

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia possui Política para Transações com Partes Relacionadas, cuja adoção inicial foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de abril de 2014. Em 10 de dezembro de 2019, foi aprovada uma alteração da referida Política pelo Conselho de Administração que passou a vigorar a partir de 2 de março de 2020, disponível no site da Companhia através do link: <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-para-transacao-com-partes-relacionadas/>

A mencionada política tem como principal objetivo estabelecer regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da Administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses provenientes de tais transações.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
FENIX EMPREENDIMENTOS S.A.	01/10/2011	53.540,00	0	0	O Contrato foi firmada entre as partes em 01/10/2011, atualmente está em vigência o ADITIVO CONTRATUAL XV com prazo contratual para 30 de setembro de 2026.	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de assessoria nas áreas administrativa, financeira, contábil, tributária, trabalhista, previdenciária e societária, a ser efetuada pela ROMI à FÊNIX. Os serviços acertados neste instrumento consistem em: a) Escrituração contábil e fiscal; b) Emissões de guias diversas (DIRF, etc.); c) Recolhimentos e pagamentos diversos; d) Escrituração de livros contábeis; e) Declarações diversas, inclusive IRPJ; f) Escrituração de livros societários e suporte em reuniões e assembleias; g) Suporte consultivo tributário e contencioso; h) Controle de contas bancárias e investimentos; i) Controle de recebimentos imobiliários; j) Conferência de escrituras públicas de compra e venda Não há. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação por escrito da parte interessada na rescisão, com antecedência mínima de 30 dias. O pagamento pela prestação de serviços são realizados no dia 10 do mês seguinte ao encerramento do trimestre, com emissão de nota pela ROMI e a cobrança bancária com fatura emitida para o vencimento. Credor					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
FUNDAÇÃO ROMI	01/10/2006	26.249,52	0	0	O Contrato foi firmada entre as partes em 01/10/2006, atualmente está em vigência o ADITIVO CONTRATUAL XIX com prazo contratual para 30 de setembro de 2026.	0
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	O contrato tem como objetivo a prestação dos serviços de assessoria nas áreas contábil, tributária, trabalhista e previdenciária, a ser efetuada pela ROMI à FUNDAÇÃO.					
	Serviços acertados no referido contrato:					
	- Escrituração contábil e fiscal					
	- Emissões de guias diversas					
	- Recolhimentos diversos					
	- Escrituração de livros contábeis					
	- Declarações diversas, inclusive IRPJ					
	- Outros serviços relacionados às áreas de serviços destacadas no objeto					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação por escrito da parte interessada na rescisão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.					
Natureza e razão para a operação	O pagamento pela prestação de serviços é realizado no dia 10 do mês seguinte ao encerramento do trimestre, com emissão de nota pela ROMI e a cobrança bancária com fatura emitida para o vencimento.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PRODZ ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS LTDA	24/03/2022	85.516,20	0	0	O Contrato foi firmada entre as partes em 24/03/2022, atualmente está em vigência o ADITIVO CONTRATUAL III.	0
Relação com o emissor	Controlada.					
Objeto contrato	O Contrato tem como objeto a prestação mútua de serviços entre as PARTES, envolvendo a prestação de assessoria pela ROMI à PRODZ, nas áreas administrativa, financeira, contábil e jurídica, bem como a prestação de serviços financeiros pela PRODZ à ROMI					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	O Contrato vigorará por prazo indeterminado, a partir de sua assinatura e poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação por escrito da					
Natureza e razão para a operação	Parte interessada na rescisão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.					
Posição contratual do emissor	O pagamento pela prestação de serviços são realizados no dia 10 do mês seguinte a prestação do serviço, com emissão de nota e a cobrança bancária com fatura emitida para o vencimento..					
	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PRODZ ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE BENS LTDA	24/03/2022	220.373,88	0	0	O Contrato foi firmada entre as partes em 24/03/2022, atualmente está em vigência o ADITIVO CONTRATUAL III.	0
Relação com o emissor						
Controlada.						
Objeto contrato	O Contrato tem como objeto a prestação mútua de serviços entre as PARTES, envolvendo a prestação de assessoria pela ROMI à PRODZ, nas áreas administrativa, financeira, contábil e jurídica, bem como a prestação de serviços financeiros pela PRODZ à ROMI					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	O Contrato vigorará por prazo indeterminado, a partir de sua assinatura e poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação por escrito da Parte interessada na rescisão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.					
Natureza e razão para a operação	Também pelo objeto contratado, a ROMI, por sua vez, pagará à PRODZ o valor mensal de R\$ 17.410,86 (dezesete mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e seis centavos), vencível no dia 10 do mês seguinte à prestação do serviço, mediante emissão de nota fiscal e respectiva fatura pela PRODZ.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ROMINOR – COMÉRCIO, EMPREENDIMIENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	01/10/2011	52.730,04	0,00	0,00	O Contrato foi firmada entre as partes em 01/10/2011, atualmente está em vigência o ADITIVO CONTRATUAL XIV com prazo contratual para 30 de setembro de 2026.	
Relação com o emissor	Controlada.					
Objeto contrato	O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de assessoria nas áreas administrativa, financeira, contábil, tributária, trabalhista, previdenciária e societária, a ser efetuada pela ROMI à ROMINOR. Os serviços acertados neste instrumento consistem em: a) Escrituração contábil e fiscal; b) Emissões de guias diversas (DIRF, etc); c) Recolhimentos e pagamentos diversos; d) Escrituração de livros contábeis; e) Declarações diversas, inclusive IRPJ; f) Escrituração de livros societários e suporte em reuniões e assembleias; g) Suporte consultivo tributário e contencioso; h) Controle de contas bancárias e investimentos; i) Controle de recebimentos imobiliários; j) Conferência de escrituras públicas de compra e venda Não há.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação por escrito da parte interessada na rescisão, com antecedência mínima de 30 dias.					
Natureza e razão para a operação	O pagamento pela prestação de serviços são realizados no dia 10 do mês seguinte ao encerramento do trimestre, com emissão de nota pela ROMI e a cobrança bancária com fatura emitida para o vencimento.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ROMINOR EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	29/11/2021	37.721,64	0	0	O Contrato foi firmada entre as partes em 21/11/2021, atualmente está em vigência o ADITIVO CONTRATUAL IV com prazo contratual para 30 de setembro de 2026.	
Relação com o emissor	Controlada.					
Objeto contrato	O presente contrato tem como objeto a prestação dos serviços de assessoria nas áreas contábil, tributária, trabalhista e previdenciária, a ser realizada pela CONTRATADA à CONTRATANTE. Os serviços acertados neste instrumento consistem em: • Escrituração contábil e fiscal • Emissões de guias diversas (DIRF, etc) • Recolhimentos diversos • Escrituração de livros contábeis • Declarações diversas, inclusive IRPJ • Outros serviços relacionados às áreas de serviços destacadas no item 1.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, sem ônus, mediante manifestação por escrito da parte interessada na rescisão, com antecedência de 30 (trinta) dias.					
Natureza e razão para a operação	O pagamento pela prestação de serviços são realizados no dia 10 do mês seguinte ao encerramento do trimestre, com emissão de nota pela ROMI e a cobrança bancária com fatura emitida para o vencimento..					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses;

A Companhia conta com Regimento interno do Conselho de Administração, Código de Ética e Conduta Empresarial e Política para Transação com Partes Relacionadas. Um dos principais objetivos destas Políticas é estabelecer regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses provenientes de tais transações. Possíveis violações aos termos destas Políticas serão levadas ao Comitê que fará sua análise, com a consequente submissão ao Conselho de Administração, se cabível, o qual adotará as medidas necessárias, bem como alertará, ainda, que certas condutas poderão constituir crime, sujeitando os responsáveis às penas previstas na legislação vigente.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado;

Destacamos como transações com partes relacionadas conforme descrito na tabela deste item 11.2, (i) o Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 01/10/2011 em seu 14º (décimo quarto) aditivo, entre a controladora ROMI S.A. "ROMI" e a subsidiária ROMINOR COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A "ROMINOR Comércio", cujo objeto é a prestação de serviços administrativos pela ROMI para a ROMINOR Comércio.

No caso do Contrato de Prestação de Serviço, este observa, à época da contratação, condições praticadas pelo mercado, tendo sido aprovado de acordo com a Política vigente. Ainda, no caso das prorrogações de prazo contratual que se estendem até o período vigente, os preços estipulados pelo contrato de prestação de serviço foram reajustados através de acordo entre as partes, fixado o valor de atualização pelo índice IPCA.

11.3 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
26/03/2024	04/04/2024	1.001.432.789,79
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
93.170.747	0	93.170.747

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
26/03/2024		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
112.000.000	0	112.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, uma vez que a Companhia é brasileira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código (ticker) “ROMI3”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia nos exercícios reportados.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

12.9 Outras informações relevantes

Aumento do Capital Social mediante capitalização de reservas com bonificação de ações – março de 2024

Em 12 de março de 2024, foi aprovado o aumento do Capital Social no valor de R\$ 83.698.043,75 (oitenta e três milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), através da capitalização de Reserva de Lucros do exercício anterior, passando o capital social de R\$ 917.734.746,04 (novecentos e dezessete milhões, setecentos e trinta quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), para R\$ 1.001.432.789,79 (um bilhão, um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos), dividido em 93.170.747 (noventa e três milhões, cento e setenta mil, setecentos e quarenta e sete) ações, mediante a emissão de 4.436.702 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e duas) novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

As novas ações emitidas beneficiaram os acionistas proporcionalmente à participação acionária verificada em 01 de abril de 2024, na proporção de 1 (uma) nova ação ordinária para cada 20 (vinte) ações ordinárias existentes representando a razão de 5%, com valor unitário atribuído de R\$ 18,86 (dezoito reais e oitenta e seis centavos) para os fins do disposto no artigo 47, parágrafo primeiro, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 1.585/15, bem como o parágrafo único do artigo 10 da Lei no 9.249/95.

O detalhamento das informações pode ser encontrado no Aviso aos Acionistas divulgado em 26 de março de 2024, intitulado “INFORMAÇÕES SOBRE A BONIFICAÇÃO DE AÇÕES APROVADA EM 26 DE MARÇO DE 2024”, disponível no site da companhia, www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/comunicados/ ou na ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA do dia 26/03/2024, disponível no site da companhia <https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/atas-de-reunioes/>.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Diretor Presidente	Registrado	
Fábio Barbanti Taiar	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Romi S.A.
Santa Bárbara d'Oeste SP
Rod. SP 304, Km 141,5
13453 900 Brasil
Fone +55 19 3455 9000
www.romi.com

DECLARAÇÃO

Luiz Cassiano Rando Rosolen, brasileiro, portador da carteira de identidade RG nº. 14.645.330-X/SSP-SP, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF nº 171.588.618-64, na qualidade de Diretor Presidente de **ROMI S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF nº. 56.720.428/0014-88 (Sede), com Inscrição estadual nº 606.014.560.113, localizada na Rodovia Luís de Queiroz (SP 304), Km 141 – Distrito Industrial Norte, CEP 13459-057, Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, declara para os devidos fins, que:

- a) Reviu o Formulário de Referência ano calendário de 2025;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos Arts. 15 a 20;
- c) O conjunto de informações nele contido, é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da ROMI S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Santa Bárbara D'Oeste, 29 de maio 2026.

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Diretor-Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Romi S.A.
Santa Bárbara d'Oeste SP
Rod. SP 304, Km 141,5
13453 900 Brasil
Fone +55 19 3455 9000
www.romi.com

DECLARAÇÃO

Fábio Barbanti Taiar, brasileiro, portador da carteira de identidade RG nº. 26.427.997-9/SSP-SP, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF nº 275.907.618-00, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores de **ROMI S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF nº. 56.720.428/0014-88 (Sede), com Inscrição estadual nº 606.014.560.113, localizada na Rodovia Luís de Queiroz (SP 304), Km 141 – Distrito Industrial Norte, CEP 13459-057, Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, declara para os devidos fins, que:

- a) Reviu o Formulário de Referência ano calendário de 2025;
- b) As informações contidas no documento atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c) O conjunto de informações nele contido, é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da ROMI S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Santa Bárbara D'Oeste, 29 de maio 2026.

Fábio Barbanti Taiar

Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.